

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA

Exercício: 2014

Município: Foz do Iguaçu - PR

Relatório nº: 201503671

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/PR,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201503671, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA.

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 04 de maio a 19 de junho de 2015, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Registra-se que os Achados de Auditoria apresentados neste relatório foram estruturados, preliminarmente, em Programas e Ações Orçamentárias organizados em



títulos e subtítulos, respectivamente, segundo os assuntos com os quais se relacionam diretamente. Posteriormente, apresentam-se as informações e as constatações que não estão diretamente relacionadas a Programas/Ações Orçamentários específicos.

2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 29/10/2014, entre a Diretoria de Auditoria da Área Social da CGU (DS/SFC) e a Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (Secex-Educação – TCU), foram efetuadas as seguintes análises:

- Avaliação da Conformidade das Peças;
- Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos em relação à atuação dos docentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Avaliação da Gestão de Pessoas;
- Avaliação da Estrutura e da Atuação da Auditoria Interna da IFE;
- Avaliação da Gestão de Patrimônio Imobiliário;
- Cumprimento das Deliberações do TCU;
- Recomendações da CGU;
- Avaliação das Informações do Sistema CGU-PAD; e
- Avaliação do Parecer da Auditoria Interna.

2.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A UNILA foi criada em 12 de janeiro de 2010 por meio da Lei nº 12.189/2010, recebendo os primeiros alunos no 2º Semestre/2010. Encerrou o exercício 2014 com 16 cursos de graduação, 1.499 alunos, 266 docentes e 514 técnicos administrativos em educação.

Conforme sua Lei de criação, a UNILA possui missão específica de promover a integração latino americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina. A melhor representação desta missão está na composição dos alunos, em que, regimentalmente, 50% destes devem ser oriundos de países latino-americanos – o que vem sendo cumprido desde a sua fundação.

Em relação ao desempenho do ensino, pesquisa e extensão, seguem principais apontamentos e riscos:

A) Produtividade abaixo da média:



Tendo como parâmetro de avaliação os indicadores Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente e o indicador Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU, previstos na Decisão TCU nº 408/2002, a UNILA apresentou os seguintes resultados:

Quadro A.1 – Comparativo de indicadores

Indicador	UNILA Dez/2014	UNILA Dez/2018*	Média IFES
Aluno/Docente	7,18	12,95	13,44
Aluno/Técnico	3,04	5,49	6,06

* - perspectiva considerando a plenitude da grade curricular dos cursos iniciados em 2015

FONTE – Item específico do presente relatório

Percebe-se que, em 2014 os indicadores estão inferiores à média, com tendência de aproximação (à média) em 2018, com ressalvas descritas no subitem C da sequência.

B) Custo acima da média:

Como consequência direta da situação descrita no item anterior, os custos médios da UNILA são superiores à média das IFES:

Quadro A.2 – Comparativo de indicadores

Indicador	UNILA Dez/2014	UNILA Dez/2018*	Média IFES
Custo corrente s/HU	35.088,00	25.498,00	17.964,00
Custo corrente s/HU ajustado**	28.998,00	21.072,00	17.964,00

* - perspectiva considerando a plenitude da grade curricular dos cursos iniciados em 2015

** - memória de cálculo do ajuste, vide item específico deste relatório.

FONTE – Item específico do presente relatório

A UNILA possui custos peculiares como programa de assistência estudantil ampliado (em função dos estrangeiros) e custos elevados com locação de imóveis. Entretanto, mesmo desconsiderando tais custos (linha custo ajustado), os custos estão acima da média.

C) Pouca expressividade da Pós Graduação e Pesquisa:

A UNILA encerrou 2014 com 2 cursos de Mestrado com 25 alunos, o que representa 1,7% do total de alunos. Na média de produtividade e de custo das IFES, referidas nos subitens A e B anteriores, está sendo considerada, em média, uma composição de 80% de graduandos e 20% de pós-graduandos.

Uma vez que os custos da pós-graduação são mais elevados do que o da graduação, caso a UNILA não amplie os programas de Pós Graduação e Pesquisa em patamares similares à média das IFES, as projeções de produtividade e de em 2018 tenderão a sofrer um viés de baixa na produção e alta nos custos.

E ainda, entende-se que a pós-graduação e a pesquisa possui grande afinidade com a missão da UNILA, qual seja, voltada para o estudo da América Latina.

D) Dificuldade de infraestrutura física e imóvel próprio:

Desde a sua fundação a UNILA opera em imóveis alugados/cedidos. Conforme detalhado em item específico deste relatório, não há perspectiva no médio prazo (pelo menos 5 anos) para a conclusão da sede originalmente prevista.

A falta de imóvel próprio vem afetando diretamente a estruturação de laboratórios, que, por sua vez, afeta o desempenho do ensino e da pesquisa.

E) Desempenho dos docentes no ensino, pesquisa e extensão:



A distribuição das atividades no 1º Semestre/2014 foi de:

Quadro A.3 – Distribuição da força de trabalho docente

Docente Equivalente*	CH Aula Média	CH Pesquisa Média	CH Extensão Média	Outras Atividades
149,50	11,31	3,28	2,27	23,14

* - número de docentes do 1º Semestre/2014. Durante 2014 ocorreu ingresso de novos servidores.

Em relação à carga horária (CH) média em sala de aula, entende-se que o parâmetro de 11,31 horas é satisfatório. Por sua vez, percebe-se pouca expressividade na dedicação em pesquisa e extensão.

F) Apontamentos emitidos:

Com a finalidade de sugerir melhorias na gestão, foram emitidos os seguintes apontamentos:

- Necessidade de definição de fluxos para o acompanhamento das atividades dos docentes;
- Necessidade de ampliação da Pós Graduação;
- Existência de fatores que fomentam a evasão;
- Necessidade de definição de normas, diretrizes e fluxos operacionais para fomentar a ampliação dos laboratórios para ensino e pesquisa;
- Implantação de uma política de acompanhamento dos egressos; e
- Inobservância do parágrafo único, art. 56 da LDB na composição do Conselho Universitário.

E ainda, durante o exercício de 2014, no âmbito do Relatório de Auditoria nº 201410712, foram emitidos os seguintes apontamentos, cujas recomendações foram atendidas ou estão em vias de atendimento:

- Necessidade de maior isonomia na distribuição da CH das atividades dos docentes;
- Docentes sem projeto de pesquisa e/ou extensão;
- Necessidade de normatização da distribuição da carga horária das diversas atividades desenvolvidas pelos docentes; e
- Distribuição das aulas em períodos divergentes ao turno.

G) Considerações Finais:

Considerando os parâmetros quantitativos e qualitativos usualmente adotados pelas IFES, entende-se que a UNILA deve buscar ampliar o seu programa de pós-graduação e de pesquisa, bem como, definir estratégias para adequação de sua infraestrutura (especialmente dos laboratórios).

2.2 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

Conforme informações levantadas até Mai/2015, segue situação de atendimento das 16 recomendações emitidas pela CGU em auditorias passadas:

ATD – 1 Recomendação Atendida;



PAS – 13 Recomendações parcialmente atendidas sem impacto na gestão - prazo de providência prorrogado;

PAC – 2 Recomendações parcialmente atendidas com impacto na gestão - prazo de providência prorrogado;

Os detalhes do acompanhamento do atendimento às recomendações estão descritos no item 2.1.1.1 do presente relatório.

Quadro A.4 – Resumo das recomendações

Nº Relatório*	Item**	Nº Rec ***	Descrição sintética da recomendação	Situação Atual
201314811	1.1.1.1	1	Reaver montante de R\$ 11.609.363,00	PAS
201314811	1.1.1.1	2	Apuração de responsabilidade pelo pagamento a maior	PAS
201314811	1.1.2.1	1	Aplicação de multa compensatória	PAS
201314811	1.1.2.2	2	Aplicação de multa de mora	PAS
201314695	1.2.1.2	1	Implantação da metodologia de avaliação de produtividade (qualitativa e quantitativa) dos servidores	PAS
201314695	1.2.1.3	1	Mensurar impacto dos programas de motivação dos servidores	ATD
201410712	1.1.1.3	1	Maior isonomia na distribuição das atividades dos docentes	PAS
201410712	1.1.1.4	1	Fomentar participação dos docentes nas pesquisas	PAS
201410712	1.1.1.5	1	Normatizar distribuição da carga horária dos docentes	ATD
201410712	1.1.1.5	2	Normas para avaliar e mensurar pesquisa e extensão	PAS
201410712	1.1.1.5	3	Criação de banco de dados de produção em pesquisa e extensão	PAS
201410712	1.1.1.6	1	Distribuição das aulas em um único turno	PAS
201315508	1.1.1.1	1	Organização física e logística do almoxarifado	PAC
201315508	1.1.1.6	1	Implantação do módulo de transportes no SIPAC	PAS
201314829	1.2.1.1	1	Cadastramento de todos os bens móveis no SIAPC	PAS
201314829	1.2.1.1	2	Normatização da gestão dos bens móveis	PAC

* - nº do Relatório de Auditoria em que a recomendação foi emitida;

** - item do Relatório de Auditoria descrito no parágrafo anterior; e

*** - número da recomendação do item referido no parágrafo anterior.

FONTE – respectivos relatórios de auditoria e Sistema MONITOR

Das recomendações descritas no Quadro A.4, segue análise sintética:

- Recomendações do Relatório nº 201314811 – recomendações estas vinculadas à obra de execução do novo campus da UNILA (detalhada no item 1.2.1.1 do presente relatório), entende-se que a pendência de atendimento é justificável em função do litígio judicial e necessidade de realização de um procedimento administrativo disciplinar;

- Recomendações do Relatório nº 201314695 – apesar do início das atividades para estruturação da governança na área de RH, causa preocupação a ausência de definição de objetivos, metas e prazos;

- Recomendações do Relatório nº 201410712 – entende-se que o processo de normatização/regulamentação da gestão dos docentes em sua grande parte se encontra finalizada. Entretanto, a verificação dos benefícios desta reorganização não será possível no curto prazo (menos de 1 ano), assim, sendo necessária a manutenção da recomendação para o monitoramento em momento oportuno (a partir de 2016); e

- Recomendações dos relatórios nºs 201315508 e 201314829 – trata-se de recomendações emitidas pela CGU em 2013, assim, entende-se que não é justificável a morosidade, considerando a baixa complexidade dos assuntos.



2.3 Avaliação da Conformidade das Peças

Considerando a natureza jurídica e o negócio da unidade jurisdicionada, o presente item teve como objetivo avaliar a conformidade de duas peças de que tratam os incisos I e II do art. 13 da IN TCU nº 63/2010, quais sejam: o rol de responsáveis e o relatório de gestão, constantes no Processo nº 23422.011788/2014-28.

A metodologia adotada pela equipe consistiu na análise documental das duas peças, comparando-as com informações coletadas em campo (entrevistas, reuniões, aplicação de questionários) e com dados extraídos em sistemas informacionais (SIAFI, SIAPE, etc).

A partir dos exames concluiu-se que a Instituição apresentou as peças de acordo com as normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2014. Além disso, as peças contemplam os conteúdos e formatos obrigatórios da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, da DN TCU nº 140/2014 e da Portaria TCU nº 90, de 16/04/2014.

2.4 Avaliação da Gestão de Pessoas

A presente análise tem como objetivo conhecer e avaliar a situação de governança e da gestão de pessoas da unidade. Para tanto foram realizadas entrevistas com os servidores e gestores e encaminhada solicitação de auditoria para preenchimento do questionário de autoavaliação pela Unidade.

Em relação ao acompanhamento por parte da alta administração da organização das diretrizes relativas à gestão de pessoas, foram identificadas as seguintes deficiências, detalhadas em item específico deste relatório:

- ausência de estudos técnicos para mensurar o capital humano necessário frente à demanda (presente e futura) de serviços dos setores/unidades. A falta de dados dificulta a tomada de decisão por parte da gestão;
- as comissões instituídas para apoiar as decisões relativas à área de pessoas - Comissão Interna de Supervisão – CIS, Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, Comitê de Desenvolvimento de Pessoal – CDP e Conselho Consultivo de Capacitação – CCC – não apresentaram desempenho satisfatório, considerando serem recentes e pelas deficiências nas normatizações quanto às atribuições e responsabilidades;
- não são expressivos os programas de capacitação com enfoque em gerência e liderança; e
- não há política de manutenção de banco de talentos e regulamentos para concorrer a cargo de gestão na instituição.

A Unila realiza o monitoramento periódico das informações sobre a força de trabalho, acompanhando dos registros de afastamento, incidência de CID, índices de rotatividade e quantitativo de pessoal por unidade. As informações coletadas são utilizadas como subsídio para decisões de movimentação de aproveitamento de pessoal.

Com fulcro nas informações prestadas pela Unidade e das avaliações realizadas pela equipe da CGU elaborou-se a seguinte tabela:

Liderança da alta administração



A alta administração da unidade:	Sim	Não
1-Monitora regularmente o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoas?	X	
2-Designou formalmente corpo colegiado (ex.comitê, conselho) responsável por auxiliá-la nas decisões relativas à gestão de pessoas?	X	
3-Monitora regularmente o funcionamento desse corpo colegiado?		X

A unidade, sistematicamente:	Prática ainda não adotada			Nível de adoção de prática	
	Não prevê adotar a prática	Pretende adotar a prática	Iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática	Adota parcialmente a prática	Adota integralmente a prática
Alinhamento estratégico Planejamento da gestão de pessoas					
4-Executa processo de planejamento de gestão de pessoas, aprovando e publicando objetivos, metas e indicadores de desempenho?		X			
Unidade de Gestão de Pessoas como parceira estratégica					
5-Identifica lacunas de competência da equipe de RH, com o objetivo de avaliar suas necessidades de capacitação (ex. necessidades de competências na área de gestão estratégica de pessoas, na área de concessão de direitos, etc.)?					X
Gestão da liderança e do conhecimento					
Gestão da liderança e processo decisório					
6-Oferece programas de treinamento e desenvolvimento de competências de liderança que atendem às necessidades de cada nível de gestão (do operacional ao estratégico), incluindo potenciais líderes?		X			
Integridade e comprometimento					
7-Verifica a opinião dos colaboradores quanto ao ambiente de trabalho e utiliza					X



os resultados para orientar eventuais mudanças?					
Aprendizagem contínua					
8-Identifica as necessidades individuais de capacitação quando da avaliação de desempenho dos colaboradores, levando-as em consideração nas avaliações subsequentes?					X
Cultura orientada a resultados					
Comunicação					
9-Identifica e divulga para os profissionais de RH a legislação, jurisprudência e as orientações normativas relativas à gestão de pessoas, orientando acerca de como elas devem ser aplicadas internamente?					X
Avaliação de desempenho					
10-Realiza avaliação de desempenho dos membros da alta administração e demais gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização?	X				
Gestão de talentos					
Recrutamento, seleção e integração					
11-Executa processo formal, baseado em competências, para seleção de gestores?	X				
Resultados e prestação de contas (Accountability)					
12-Monitora, por meio de sistema informatizado de gestão de pessoas, algum conjunto de informações relevantes sobre a força de trabalho (ex.				X	



índices de absenteísmo, índices de rotatividade, projeções de aposentadoria, etc)?					
--	--	--	--	--	--

2.5 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário

No que se refere à Gestão Patrimonial da instituição, os exames foram realizados considerando o escopo acordado entre este órgão de Controle Interno e o TCU, mediante Ata de customização de escopo. A metodologia aplicada consistiu na inspeção dos registrados patrimoniais e na aplicação de questionários, mediante inspeção física de amostra não estatística de instalações prediais, visando a avaliar a correção dos registros contábeis, a qualidade dos controles internos administrativos instituídos pela IFE, bem como o estado das instalações prediais e o conforto por elas proporcionado à comunidade acadêmica para a realização de suas atividades.

A Unila conta com os seguintes imóveis para os seus fins institucionais: (i) um terreno para implantação de moradias universitárias (Vila “C”); (ii) imóvel para construção da sede da IFE (em construção); (iii) imóvel de moradia estudantil; (iv) imóvel cedido pela Caixa Econômica Federal (atual almoxarifado); (v) sede administrativa da Unila – Vila “A” (imóvel locado); (vi) Unila Centro (imóvel locado, destinado a salas de aula de diversos cursos); (vii) edifício Almada (imóvel locado, destinado a salas de aula do curso de música); (viii) Unila PTI (imóvel locado, destinado a salas de aula de diversos cursos); e (ix) prédio da Uniamérica (imóvel locado, destinado a salas de aula do curso de medicina).

A partir dos exames realizados, constatou-se que os registros referentes à gestão de patrimônio estão atualizado (tanto no SIAFI como no SPIUnet), ressalvando o fato de que a Unidade não realiza a reavaliação dos elementos patrimoniais imobiliários, pois não dispõe de profissionais com a capacidade técnica para tanto.

Da análise dos documentos apresentados pela Unila foram constatadas as seguintes impropriedades na gestão patrimonial: (i) falta de contrato de manutenção dos dispositivos de combate a incêndio; (ii) ausência de inspeções preventivas na manutenção predial, da rede elétrica e hidráulica dos imóveis; (iii) falta de “habite-se” do imóvel denominado Unila Centro; e (iv) ausência de plano de combate de incêndio aprovado pelo corpo de bombeiro ou existência do mesmo com prazo de validade expirado para os seguintes imóveis: Unila “Vila A”, Unila Centro, Unila Almada, Unila PTI e moradia estudantil.

No que se refere às instalações prediais, foram avaliados aspectos de acessibilidade e inclusão digital nas dependências dos edifícios. Os exames indicam inconformidade no que se refere à acessibilidade dos seguintes imóveis: Unila Centro e Unila Almada, com



ausência de rampas de acesso às dependências e serviços dos prédios. Nos dois imóveis existem elevadores, contudo sem funcionamento por falta de contrato de manutenção. Na Unida Almada inexistente sanitário destinado ao uso por pessoa portadora de deficiência.

2.6 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

O presente item tem como avaliar o grau de atendimento da UJ às determinações efetuadas pelo TCU, bem como os seus resultados para a melhoria da gestão e dos programas desenvolvidos pela IFE.

A) Determinações do TCU:

O escopo dos trabalhos se limitou aos acórdãos com determinação expressa do Tribunal à CGU para monitoramento. Não foram identificados acórdãos nesta situação.

No relatório de gestão da Unidade são informados os atendimentos a duas recomendações do TCU, decorrentes dos Acórdãos nºs 3650/2013 e 1811/2014.

Entre as boas práticas identificadas após o cumprimento integral das determinações dos Acórdãos supracitados, destaca-se a capacitação realizada com os servidores que trabalham direta ou indiretamente com as licitações, conforme informação constante do relatório de gestão da Unila.

Nesse contexto, considera-se satisfatório o tratamento dado pela Unila às determinações do Tribunal.

2.7 Avaliação do CGU/PAD

Neste item o objetivo da auditoria consistiu em verificar: (a) se a unidade examinada designou um coordenador responsável pelo registo de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na unidade no Sistema de Gestão de Processos Disciplinar da CGU (CGU-PAD); (b) se existe estrutura de pessoas e tecnológica capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU-PAD na unidade examinada; e (c) se a unidade está, de fato, registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD.

A partir dos exames realizados, verificou-se que a Unidade Jurisdicionada não possui normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e o servidor designado para os registros no sistema CGU-PAD, em desconformidade com os termos da Portaria nº 1.043/2007 do Ministro Chefe da Controladoria Geral da União.

A Corregedoria Geral da Unila foi instituída pela Portaria Unila nº 1.252, de 19 de dezembro de 2014. No exercício de 2014 não foram abertos processos administrativos, consoante entrevista com servidores do setor e informações apresentadas no Relatório de Gestão da Unidade.



Em visita ao setor na Unidade, na data de 09 de junho de 2015, constatou-se que a Corregedoria Geral da Unila não dispõe de espaço físico necessário para desenvolver suas atividades com independência, porquanto, atualmente compartilha seu espaço com outro setor administrativo da Unidade (departamento da área pessoal). Ademais, os dois servidores que atuam na Corregedoria Geral da Unila não se dedicam exclusivamente às atividades de correição, o que seria recomendável pelo aumento da demanda de trabalho no ano de 2015 e a expectativa das demandas futuras (foram instaurados quatro PADs em 2015 e existem dez processos em fase de juízo de admissibilidade – consoante informações coletadas com os servidores do setor).

2.8 Avaliação do Parecer da Auditoria Interna

O Parecer da Unidade de Auditoria Interna da UJ constante do processo de contas contempla todos os itens exigidos no item 1 Anexo III da DN TCU nº 140/2014.

2.9 Estrutura e Atuação da Auditoria Interna

Neste item o objetivo da auditoria consistiu em avaliar a estrutura e atuação da Unidade de Auditoria Interna da UNILA (Audin). Em relação à estrutura da Audin, foram considerados os seguintes aspectos: (a) independência e sua posição no organograma da Entidade; (b) existência de regulamento/estatuto/regimento da Entidade com definição de responsabilidades, delimitação da atuação dos trabalhos, bem como do estabelecimento das normas que devem ser seguidas pelos auditores internos; (c) existência de uma política de desenvolvimento de competências para os auditores internos; e (d) estrutura disponível na Auditoria Interna e sua adequação às necessidades.

Quanto à atuação da equipe da Audin, avaliaram-se as seguintes ações: (a) aderência das atividades realizadas pela Auditoria Interna no exercício sob análise, constantes no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), com relação às planejadas; (b) o processo de gerenciamento de riscos, quando realizado pela Audin; (c) adequação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) às fragilidades apontadas na avaliação de riscos, quando realizada; (d) atuação da Auditoria Interna em submeter o PAINT e possíveis modificações ao Conselho Diretor/Deliberativo da Entidade ou órgão equivalente para aprovação; (e) atuação da Audin no assessoramento à alta administração; (f) aplicação do princípio da segregação de funções, principalmente no que tange à realização de atividades típicas de gestão; e (g) atuação da Auditoria Interna em trabalhos de avaliação dos controles internos administrativos da Unidade Jurisdicionada.

Para fundamentar as análises realizadas, foram utilizados os principais normativos que regem as atividades da auditoria interna no âmbito da administração pública federal, entendimentos recentes do Tribunal de Contas sobre a matéria e normas internacionais sobre a prática da auditoria interna no setor público, elaboradas pelo *Institute of Internal Auditors (IIA)*.



As técnicas e procedimentos adotados para a obtenção de informações abrangeram a análise dos seguintes documentos: PAINTE (Plano Anual da Auditoria Interna) do exercício avaliado e do exercício seguinte à avaliação; RAINTE (Relatório Anual da Auditoria Interna) do exercício avaliado; Regulamento/Estatuto/Regimento Interno em que conste a formalização da política a ser adotada pela Auditoria Interna; e a posição da Audin no organograma da entidade, a estrutura e a definição de responsabilidades.

Das análises realizadas, constata-se a necessidade de alteração ou normatização das atividades da Audin, a fim de proporcionar maior independência para a consecução de seus objetivos. Neste sentido, faz-se necessária: (i) a definição da missão, responsabilidade e autoridade da Audin; (ii) alteração da subordinação da Audin da Reitoria para o Conselho Universitário; (iii) a definição sobre a obrigatoriedade do auditor-chefe opinar sobre a efetividade dos controles internos e sobre a gestão de riscos da Unila; e (iv) a previsão formal de acesso irrestrito, por parte da Audin, a todos os documentos, registros, bens e servidores da Unila.

A Audin da Unila compõe-se de dois auditores internos, quatro servidores de nível superior, um técnico em contabilidade e um assistente administrativo, número suficiente de servidores para o cumprimento das ações previstas no PAINTE, sendo suas instalações consideradas adequadas à consecução dos trabalhos. Quanto à atuação da equipe da Auditoria Interna, verifica-se que, no exercício de 2014, a Audin executou 100% das ações previstas no PAINTE, no total de treze ações programadas. Destaque-se que o PAINTE foi elaborado com base em metodologia adequada de avaliação de riscos. Considerando o conteúdo dos dezessete relatórios produzidos pela Auditoria Interna no exercício sob exame, a Audin exerceu adequadamente sua função de assessoramento aos gestores da Instituição, não tendo sido verificado qualquer trabalho em que ela tenha atuado em tarefas de gestão administrativa. Como benefício obtido pela atuação da Audin para a melhoria da gestão da IFE, destaca-se:

- Atuação na área de Convênios da unidade: com melhoria nos procedimentos, elaboração de “check-list” e proposição de regulamentação do processo de elaboração de convênios, proposta essa encaminhada ao Conselho Universitário para aprovação.

Diante do exposto, entende-se necessária a normatização das atividades da auditoria interna e a vinculação da Unidade de Auditoria Interna ao Conselho Universitário, para dotá-la de capacidade para cumprir sua missão em sua totalidade.

3. Conclusão

A UNILA iniciou as suas atividades acadêmicas no 2º semestre de 2010, desde então, vem num processo de expansão, passando de (comparativo 2011a 2015 (1º Semestre)): 8 para 30 cursos; 600 para 2.300 alunos; 55 para 266 docentes; e 90 a 514 técnicos).

Possui em seu macro cenário desafios que necessitam ser vencidos para a estabilização da organização e de suas atividades, quais sejam:



- estabelecimento de uma sede própria;
- ampliação da graduação e pós-graduação no propósito de otimizar o uso da força de trabalho e dos custos; e
- falta de normatizações, criando um ambiente de indecisões.

Pontualmente, os seguintes apontamentos devem ser sanados:

- desempenho do ensino, pesquisa e extensão, com produtividade abaixo da média e custos acima, com pouca expressividade da pós graduação e pesquisa;
- Relativamente à gestão de RH foram identificadas falhas na atuação das comissões instituída. Ademais: não há política de manutenção de banco de talentos; o processo de avaliação de desempenho quantitativo e qualitativo se encontra em construção; e não há regulamentos para concorrer a cargo de gestão na instituição;
- Quanto à gestão do patrimônio imobiliário, foram identificadas falhas na manutenção dos dispositivos de combate a incêndio (falta de contrato de manutenção) e ausência de documentação legal (“habite-se”) e de plano de combate de incêndio aprovado pelo corpo de bombeiro para alguns imóveis. Também foi identificado deficiência no ambiente físico do almoxarifado; e
- Falta de normatização para: estruturação e definições de atribuições e responsabilidades da Corregedoria e da Auditoria Interna; guarda e conservação de bens móveis; e acompanhamento das atividades dos docentes.

Curitiba/PR, 06 de agosto de 2015.

Nome:

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Nome:

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Paraná



Achados da Auditoria - nº 201503671

1 GESTÃO PATRIMONIAL

1.1 INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO

1.1.1 SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Deficiências na gestão do almoxarifado.

Fato

No âmbito do Relatório de Auditoria nº 201315508 (Auditoria de Acompanhamento sobre a gestão do almoxarifado e transporte), item 1.1.1.1, foram apontadas a necessidade de melhorias físicas e logísticas no almoxarifado.

Também foi descrita no referido relatório um histórico de acompanhamento realizado pela CGU, entre 2012 a 2014, nas condições físicas e logísticas do almoxarifado, sendo apontadas situações como:

- bens assentados diretamente no chão, não apoiados em *pallets* facilitando a passagem da umidade;
- ambiente desorganizado sem prateleiras;
- fragilidade na segurança do almoxarifado (deficiência na restrição e controle de acesso);
- ausência de “ficha de prateleira”, não permitindo a identificação rápida do quantitativo de bens em estoque;
- ausência de realização de inventários periódicos; e
- inconsistências nas informações registradas no sistema de gestão do almoxarifado.

Sobre os apontamentos, por meio do Memorando Eletrônico nº 14/2015-COINFRA, de 12/Mar/2015, a UNILA manifestou:

“No relatório de auditoria foram abordados as seguintes situações impróprias remanescentes de 2012 e 2013:

- 1- Falta de organização dos materiais em estoque;*
- 2- Instalações físicas inadequadas;*
- 3- Fragilidade na segurança do almoxarifado.*

Em relação à “falta de organização de materiais”, após o aumento do número de Servidores foi possível melhorar a organização física dos bens. Também prevemos novas melhorias quando da entrega de equipamentos, tais como a aquisição de paletes para melhor acondicionamento de materiais constantes do processo



23422.009228/2014-11, Pregão Eletrônico 45/2014, que está em fase de habilitação dos licitantes.

Na situação que se refere a “instalações físicas inadequadas”, foi realizado chamamento público para locação de imóvel provisório, para almoxarifado (Processo 23422.009499/2014-69) e também existe processo aberto para a construção de um novo almoxarifado (processo 23422.005417/2014-15).

Referente a “fragilidade na segurança”, atualmente o almoxarifado conta com a segurança de 24 horas do Grupo Veper. Somente pessoas autorizadas tem acesso ao almoxarifado e a retirada de materiais ocorre apenas por servidores lotados no almoxarifado mediante requisição pelo SIPAC.”

Em inspeção física realizada em junho de 2015, foi verificado que as fragilidades persistem:

A) Inadequação da organização física e logística:



Foto 1 – Materiais empilhados, não organizados em *pallets* e sem fichas de prateleiras.



Foto 2 – Materiais empilhados, não organizados em *pallets* e sem fichas de prateleiras.



Foto 3 – Materiais empilhados, sem identificação



Foto 4 – Prateleira com material sem identificação





Foto 5 – Caixas vazias poluindo o ambiente

Fonte – registros fotográficos oriundos da inspeção física realizada em junho de 2015.

B) Deficiência nos controles patrimoniais:

Em breve contagem realizada comparando o quantitativo registrado no Sistema com o quantitativo físico existente, foram identificadas as seguintes inconsistências:

Quadro I.1 – Teste de contagem

Descrição	Registro Sistema	Qt. Existente
Cartucho para impressora CANON Cor Yellow	15	3
Papel A4 Filipaper	57	62
Caneta Hidrográfica Ponta 4mm Preta	1.262	1.228

Fonte – Contagem física realizada em junho de 2015

Os exames demonstraram que as fragilidades persistem. A inconsistência de informações registradas no sistema e o quantitativo físico constitui falha grave, considerando:

- possibilidade de furto: em tolerando uma gestão patrimonial com ocorrência de erros, significa tolerar a ocorrência de furtos; e
- não observância aos fluxos administrativos previstos: conforme informado no âmbito do Relatório de Auditoria nº 201315508, em tese, a gestão do almoxarifado (desde a requisição até a entrega do material, e os tramites intermediários, como aprovação das instâncias competentes, registro das movimentações, etc) é integralmente realizada em ambiente eletrônico (no SIPAC), assim sendo, os erros relacionados à inconsistência de registro deveriam ser mínimos. Conforme descrito anteriormente, os 3 itens contados apresentaram divergência, demonstrando ocorrência generalizada de erros.

C) Boas práticas para organização do almoxarifado:

Seguem descrições de algumas práticas sugeridas para melhor organização do almoxarifado (a lista não é exaustiva):

C.1) *Layout* apropriado:

- o espaço físico deve ser compatível com o volume e o tipo do material em estoque, garantindo a existência de espaço suficiente para circulação e manuseio;
- caso necessidade de veículo (empilhadeira, guindastes, carregadores), o espaço deve ser compatível com as necessidades dos veículos;
- os pavimentos devem ser projetados para suportar o peso dos bens em estoque;
- corredores retos;



- uso vertical do espaço, por meio de estantes, prateleiras, *pallets*, para melhor aproveitamento e organização do espaço físico;
- área específica para recebimento e expedição de materiais;
- equipamento de proteção de ativo, como equipamentos anti-incêndio, anti-furto e saídas de emergência;
- manutenção do espaço limpo e aleijado;
- uso de EPI; e
- uso de cartazes, painéis e cores para identificar nível de risco do ambiente do almoxarifado.

C.2) Disposição e manuseio de materiais:

- os materiais devem estar dispostos de forma organizada, permitindo uma fácil localização e manuseio;
- em caso de empilhamento, deve ser observado os limites de resistência das embalagens. Recursos como caixas de madeiras sobrepostas e *pallets* são válidos;
- manter distância mínima de 30 cm do teto;
- identificação das prateleiras/estantes com os materiais em estoque, de forma a facilitar a localização;
- método ABC de materiais em estoque: dividir os materiais conforme relevância financeira, de forma a facilitar a priorização do controle;
- para o método ABC descrito anteriormente, pode ser utilizado outros critérios não monetários como: perecibilidade; fluxo de rotação; tempo de fornecimento; etc; e
- disposição de materiais de maior fluxo em locais de fácil acesso para reduzir esforços.

C.3) Gerenciamento e Controle de qualidade:

- acompanhamento do índice de defeito/inutilização dos materiais distribuídos;
- verificação do prazo de validade;
- verificação da especificação do produto entregue em relação às especificações do edital/contrato;
- desfazimento de materiais vencidos, defeituosos e inutilizados;
- definição de aspectos como: estoque máximo; tempo médio de estocagem; tempo médio de consumo após saída do almoxarifado; e condições de fornecimento do material no mercado;
- controle do estoque médio, mínimo e crítico;
- realização de inventários periódicos;
- formalização de rotinas de trabalho por meio de manuais e fluxogramas; e
- racionalização no processo de entrada e saída de materiais (quando da ocorrência de múltiplas entradas e/ou saídas) de forma a minimizar a movimentação dos materiais (já em estoque), proporcionando economia de esforço.

Causa

Ausência de espaço físico definitivo e apropriado para a guarda de estoque. Não implantação de rotinas/manuais para nortear processos e fluxos administrativos do estoque.

Manifestação da Unidade Examinada



Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 44/2015 – COINFRA, de 23 de Julho de 2015:

Deficiência nos controles patrimoniais:

Os controles de requisições, entradas e saídas ainda são manuais. Isso ocorre porque foi dada prioridade, pela alta administração da UNILA, para a implantação dos módulos acadêmicos do Sistema Informatizado de Gestão (SIGAA). A nova prioridade, para o 2º semestre de 2015, é que todos os itens sejam recadastrados no SIPAC com previsão de finalização desse processo até novembro/2015.

Itens de almoxarifado:

Todas as requisições são 100% efetivadas pelo SIPAC desde março de 2015. Temos um problema pontual no sistema que é o momento em que a mercadoria chega, pois ela só é efetivamente registrada após o atesto definitivo. Para sanar essa situação já sinalizamos aos colegas da TI que estão estudando a implantação desse comando, para que possamos registrar tudo no ato da chegada no armazém.

Layout do almoxarifado:

- Com o aluguel do novo armazém processo 23422.005318.2015-14, vários apontamentos serão solucionados. No novo depósito já contaremos com os pallets (250) adquiridos no Pregão 45/2014 e amparados pela nota de empenho nr. 800606;*
- Os EPIs estão em fase de aquisição através do Pregão Eletrônico nº 07/2015, processo nr. 23422.011759/2014-66.*
- Extintores foram adquiridos recentemente e serão instalados no novo armazém;*
- Adotaremos sistema de "ruas" na disposição dos itens, facilitando o acesso e o controle dos materiais. Cartazes e painéis auxiliarão no processo de identificação da localização dos bens;*
- Solicitamos, através do memorando eletrônico nr. 23422.007733/2015-02, desenho do layout do novo armazém, com local específico para guarda de objetos menores (e maior valor), bem como área para entrega, triagem e área separada para o atesto das mercadorias pelos demandantes;*
- Providenciaremos a aquisição das prateleiras, a qual está em fase de pesquisa de mercado.*

Gerenciamento e controle da qualidade

- Foi realizada uma pesquisa interna no departamento de logística em que foram apontadas pequenas mudanças (kaizens) que melhorarão os controles;*
- Foi designada uma equipe para elaboração de manual formalizando os fluxos e rotinas de trabalho. A previsão para encerramento das atividades é 15 de dezembro de 2015.*
- Foi encaminhado à auditoria e procuradoria, minuta de Instrução Normativa Patrimonial a qual dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à administração guarda, transferência, cessão, alienação de materiais permanentes, gerida pelo processo 23422. 007729/2015-36.*



- Foi realizado, entre 15 e 16 de dezembro de 2014, o treinamento do servidor R.E.M.F em Bento Gonçalves/RS bem como dos servidores A.C.W e F.O, em Porto Alegre/RS nos dias 22 a 24/abril/2015 onde realizaram o Curso de Gestão de Controle Patrimonial-mudanças, aspectos e rotinas da Administração Patrimonial

- Os responsáveis pelo almoxarifado da Unila realizaram, em 16 de julho de 2015, uma visita técnica ao almoxarifado da Itaipu, o que possibilitou a identificação de uma referência de boas práticas especialmente nos temas relacionados a acurácia e criticidade de inventário além de gestão de almoxarifado e patrimônio.”

Análise do Controle Interno

As informações apresentadas demonstram que o processo de aperfeiçoamento e retificação dos fluxos administrativos e de controle e da organização física/logística do almoxarifado encontra-se em andamento.

Reforça-se a necessidade de percepção de que o almoxarifado é um ambiente de alto risco (de subtração de bens). No exame de contagem que a CGU realizou, logo nos 3 primeiros itens selecionados foram encontradas divergências (Quadro I.1), inferindo que há inconsistência generalizada.

A verificação da regularização dos fluxos e dos controles depende de nova avaliação, o que será realizada ao longo de 2015, seja pela AUDIN ou pela própria CGU.

Recomendações:

Recomendação 1: : Promover melhorias na organização física e processos logísticos do almoxarifado, considerando os aspectos descritos no subitem C do presente item e atentar para o efetivo uso do SIPAC na gestão do almoxarifado.

Recomendação 2: Considerando que a amostra de CGU apontou existência de inconsistências entre o registrado e o existente, realizar inventário físico de todos os bens em estoque.

Recomendação 3: Baseada na recomendação do item anterior, em caso de divergência, iniciar processo investigatório para localização dos bens e, em caso de desaparecimento, apurar responsabilidade.

1.2 BENS IMOBILIÁRIOS

1.2.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

1.2.1.1 INFORMAÇÃO

Situação de implantação do Campus definitivo da UNILA.

Fato

A) Do histórico:

O projeto do *Campus* definitivo da UNILA foi elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em meados de 2008. Os projetos arquitetônicos e de engenharia (básico, executivo e outros) foram adquiridos pela ITAIPU Binacional e doados para a UFPR (que na época, atuava como tutora da UNILA).

Além dos projetos de engenharia, a ITAIPU doou o terreno para a construção do *Campus* (na ocasião, também para a UFPR). Trata-se do lote 3.349, Quadrante 06, Quadricula 03, Setor 29, Quadra 01, Área jusante à barragem de Itaipu – CHI / ME,

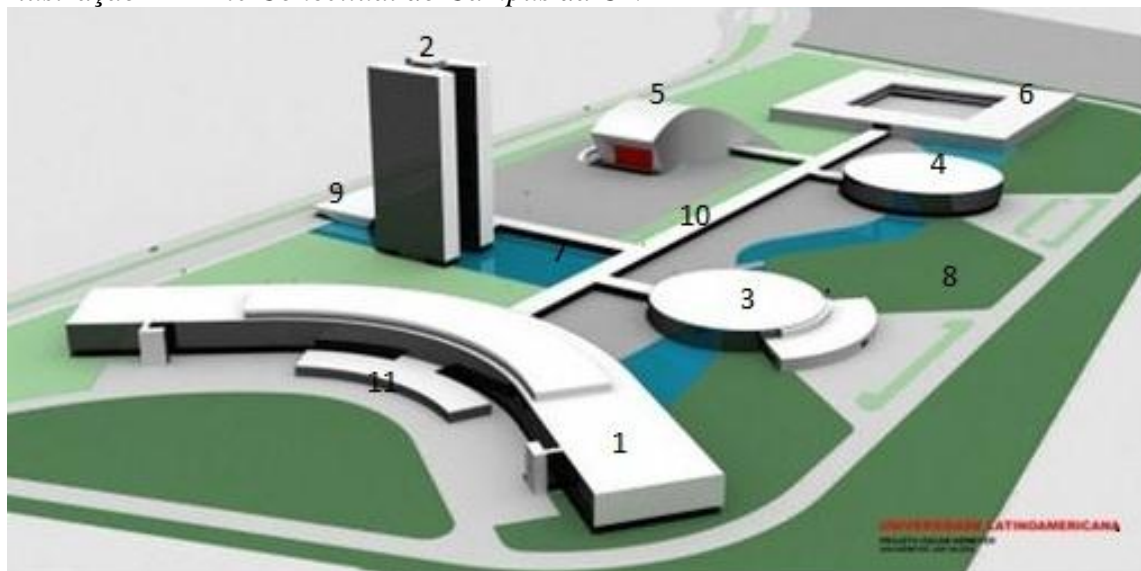


com área total de 380.699,72 m², registrado sob matrícula nº 68.011, do livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu.

Após o encerramento da atuação como tutora, a UFPR promoveu a doação do terreno e dos projetos para a UNILA.

Segue ilustração conceitual do *Campus* da UNILA:

Ilustração 1 – Arte Conceitual do Campus da UNILA



Sendo as principais edificações:

- 1 – Prédio de Aulas – 33.702,30 m²;
- 2 – Edifício Central (administrativo e sala dos docentes) – 27.933,45 m²;
- 3 – Restaurante – 9.203,59 m²;
- 4 – Biblioteca – 12.923,86 m²;
- 5 – Teatro – 12.831,47 m²;
- 6 – Laboratório – 28.376,07 m²;
- 7 – Espelho d'água;
- 8 – Central de Utilidades (estrutura subterrânea) – 8.112,32 m²;
- 9 – Centro de Recepção – 700 m²;
- 10 – Passarelas/Marquises – 6.997,07 m²; e
- 11 – Sala do Conselho (incluído na sala de aulas)

E ainda, o empreendimento conta com uma rede de galerias técnicas subterrâneas que interliga a rede elétrica, sanitária e lógica dos prédios, a partir da central de utilidades.

Em função do elevado vulto (cerca de 140 mil m²), ficou decidida a realização da obra em 2 etapas, sendo a primeira etapa contemplando:

Quadro O.1 – Etapa 1 da obra de implantação do Campus da UNILA

Descrição	Valor (R\$)	% Partic. Financ.	Área	Característica
Implantação Geral	19.569.611,53	8,11	-	Canteiro de obras, pavimentação, estacionamento, cercamento
Prédio de Aulas	93.068.350,87	38,58	35.460,72 m ²	3 pavimentos, 300 m x 40 m, 105 salas
Edifício Central	68.222.789,34	28,28	28.228,69 m ²	23 pavimentos, 7 elevadores, 2 escadas
Galerias	19.798.600,58	8,21	4.560,54 m ²	Edificação enterrada, seção

Técnicas				retangular 4 x 4,5m
Restaurante	23.070.489,83	9,56	9.352,22 m ²	Formato Cilíndrico com diâmetro de 70 m, 2 pavimentos
Central de Utilidades	17.526.994,06	7,26	3.881,31 m ²	Formato retangular 50 x 70 m, estrutura enterrada
TOTAL	241.256.836,21	100,00	81.483,48 m²	

* - consta o valor da proposta vencedora da Concorrência Pública nº 01/2010.

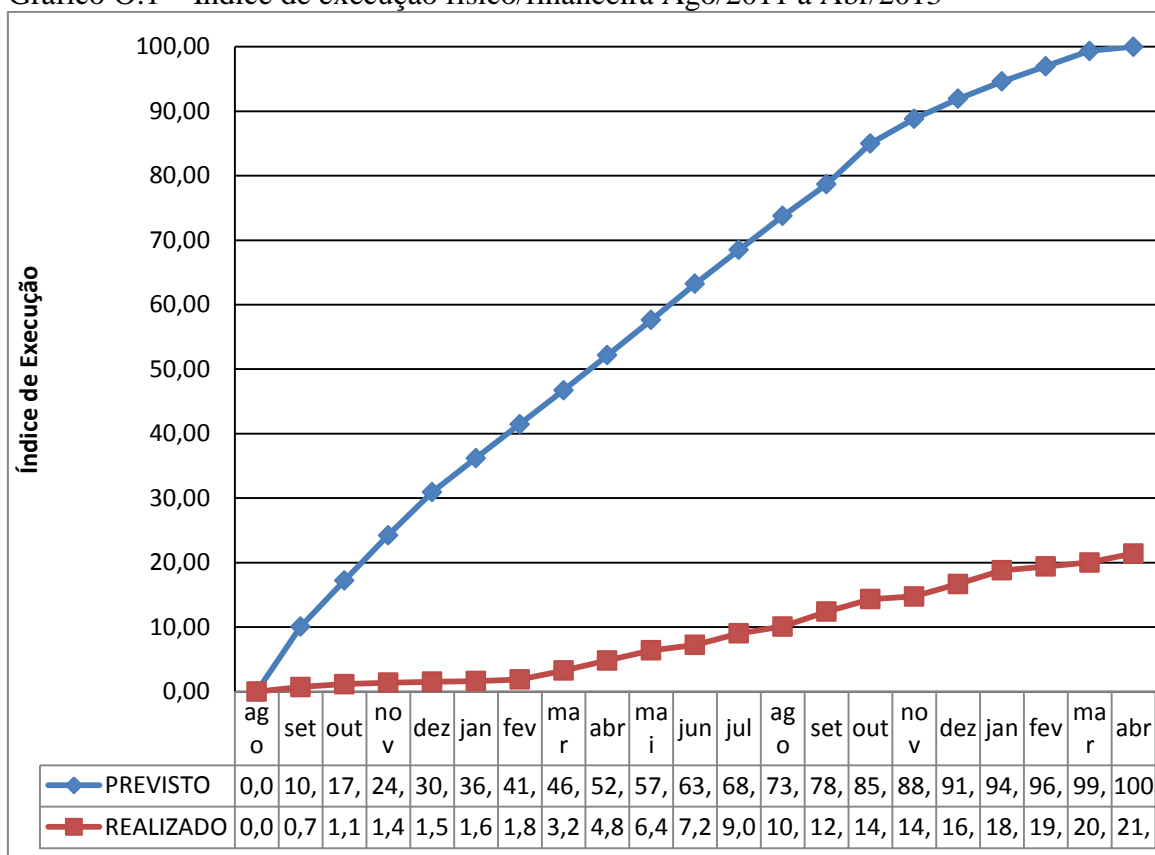
FONTE – Edital Concorrência Pública 01/2010

Para a contratação da empreiteira, foi realizada a Concorrência Pública nº 01/2010, com publicação do Edital em 15 de dezembro de 2010, sagrando-se vencedora o Consórcio Mendes Júnior & Schahin (doravante denominado CMJS), CNPJ 13.809.986/0001-97, pelo valor descrito no Quadro O.1, com execução prevista para 23 meses (de Jul/2011 a Mai/2013), sendo firmado o Contrato nº 16/2011 de 07 de junho de 2011.

B) Da execução do contrato nº 16/2011:

Conforme detalhado no Relatório de Auditoria nº 201314811 da CGU, a execução do Contrato nº 16/2011 apresentou grande atraso. Segue resumo gráfico:

Gráfico O.1 – Índice de execução físico/financeira Ago/2011 a Abr/2013



FONTE – Relatório de Auditoria nº 201314811

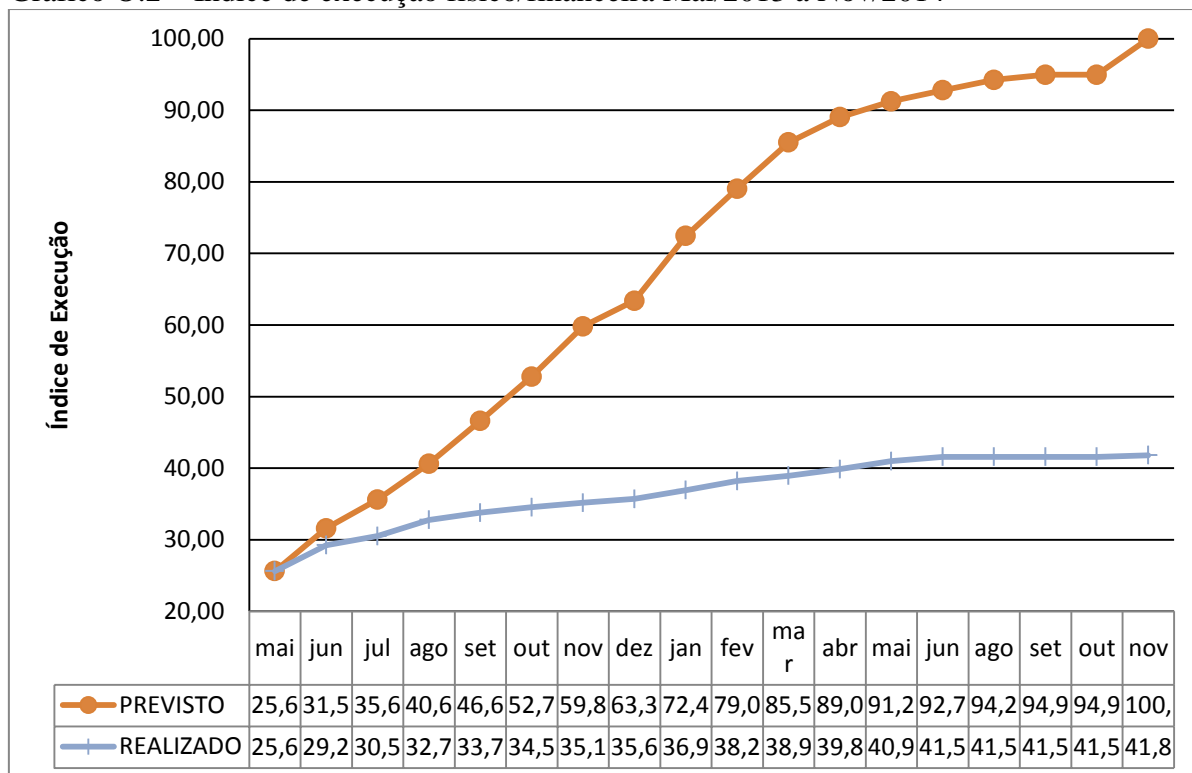
* - a execução física e financeira são praticamente equivalentes.

Conforme Contrato nº 16/2011, em Maio de 2013 a obra deveria ter sido entregue, entretanto, o índice de execução física ficou em apenas 25,62%, ou seja, ¼ do previsto. Na ocasião, foi celebrado o Termo de Aditivo nº 05/2013, sendo acordado um novo cronograma, agora com entrega prevista para Novembro de 2014.

Segue gráfico de evolução:



Gráfico O.2 – Índice de execução físico/financeira Mai/2013 a Nov/2014



FONTE – Relatório gerencial SECIC

* - a execução física e financeira são praticamente equivalentes

Conforme ilustrados nos gráficos O.1 e O.2, durante todo o período de execução (Julho de 2011 a Novembro de 2014) a empreiteira não apresentou desempenho suficiente para cumprir com as etapas do contrato.

Como causa do atraso, a empreiteira apresentou as seguintes justificativas:

- empecilhos de responsabilidade da UNILA: a responsabilidade do fornecimento dos projetos básicos e executivos ficou a cargo da UNILA. O CMJS alegou que os projetos foram fornecidos intempestivamente e/ou com erros. E que eventuais pedidos de retificações não estariam sendo atendidos em curto espaço de tempo. Também alegou constantes mudanças nos projetos – não se trata de erros, mas de alteração no projeto por iniciativa do projetista sob justificativa de “aperfeiçoamento”, e que tais alterações ocorreram inclusive durante ou após a conclusão de etapas, gerando retrabalho; e
- ocorrência de eventos imprevisíveis: identificação de camada de rocha não localizada na sondagem inicial, necessitando alterações dos projetos de fundação no prédio de aulas e no restaurante.

C) Da auditoria específica da CGU:

Para o período de Julho de 2011 a Maio de 2013, a CGU realizou uma análise dos fatores que levaram a ocorrência do atraso, concluindo que a causa do atraso foi predominantemente de responsabilidade da empreiteira. Os resultados estão consubstanciados no Relatório de Auditoria nº 201314811. Segue resumo das conclusões:

- fatores como alterações/inconsistências de projetos e interferência geográficas (rochas, fendas, etc) afetaram em 15% o desempenho da obra, assim, em Maio de 2013, o CMJS estava em condições de entregar 85% da obra, ao invés de 25%;



- o CMJS acusou entrega de projetos deficientes, o que não permitia executar a obra a contento. Tal argumentou não prevaleceu em sua grande parte (a parte relevante já está contemplada nos 15% citados no parágrafo anterior), considerando que: as necessidades de ajustes nos projetos foram mínimas; a UNILA apresentou respostas ágeis e tempestivas às indagações/ajustes dos projetos; e existiam inúmeras frentes livres de obras;
- foram apontadas deficiências nos projetos de ar condicionado e do elevador, etapas estas que se quer iniciaram;
- conforme relatórios mensais emitidos pela fiscalizadora da obra (empresa especialmente contratada para o acompanhamento do Contrato nº 16/2011), em que cerca de 20 fiscais atuaram, os principais motivos do atraso foram: falta de disponibilização de mão de obra, insumos e equipamentos; deficiência no planejamento e coordenação da obra; falta de pagamento de terceirizados e fornecedores; demora em apresentar resposta rápida aos imprevistos ocorridos; falta de rendimento dos operários; e não início de atividades apesar da existência de frentes de trabalho liberadas;
- não disponibilização de mão de obra direta e indireta conforme previsão quantitativa e qualitativa; e
- irrelevância das precipitações pluviométricas para o regular andamento da obra.

Vale descrever que, em maio de 2013 a UNILA celebrou o aditivo nº 05 ao Contrato nº 16/2011, prorrogando a vigência do contrato até Novembro de 2014 e concedendo aditivo de R\$ 14.241.770,68. Este aditivo foi concedido a título de reequilíbrio econômico financeiro, em que a UNILA reconheceu a responsabilidade própria do atraso em cerca de 80%, indenizando os custos fixos que a empreiteira incorreu em decorrência do atraso da obra.

Conforme descrito anteriormente, a CGU entendeu que a responsabilidade pelo atraso foi predominantemente da empreiteira, e, em função disso, foram emitidas as seguintes recomendações:

- apuração da responsabilidade de quem deu causa ao pagamento indevido;
- cobrança dos R\$ 11.609.363,09 pagos indevidamente; e
- aplicação de multas de mora e compensatória, respectivamente pelo não cumprimento do cronograma e não entrega do objeto no prazo.

A situação do atendimento das recomendações está descrita no item 2.1.1.1 do presente relatório.

D) Ocorrências do período de Junho de 2013 a Novembro de 2014:

Conforme ilustrado no Quadro O.2, mesmo após a percepção do reequilíbrio econômico financeiro de R\$ 14 milhões, o CMJS não apresentou desempenho satisfatório, resultando mais uma vez em atrasos.

Como principal causa para o atraso, o CMJS alegou falta de aporte financeiro. Quando da solicitação do reequilíbrio econômico financeiro (em que foram pagos R\$ 14 milhões por meio do TA5), o CMJS havia pedido R\$ 31 milhões. Assim, os R\$ 17 milhões não pagos pela UNILA supostamente geraram falta de caixa da empreiteira, impossibilitando a mobilização de materiais e mão de obra.

Em 18 de junho de 2014, por meio do Ofício CMJS-GCO/625/221/2014, a empreiteira informou a impossibilidade de continuidade das obras, dando início ao processo de desmobilização e suspensão imediata da obra, cabendo à UNILA a conservação e manutenção dos serviços executados.



Vale salientar que, o pequeno avanço que ocorreu entre Junho a Novembro de 2014 se refere às obras de desmobilização e de preparo para a conservação, efetuados pelo CMJS.

Na mesma data, em 18 de junho de 2014, o CMJS ajuizou o processo de nº 5008231-34.2014.404.7002, na 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, requerendo:

- a condenação da UNILA para pagamento pelos serviços efetivamente prestados;
- a condenação da UNILA para indenizar os prejuízos indevidamente incorridos; e
- declarar a rescisão do contrato por culpa da UNILA.

Conforme informações constantes da petição, o valor da ação judicial é de R\$ 51.182.271,62 (sem correção monetária).

Por sua vez, conforme Memorando Eletrônico nº 44/2015-DECON, de 14 de maio de 2015, a UNILA informou a aplicação de diversas multas (no valor total de R\$ 91.858.916,00), cujos processos de cobrança se tramitam na esfera administrativa e judicial.

E) Do processo de retomada da obra:

A obra encerrou o exercício 2014 com 41,81% de execução física e R\$ 118.449.744,00 de execução financeira. Este valor representa 24,20% da execução total do empreendimento (em termos físicos).

Conforme reprogramação orçamentária realizada em Novembro de 2014 pela SECIC, segue valor previsto para a obra:

Quadro O.2 – Orçamento previsto remanescente da obra

Descrição da edificação	Valor (R\$)
Implantação Geral	45.096.130,00
Prédio de Aulas	129.417.551,39
Restaurante	20.089.510,00
Edifício Central	124.969.275,00
Galeria Técnica	13.353.267,00
Central de Utilidades	16.289.950,00
Laboratório	146.703.537,00
Biblioteca	55.160.376,00
Teatro	75.868.648,00
Passarela/Marquises	17.979.045,00
Diretório	9.334.484,00
Sala do Conselho	3.600.268,00
Acesso Viário	952.918,00
Espelho d'água e paisagismo	10.217.344,00
Centro de Recepção	8.548.138,00
Mobiliário (100% do Campus)	35.544.409,00
Sinalização e Comunicação Visual	832.622,00
BDI – Administração Local+mobilização+desmobilização	86.041.921,00
TOTAL NÃO EXECUTADO	799.999.393,00
TOTLA EXECUTADO E PAGO (AO CMJS)	118.449.744,00
TOTAL GERAL DO EMPREENDIMENTO	918.449.136,00

FONTE – Relatório “Retomada das Obras do Campus da UNILA – Proposta de Ação”, elaborada pela SECIC/UNILA.

As informações do Quadro O.2 demonstram que:

- custo por m² estimado em R\$ 6.523,53 (R\$ 918.449.136,00 / 140.790,24 m²). Este custo tende a reduzir um pouco, considerando as etapas como: espelho d'água; paisagismo; sinalização; etc;
- a execução financeira realizada somente representa 12,9% do montante financeiro global; e



- está sendo estudada a alteração do projeto para a redução do valor global do empreendimento em R\$ 72.449.983,00 (redução do edifício central em 5 andares – de 23 para 18; redução do teatro; e redução das passarelas).

Para a retomada da obra, a SECIC apresentou o seguinte planejamento (em novembro de 2014):

- licitação de serviço de sondagem para identificar falhas geológicas e, caso necessário, promover correção dos projetos – serviços a serem executados entre fevereiro a junho de 2015;
- licitação de serviços adicionais para promover melhorias nos projetos arquitetônicos e de engenharia – dezembro de 2014 a maio de 2015;
- licitação de empresas especializadas para verificar a integridade do concreto das estruturas já executadas – abril a agosto de 2015;
- licitação da fase remanescente da obra – em regime de RDC Integral – junho a outubro de 2015;
- licitação de fiscalizadora da obra – junho a outubro de 2015; e
- emissão da ordem de serviço para o início das obras – 02 de novembro de 2015.

Este cronograma encontra-se prejudicado, em função da falta de disponibilidade orçamentária para contratação dos serviços geotécnicos. A ausência do estudo do solo impede a readequação dos projetos, logo, sem o projeto definitivo, não é possível a publicação do edital.

F) Considerações Finais:

Fatores como histórico, peculiaridade do projeto e conjuntura financeira vigente em 2015 indicam diversos riscos para o empreendimento da UNILA, conforme segue:

- a peculiaridade do projeto de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, que são caracterizados por grandes estruturas em concreto, linhas curvas e vãos largos, requer técnicas especiais de engenharia, o que resulta em custos acima de média e necessidade de maior expertise por parte da empreiteira;
- o custo por metro quadrado estimado de R\$ 6.523,53 é mais de 4 vezes superior ao CUB médio de R\$ 1.511,32 (Padrão Alto Comercial Andares Livres – referência Maio de 2015, fonte SINDUSCON/PR);
- o “projeto do arquiteto Oscar Niemeyer” possui restrição legal. Isto é, o mesmo é “tombado” após a sua conclusão, o que impede a construção de novos prédios e modificação de estruturas que prejudiquem a “identidade visual do empreendimento”;
- a limitação descrita no parágrafo anterior afeta diretamente a instalação de laboratórios, que requer preparação específica do ambiente como: concretagem diferenciada de pisos e paredes; isolamento acústico e contra partículas; equipamentos de segurança; instalações próprias para água, energia e gases;
- ao passo que faltam funcionalidades, estão previstos itens não usuais para uma obra pública atual, tais como: vaso sanitário a vácuo, modelo EVAC, com valor unitário de R\$ 5.699,64 (na época da licitação); e espelhos d’água;
- considerando as contingências fiscais em realização pelo Governo Federal em 2015, não é provável a liberação dos recursos para contratação de serviços prévios necessários para a finalização dos projetos, o que adia o cronograma para 2016; e
- em relação à obra principal, considerando o seu valor vultoso, o mesmo está sujeito à riscos políticos e macroeconômicos.



Assim, mesmo em uma hipótese bastante otimista, entende-se que a UNILA somente contará com a sede própria (inicialmente prevista) daqui a 5 anos.

1.2.1.2 CONSTATAÇÃO

Ausência de política de reavaliação de imóveis.

Fato

Constatou-se, por meio da resposta da Solicitação de Auditoria nº 201503671-02, que a Unila não realiza a reavaliação dos seus imóveis, porquanto “(...) *não possui profissionais com capacidade técnica para mensurar o patrimônio imobiliário da IFE (...)*”. Portanto e, conforme informado pela Unidade, os imóveis próprios da IFE estão avaliados ao custo de aquisição. A avaliação periódica dos imóveis da Unidade permite um melhor controle contábil de seu patrimônio, fornecendo informações úteis para a tomada de decisões gerenciais – que é a finalidade da contabilidade aplicada ao setor público.

Causa

Necessidade de colaboração entre os setores da Unila para implementar a avaliação periódica dos imóveis da unidade.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“A Coordenadoria de Infraestrutura encaminhou um Memorando Eletrônico (nº 42/2015), no dia 21/07/2015, para a Secretaria de Implantação do Campus. O conteúdo deste Memorando segue descrito abaixo, na íntegra:

“Prezado Secretário,

A Controladoria Geral da União - CGU em seu Relatório Anual de Contas 201503671, no item 1.2.1.2, constatou que a UNILA não realiza a reavaliação dos seus imóveis. Neste item ainda, a CGU menciona que:

"A avaliação periódica dos imóveis da Unidade permite um melhor controle contábil de seu patrimônio, fornecendo informações úteis para a tomada de decisões gerenciais – que é a finalidade da contabilidade aplicada ao setor público. A determinação da avaliação periódica dos imóveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais está prevista na Portaria Conjunta nº 703, de 10 de dezembro de 2014".

A fim de resolver esse apontamento entende-se necessário que haja um colaboração entre a Secretaria de Implantação do Campus - SECIC, que conta com profissionais com capacidade técnica para realizar as avaliações imobiliárias, e a Seção de Patrimônio - SEPAT.



Nesta colaboração a SEPAT será a responsável pelo gerenciamento, controle e registro contábeis do patrimônio imobiliário e a SECIC pela execução da avaliação do imóvel. A SEPAT se encarregará de definir em quais imóveis e de quanto em quanto tempo a avaliação deve ser realizada, bem como de enviar à SECIC o pedido para a realização do serviço. Ficará a cargo da SECIC apenas a execução da avaliação imobiliária e apresentação do relatório final para a SEPAT.

Atenciosamente.”

Outra alternativa para a solução deste problema é o processo de número 23422.011530/2014-21 que trata do Registro de preços para eventual fornecimento de laudo de avaliação de imóveis, onde é previsto a utilização destas avaliações imobiliárias na gestão contábil dos imóveis da UNILA, que poderá utilizar esse serviço para a atualização dos valores imobiliários tanto dos imóveis próprios quanto dos imóveis locados de terceiros.”

Análise do Controle Interno

A Unila em sua manifestação informa que tem condições técnicas de realizar a avaliação dos imóveis, por meio de colaboração entre os setores da Secretaria de Implantação do Campus – SECIC e a Seção de Patrimônio – SEPAT, o que parece ser a melhor solução, em termos de economicidade, em relação à possibilidade de contratar fornecimento de laudo de avaliação de imóveis. O apontamento permanece para possibilitar o acompanhamento das medidas a serem implementadas pela Unila.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomenda-se implementar política de reavaliação dos imóveis da Unidade, definindo aspectos como: periodicidade; metodologia de avaliação; e metodologia de contratação externa.

1.2.1.3 CONSTATAÇÃO

Deficiências na infraestrutura dos imóveis utilizados para salas de aula.

Fato

Os cursos da Unila estão distribuídos em quatro sedes, a saber: (i) Unila Centro, (ii) Unila Almada, (iii) Unila Uniamérica e (iv) Unila PTI. A fim de avaliar questões de infraestrutura e acessibilidade foram realizadas visitas “*in loco*” nas três primeiras na data de 11 de junho de 2015. Vale salientar que, todos estes imóveis são alugados.

Na Unila Centro, o prédio possui rampas de acesso apenas para o primeiro pavimento, sendo o segundo acessado apenas por escadas, pois o elevador está sem funcionar por falta de contrato de manutenção. Abaixo, seguem os registros fotográficos realizados por oportunidade da visita da CGU:

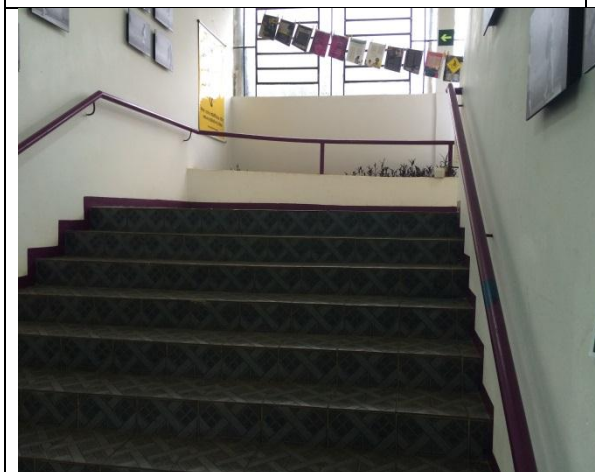




Fachada



Rampa de acesso ao primeiro pavimento

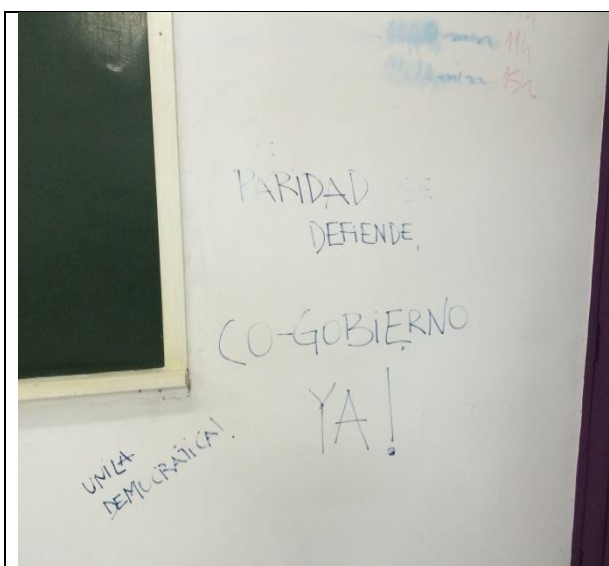


Escadas para acessar ao segundo pavimento

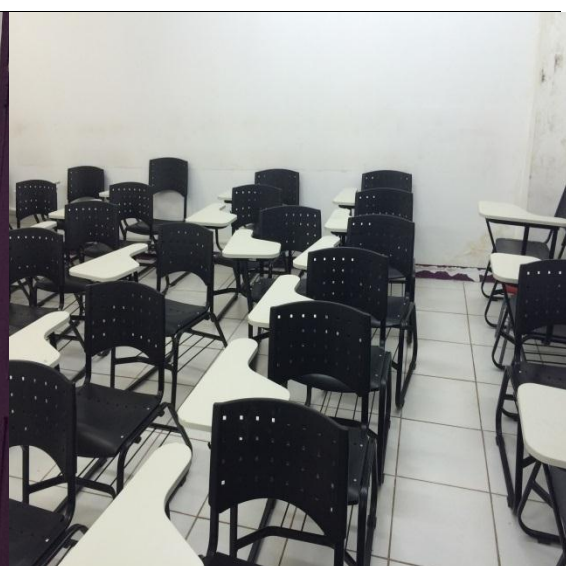


Elevador sem funcionar.

Ainda na sede Unila Centro foram selecionadas, por amostra não probabilística, seis salas para realizar inspeção física quanto a aspectos relacionados ao conforto e ao estado das salas, sendo identificas as seguintes situações:



Sala 13 com pichações.



Sala 03 umidade aparente.



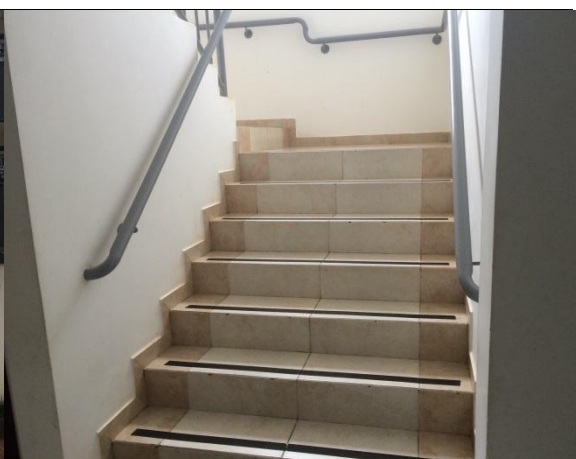


Sala 01 umidade aparente.

Na sede Unila Almada, constatou-se a ausência de acessibilidade por meio de rampas, sendo que o elevador também está sem funcionar por falta de contrato de manutenção. Constatou-se, outrossim, ausência de banheiro destinado a portadores de deficiência. Abaixo, seguem os registros realizados por oportunidade da visita da CGU:



Fachada.



Acesso ao segundo piso por escadas.



Sala 14 – pintura requer reparos.



Sala 14 – pintura requer reparos.

Por fim, no prédio da Uniamérica foram identificadas falhas na questão da acessibilidade, porquanto em que pese existirem vagas de estacionamento destinadas a pessoas portadoras de deficiência, sinalizadas por placas, as vagas não estão em condições de efetiva utilização, eis que precisam de reparos ou ainda de rampas de acesso mais próximas das vagas, consoante se vê dos registros fotográficos abaixo:



E ainda, a fim de verificar a existência e validade dos planos de combate a incêndio aprovado pelo corpo de bombeiros militar (CBM), requereu-se, por meio da Solicitação de Auditoria nº 201503671-02, a documentação da comprovação da existência dos planos para todos os prédios ocupados pela Unila.

Em reposta, por meio do Memorando eletrônico nº 43/2015 – SECIC, a Unidade apresentou as informações solicitadas. Contudo, consoante se vê da resposta da Unidade e dos documentos apresentados à equipe de auditoria da CGU, contata-se que não há ou não estão válidos os planos de combate a incêndio das seguintes sedes da Unila: setor “Vila A”, Unila Centro, Unila Almada, Unila PTI e moradia estudantil.

Causa

A ausência de imóvel próprio da UNILA obriga a mesma a buscar prédios na região. A escassez de imóveis preparados para o funcionamento de uma faculdade causa as deficiências descritas no presente item.

Também não existe normatização específica referente às condições físicas e de uso dos imóveis.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“Os imóveis hoje em utilização pela UNILA são provenientes de contratos de aluguel, o que muitas vezes limita ações da instituição em relação à adequação da infraestrutura.”



As ações em andamento consideradas prioritárias para infraestrutura, e que buscam solucionar problemas apontadas são apresentadas a seguir:

1. *Contratação de serviços de manutenção predial. O Processo Administrativo 23422.011428/2014-26, datado de 31/10/2014, prevê a contratação, através de licitação, de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, por meio de mão de obra terceirizada e fornecimento de materiais. Este processo teve dois Editais e Termos de Referência reprovados e este está em fase de adequações, baseado em um modelo aprovado em outra instituição, compatível com a demanda da UNILA. A expectativa de conclusão é de 120 dias, contados do retorno da equipe, atualmente em situação de greve. Com este contrato serão solucionados situações de pinturas, umidades e infiltrações, calçadas, requisitos de acessibilidade e demais necessidades de reparo. A UNILA atualmente não possui contrato similar vigente.*
2. *Solicitação de contratação de empresa especializada para o fornecimento e montagem de divisórias: Processo Administrativo 23422.000228/2015-29, datado em 08/01/2015, tem por objeto o fornecimento e instalação de divisórias, visando adequar os imóveis de modo dinâmico e com a menor intervenção possível na estrutura.*
3. *Solicitação de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças de elevadores e plataformas elevatórias: Processo Administrativo 23422.000288/2015-41, datado em 09/01/2015, tem por objeto a manutenção de elevadores para os diversos imóveis em utilização pela UNILA. Encontra-se em fase de adequações, tendo em vista o parecer jurídico. Há uma grande dificuldade na definição do modelo de contratação. Isso porque o mercado de prestadores de serviços e fornecedores de peças é restrito e a atividade é altamente especializada. Além disso, a UNILA possui imóveis locados e o elevador que um imóvel possui não é exatamente o mesmo do outro. Os elevadores possuem características diferentes, o que acaba dificultando a especificação de quais serviços devem ser realizados, de quais peças devem ser adquiridas, a elaboração de um plano de manutenção, etc. E, somando-se a isso, o elevador é um equipamento de segurança, fazendo com que seja necessário um cuidado especial nessas definições, de modo que sejam evitados futuros problemas. Outro problema neste tipo de contrato é que a manutenção preventiva deve ser bem feita para que gastos maiores na manutenção corretiva sejam evitados. Todavia, é difícil fazer um contrato de manutenção preventiva separado do de manutenção corretiva, pois, não há como transferir a responsabilidade de uma empresa para outra. Só que o parecer jurídico emitido pela Procuradoria Federal junto à UNILA, constante nos autos, recomenda que essas contratações sejam feitas de modo separado.*
4. *Solicitação de contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de cortinas tipo blackout para atender às demandas da UNILA: Processo Administrativo 23422.005447/2015-02, datado em 30/04/2015, que prevê o fornecimento e instalação de cortinas, para os diversos imóveis. Encontra-se na coordenadoria de compras, em fase de elaboração do Edital.*



Ainda em fase inicial de elaboração temos a (1)Aquisição e instalação de ar condicionado, (2) Contratação de manutenção de ar-condicionado, (3) Contratação de Serviços de Conservação, Limpeza e Copeiragem (4) Fornecimento e instalação de bicicletário e corrimãos, (5) Aquisição de bebedouros, quadros negros, telas de projeção e equipamentos para estrutura em sala de aula, (6) Aquisição de Sinalização, Murais e Comunicação Visual, entre outros.

Do ponto de vista das relações contratuais vinculadas a estes imóveis, entre solicitações e troca de e-mails, a Pró-reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura (PROAGI), solicitou ao Proprietário da Unidade UNILA Centro providências quanto a manutenção dos imóvel, através dos Ofícios listados abaixo. Busca-se, com a utilização da Unidade Jardim Universitário, a descontinuidade de utilização da Unidade UNILA Centro no ano de 2016, tendo em vista as dificuldades estruturais do imóvel.

- 1. Ofício 035/2015, datado em 29/01/2015, Assunto: Reformas no prédio “Unila Centro”, Procedimentos solicitados: (a) troca do forro das salas administrativas do terceiro andar; (b) fixação dos canos de escoamento da água oriunda dos condicionadores de ar; (c) acessibilidade às salas do pavimento nível da rua; (d) troca da calha d’água na sala de estudo;*
- 2. Ofício 124/2015, datado em 07 de abril de 2015, Assunto: Solicitação de manutenções corretivas urgentes. Procedimentos solicitados: (a) manutenção vazamento na caixa de esgoto, (b) manutenção da calha da sala de estudos.*
- 3. Ofício 143/2015, datado em 30/04/2015, Assunto: Manutenção de instalações elétricas prédio UNILA CENTRO – URGENTE.*
- 4. Ofício 167/2015, datado em 15/01/2015, Assunto: Providências em face à vistoria do Corpo de Bombeiros na UNILA Centro. Solicitação que sejam realizadas as adequações apontadas no Parecer Técnico nº 007/2015/SECIC/UNILA.*

(...)

Referente a recomendação 3 da obtenção de aprovação do plano de combate a incêndio junto ao Corpo de Bombeiros, informamos que já estão em curso ações deflagradas para este fim. Neste sentido, foram encaminhados os Memorandos 12, 13 e 14/2015-DASECIC (que segue anexo) para os setores pertinentes, visando as adequações necessárias para obtenção de alvarás, e estes precede a obtenção da aprovação pelo Corpo de bombeiros dos planos de combate a incêndio.

Quanto ao Plano contra Incêndio da Unila PTI, informamos que por ser uma área locada, cabe a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu-Brasil a responsabilidade por esta aprovação e que a mesma deu entrada no PSCIP no dia 06/12/2013 e conforme Ofício nº 133/Comando do Corpo de Bombeiros de 10/04/2015 o mesmo encontra-se em trâmite no setor de análises do 9º Grupamento de Bombeiros. Cabe salientar que devido ao movimento grevista deflagrado pelos TAE's em 29/05/2015 não tem permitido a celeridade necessária para atender as adequações solicitadas pelo Corpo de Bombeiros, causando atraso no atendimento desta recomendação.

Análise do Controle Interno



Em sua manifestação a Unila informa que existem problemas de adequação da infraestrutura decorrentes do fato de os imóveis utilizados serem locados. Contudo, em que pese toda a dificuldade que a Unila enfrenta em decorrência do atraso da obra de sua sede e, por conseguinte, da necessidade de locação de espaços administrativos e acadêmicos, a opção pelos imóveis locados e sua adequação ou não à necessidade da universidade foi decisão da Unila, que deveria ter observado aspectos importantes como, por exemplo, acessibilidade do local, estado das instalações, etc. Quanto à ausência de planos de combate a incêndio válidos para alguns imóveis, a Unila informou que está providenciando a regularização da situação. Desta forma, o apontamento será mantido, a fim de verificar quais são as providências que a Unila vai adotar para solução dos problemas identificados.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomenda-se instalação de rampas de acessos nas UNILA Centro, Almada e Uniamérica, ou a reativação dos elevadores.

Recomendação 2: Recomenda-se a adaptação dos sanitários para portadores de necessidades especiais na UNILA Almada.

Recomendação 3: Recomenda-se a obtenção de aprovação do plano de combate a incêndio junto ao Corpo de Bombeiros.

Recomendação 4: Recomenda-se a elaboração de um normativo/manual estabelecendo condições mínimas de uso dos imóveis.

1.3 BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

1.3.1 CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

1.3.1.1 CONSTATAÇÃO

Falta de normatização da gestão patrimonial.

Fato

Conforme apontado no item 1.2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 201314829, foi verificado que estão pendentes de formalização normativos que norteiam a gestão patrimonial na UNILA, especialmente quanto à:

- definição do responsável pela guarda e conservação dos bens;
- política de manutenção preventiva e recuperação de bens;
- normatização quando da ocorrência de danificação, extraviou ou roubo de bens; e
- periodicidade para realização de inventários.

Sobre o assunto, por meio do Memorando Eletrônico nº 28/2015-COINFRA, de 13 de maio de 2015, a UNILA informou:

“A instrução normativa interna encontra-se em fase de elaboração, passando a seguir para leitura, apreciação e apontamentos a serem realizados pelas diversas áreas envolvidas tais como: Almoxarifado, Informática, Laboratórios, Biblioteca, etc.



Estima-se a disponibilização da minuta do normativo no início do segundo semestre de 2015.”

A ausência de normatização cria empecilhos para uma adequada gestão patrimonial, seja para movimentar internamente os bens, seja para efetuar os registros, seja para nortear os processos quando do desaparecimento de bens.

Também não há prática de inventários na UNILA. É recomendável a realização de inventário total dos bens, pelo menos, anualmente.

Causa

Morosidade no processo de normatização da gestão patrimonial. A gestão patrimonial constitui área de grande sensibilidade em qualquer organização, considerando o valor e o risco envolvido, assim, entende-se prioritária a sua normatização.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 44/2015 – COINFRA, de 23 de Julho de 2015:

A instrução normativa do Patrimônio da UNILA já está elaborada. O processo de número 23422.007729/2015-36 trata deste documento e foi encaminhado à Auditoria Interna da UNILA para análise. Após os devidos procedimentos a instrução normativa deve ser votada e aprovada pelo CONSUN para que possa ser implantada na Universidade.

Com relação à prática de inventários, a UNILA os realiza sim. Os inventários foram realizados nos anos de 2012, 2013 e 2014. O processo referente ao inventário de bens patrimoniais da UNILA do ano de 2012 é o de número 23422.003171/2012-77. Já o processo de número 23422.001050/2012-91 refere-se aos inventários realizados nos anos de 2013 e 2014. Para este ano de 2015 será aberto um novo processo para a realização deste procedimento.”

Análise do Controle Interno

Em relação ao normativo norteador da gestão patrimonial, considerando que o mesmo se encontra em processo de aprovação, o apontamento será mantido.

Recomendações:

Recomendação 1: Definir, por meio de normativo interno, aspectos como: responsável pela guarda e conservação dos bens; política de manutenção preventiva e recuperação de bens; normatização quando da danificação, extravio ou roubo de bens; e periodicidade dos inventários.

2 CONTROLES DA GESTÃO



2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Situação de atendimento das recomendações emitidas pela CGU em auditorias anteriores.

Fato

Segue avaliação das recomendações emitidas pela CGU em auditorias anteriores:

A) Do Relatório de Auditoria nº 201314811 – Auditoria sobre o Contrato nº 16/2011 – Obra do novo *campus* da UNILA:

A.1) Item 1.1.1.1 – Pagamento a maior a título de reequilíbrio econômico financeiro:

Recomendação 1 – adotar medidas para reaver o valor de R\$ 11.609.363,00 pagos a maior a título de reequilíbrio econômico financeiro.

Por meio do Memorando Eletrônico nº 44/2015 – DECON, de 14 de maio de 2015, a UNILA informou:

“A UNILA realizou várias retenções de pagamentos devidos ao DECON (da medição 36 até 41), retendo R\$ 4.883.047,33 (...), assim composto:

36ª Medição: R\$ 2.499.537,10 retido

37ª Medição: R\$ 1.352.025,36 retido

38ª Medição: R\$ 281.026,28 retido

39ª Medição: R\$ 117.450,44 retido

40ª Medição: R\$ 516.345,54 retido

41ª Medição: R\$ 82.662,61 retido

Juros e atualização monetária devidos: R\$ 34.000,00 (aprox.) retido

A diferença desse valor foi cobrada através de processo administrativo sancionatório próprio.”

As medidas adotadas pela UNILA resultaram na recuperação parcial dos recursos. Uma vez que a empreiteira (contratada do Contrato nº 16/2010) recorreu judicialmente da cobrança administrativa, a recomendação continuará em monitoramento.

Recomendação 2 – apuração de responsabilidade de quem deu causa ao pagamento a maior.

Por meio do Memorando Eletrônico nº 40/2015-SECIC, de 11 de maio de 2015, a UNILA informou:

“No que se refere a apuração de responsabilidade pelo pagamento a maior a título de reequilíbrio econômico-financeiro, informamos que já se encontra em curso o procedimento de apuração, conforme se infere da portaria nº 234, que institui Comissão de Processo Administrativo Disciplinar CPAD, publicada no Boletim de Serviços da UNILA nº142, do dia 06/03/2015 e a portaria nº 311, publicada no Boletim de Serviços da UNILA nº144, do dia 20 de março de 2015.



No efetivo desenvolvimento de suas funções, a CPDA, solicitou vistas ao processo principal da obra e ao processo complementar da fiscalizadora, demonstrando o normal fluxo dos trabalhos da comissão.

Por fim, em contato com o Sr. M.A.Y, presidente da CPDA, obtivemos informações de que o processo esta seguindo seu curso normalmente, contudo o presidente se reservou a condição de não externar outras informações.”

Considerando que as medidas resolutivas se encontram em andamento, o assunto continuará sendo monitorado.

A.2) Item 1.1.2.1 – Não aplicação de penalidades contratuais, apesar do descumprimento de prazo de entrega

Recomendação 1 – Aplicação de multa compensatória pelo descumprimento do item "b" da Cláusula 15ª do contrato 16/2011 (não entrega de pelo menos 80% da obra até 24/05/2013).

Por meio do Memorando Eletrônico nº 44/2015 – DECON, de 14 de maio de 2015, a UNILA informou:

“Em Setembro/2014 o DECON instaurou o processo nº 2342.009528/201492 visando aplicar multa compensatória pela não entrega de pelo menos 80% da obra até 24/05/2013, no valor inicial de R\$ 19.195.457,96 (...). Após regular tramitação administrativa, foi exarada decisão em 2ª instância, que confirmou a aplicação da referida multa. Submetido o processo à exame jurídico, a PF/UNILA informou que incluiu a cobrança da presente multa no bojo dos autos 500823134.2014.404.7002, ajuizada em desfavor do CMJS.”

Conforme informações prestadas, a empreiteira recusou o pagamento administrativo da multa, estando a cobrança em litígio judicial. Assim, a recomendação continuará em monitoramento.

Recomendação 2 – Aplicar multa de mora com fulcro na Cláusula 14ª do Contrato 16/2011 pelo não cumprimento dos marcos 3.1 e 4.2, além de outros, definidos o TA 05.

Por meio do Memorando Eletrônico nº 44/2015 – DECON, de 14 de maio de 2015, a UNILA informou:

“O DECON instaurou diversos processos visando a aplicação de penalidades ao CMJS pelo não cumprimento dos marcos contratuais nos prazos contratados, conforme abaixo:

Abril/14, processo 23422.001155/201410, multa de R\$ 26.481.725,59 pelo atraso no cumprimento dos marcos contratuais 6.2 e 7.2.

Junho/14, processo 23422.002480/201491, multa de R\$ 8.462.193,30 pelo atraso no cumprimento do marco contratual 4.2.

Junho/14, processo 23422.002916/201442, multa de R\$ 22.391.677,40 pelo atraso no cumprimento do marco contratual 3.1.

Setembro/14, processo 2342.009527/201448, ressarcimento de R\$ 8.041.594,48 conforme recomendação da CGU.

Outubro/14, processo 23422.009889/201439, multa de R\$ 26.481.725,59 pelo atraso no cumprimento dos marcos contratuais 3.2, 3.3, 4.3 e 5.”



Conforme informações prestadas, a empreiteira recusou o pagamento administrativo da multa, estando a cobrança em litígio judicial. Assim, a recomendação continuará em monitoramento.

B) Do Relatório de Auditoria nº 201314695 – Auditoria sobre a Gestão de Recursos Humanos:

B.1) Item 1.2.1.2 - Necessidade de implementação da metodologia de avaliação da qualidade/quantidade dos serviços prestados pelos servidores

Recomendação 1 - Recomenda-se a realização de estudos no sentido de implantar uma metodologia de avaliação de desempenho quantitativo/qualitativo dos serviços prestados pelos servidores. As observações descritas no presente item poderão ser consideradas, porém não são restritivas e muito menos exaustivas, devido à existência de inúmeras técnicas/estudos sobre o assunto.

Sobre o assunto, por meio do Memorando Eletrônico nº 152/2015 – PROGEPE, de 15 de maio de 2015, a UNILA informou:

“Em relação a recomendação da CGU esta unidade de gestão de pessoas tem a informar que a proposta de Regimento da Reitoria que servirá de base para definição das atribuições e responsabilidades a nível organizacional continua sob consulta pública na universidade. Frise-se que entendemos tais definições como base para qualquer discussão a nível individual no tocante a quantidade/qualidade dos serviços prestados. Outra frente foi iniciada junto a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças no sentido daquela unidade realizar a publicação das atribuições e responsabilidades já existentes hoje, com vistas a superar a lacuna existente e eliminar a necessidade de aguardar votação em Conselho Universitário que pode se estender por tempo indeterminado. Neste sentido, a PROGEPE em conjunto principalmente com a PROPLAN e servidores de outras unidades iniciou trabalho piloto de mapeamento de processos com vistas a uma melhor definição dos fluxos, melhoria nos processos, otimização de esforço do pessoal, com intuito futuro de definição dos conhecimentos e habilidades necessárias para execução das tarefas do dia a dia, de modo a progressivamente vincular tal atividade com o dimensionamento de pessoal, necessidades de capacitação e avaliação de desempenho, ou seja, com as políticas de pessoal por competências, que passariam a não ser mais reativas, mas pró-ativas, de modo a antecipar necessidades reais para realização de determinadas tarefas.

Ressalta-se que tal trabalho deve ser realizado de modo progressivo e deve abranger toda a universidade, de modo a possibilitar participação da comunidade nas definições de parâmetros de qualidade dos serviços, informações imprescindíveis para efetividade do indicador de desempenho.

Existe ainda em andamento na universidade com relação a ambas as carreiras, definições das atividades e quesitos para avaliação de desempenho de modo a possibilitar uma avaliação mais efetiva tanto qualitativamente como quantitativamente.”

Sobre as informações prestadas pela UNILA, causa preocupação a ausência de definição de objetivos, metas e, especialmente, **prazos**.

Conforme descrito no item 4.1.1.3 do presente relatório, o indicador aluno tempo integral/docente equivalente e aluno tempo integral/técnico equivalente da UNILA não possui valor favorável comparada com as demais IFES, assim, entende-se que a definição de fatores como: atribuições e responsabilidades do cargo; parâmetro de produtividade (quantitativa e qualitativa); definição de perfil para atribuição;



necessidade de capacitação; entre outros, é necessária para fomentar o desempenho do capital humano.

Assim sendo, a recomendação continuará em monitoramento.

B.1) Item 1.2.1.3 - Necessidade de implementação da política de motivação dos Servidores

Recomendação 1 - Recomenda-se o desenvolvimento de metodologia que permita ponderar numericamente e estatisticamente as ações voltadas para a motivação, no propósito de permitir uma mensuração da eficiência e eficácia das ações, servindo de feedback para a continuidade das ações ou necessidade de reformulação das mesmas, conforme resultados obtidos. Como já descrito, o processo pode ser consolidado junto à avaliação de desempenho profissional.

Sobre o assunto, por meio do Memorando Eletrônico nº 152/2015 – PROGEPE, de 15 de maio de 2015, a UNILA informou:

“Encaminhamos manifestações das duas áreas desta Pró-Reitoria, cujas ações, entre outros objetivos, visam trabalhar a motivação dos servidores:

- Departamento de Desenvolvimento Profissional e Pessoal

O ano de 2014 foi marcado por ter sido um ano peculiar, devido ao ingresso de novos servidores, pois houve um aumento significativo do número de docentes e técnico-administrativos na universidade.

Com o objetivo de promover a integração, a motivação e o reconhecimento profissional e pessoal de todos, através de oportunidades de acesso à diversos tipos de eventos voltados à educação, entretenimento, bem como valorização profissional e pessoal, foram desenvolvidas diversas atividades ao longo do ano de 2014.

Tais eventos visaram também ambientar e integrar os novos servidores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana por meio de vivências, capacitação em serviço, apresentação da forma de funcionamento da instituição, além de promover a construção coletiva da cultura organizacional.

Neste sentido, um dos eventos realizados foi a Ambientação dos Novos Servidores da UNILA, através de 6 edições, a Universidade acolheu 361 servidores novos no ano de 2014. A programação base apresentou a instituição, bem como o projeto de integração e os desafios para a América Latina na consolidação dos objetivos da Universidade Federal da Integração Latino-americana - UNILA.

Outro evento realizado foi destinado à comemoração do Dia do Servidor Público com atividades especiais destinadas a todos os servidores da Instituição, em sua homenagem.

Informamos que as ações de capacitação desenvolvidas e destinadas aos servidores docentes e técnico-administrativos em educação da UNILA possuem como base o Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC que culminam no Plano Anual de Capacitação da Instituição – PAC.

As ações de planejamento das ações de capacitação é executado por meio do envolvimento e comprometimento dos gestores, bem como de todos os servidores, pois trata-se de documento norteador das ações a serem implementadas pela instituição. O LNC, com base na leitura do texto-base contendo a metodologia, bem como sua base-legal destacando a importância da realização do mesmo, gerou diálogo interno entre os gestores e seus colaboradores para que fossem identificadas as demandas de capacitação necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas da unidade. O LNC é consolidado em reunião por meio da participação da área de Gestão de Pessoas,



Planejamento e gestor da unidade demandante. Após sua consolidação é elaborado o PAC da UNILA.

Em atendimento ao PAC, nos anos de 2014 e 2015, foram realizadas ações diversas em temas variados e de interesse institucional por meio de cursos internos ou externos. Ressaltamos que como objetivo de acompanhar os resultados obtidos nas capacitações os servidores logo após a participação respondem a um questionário de reação. Após 3 meses, tanto o servidor quanto sua chefia imediata respondem a um questionário de Impacto da ação nas suas atividades, sendo portanto um canal de comunicação para manifestar sua opinião, entre outros.

As Avaliações de Desempenho para Progressão por Mérito e nas Avaliações de Estágio Probatório também configuram como canais para manifestação dos servidores.

Nas avaliações de estágio probatório foram indicadas sugestões pelas chefias imediatas em relação à capacitação, local de trabalho, entre outros. A área responsável pela carreira do servidor realiza o devido encaminhamento do processo para a área competente. Após o retorno do processo, contendo a manifestação, é dada ciência pela chefia e servidor avaliado.

Em 2014, com o ingresso de um Psicólogo na área que realiza o acompanhamento da carreira do servidor, foi iniciado o trabalho de Psicologia organizacional. Foram realizados atendimentos psicológicos, conforme demanda, com o objetivo de verificar a procedência do problema e fornecer a orientação adequada e quando necessário, encaminhamento. Caso o conflito seja relacionado ao trabalho é realizada análise e desenvolvimento de ações para identificação do problema e resolução do conflito junto aos envolvidos.

Foi realizada no ano passado uma Pesquisa de Clima organizacional a fim de conhecer a opinião dos servidores sobre os formulários de Avaliação de Desempenho e também de levantar as demandas referentes ao relacionamento interpessoal e satisfação dos servidores no trabalho. Com base nos resultados da pesquisa, pretende-se em 2015 propor alterações nos formulários de avaliação de desempenho, bem como orientar as chefias imediatas na realização das avaliações.

- Departamento de Promoção e Vigilância à Saúde

a) Desenvolver a cultura organizacional de bem estar coletivo: Ações realizadas: Maio amarelo, Outubro Rosa, Agosto Azul, Bem-Gestar, Ofincina Papel dos Pais na Educação e Proteção dos Filhos;

b) Envolver, responsabilizar e buscar o comprometimento de dirigentes em todos os níveis hierárquicos, bem como de servidores Ações realizadas: Orientação Psicológica junto as Chefias dos servidores PCDs;

c) Promover a melhoria da organização do trabalho, por meio do incentivo ao planejamento das atividades, a partir do diálogo e com atenção às possibilidades de flexibilidade para a realização das tarefas;

Ações realizadas: Realização dos Procedimentos Operacionais Padrão – Mapeamento de Processos;

d) Estimular a promoção e o desenvolvimento de atitudes de cooperação entre os trabalhadores, destes com as chefias superiores e entre as áreas;

Ações realizadas: Orientação Psicológica de Inclusão dos servidores PCDs nos ambientes de trabalho;

e) Incentivar a criação e o fortalecimento dos canais de comunicação que permitam aos servidores manifestar ideias e críticas, apresentar sugestões e propor melhorias, principalmente nos processos de trabalho;

Ações realizadas: Criação da CISSP – Comissão Interna de Saúde do Servidor Público; informatização da comunicação com os servidores a partir de correio eletrônico; Instituição da Brigada de Emergência;



f) *Desenvolver ações de caráter educativo e preventivo, na área de saúde, com temas importante para a vida pessoal e profissional dos servidores* Ações realizadas: Espaço Qualidade de Vida – informativo eletrônico; Bem-Gestar – ação com as gestantes de caráter educacional; Grupo de Hipertensos – ação de caráter educacional; Cinesioterapia Laboral; Dia do Servidor;

g) *Grupos de discussão, palestras, cursos e atividades em grupo abordando questões de qualidade de vida, saúde ocupacional, segurança no trabalho, lazer, educação e desenvolvimento pessoal e profissional* Ações realizadas: Espaço Qualidade de Vida – informativo eletrônico; Bem-Gestar – ação com as gestantes de caráter educacional; Grupo de Hipertensos – ação de caráter educacional; Cinesioterapia Laboral; Dia do Servidor; Oficina de Prevenção do Câncer de Mama; IMC – Servidores; Adequações dos Postos de Trabalho;

h) *Orientação psicológica individual, ou formação de grupos de trabalho com gestores e servidores sobre as formas de organizar o trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador;*

Ações realizadas: Orientação Psicológica juntos aos servidores e servidores PCDs;

i) *Ginástica Laboral com exercícios de concentração, relaxamento, fortalecimento fisiológico e energético*

Ações realizadas: Cinesioterapia Laboral realizado em todas as Unidades da UNILA durante a semana laboral; Laudos Ergonômicos.”

As informações apresentadas demonstram dois focos de atuação da PROGEPE/UNILA para a manutenção da motivação funcional – capacitação e promoção da saúde e bem estar.

Nas capacitações, a UNILA adota interessante metodologia em que é realizada avaliação logo após o evento (para avaliação do curso em si) e 90 dias após o treinamento (para avaliar a utilidade dos conhecimentos adquiridos). Vale descrever que, as capacitações da UNILA se segmentam em internas (realizadas por profissionais da própria instituição) e externas (realizadas por profissionais/instituições externas).

Segue quadro resumo das avaliações das capacitações realizadas em 2014:

Para os quadros V.1 e V.3, será válido:

- 1 – Superou as expectativas;
- 2 – Atendeu as expectativas;
- 3 – Atendeu parcialmente as expectativas;
- 4 – Não atendeu as expectativas; e
- 5 – Não responderam.

Para os quadros V.2, V.4 e V.5, será válido:

- 1 – Concordo Totalmente;
- 2 – Concordo Parcialmente;
- 3 – Indiferente;
- 4 – Não concordo parcialmente;
- 5 – Não concordo totalmente; e
- 6 – Não responderam.

B.2.1) Avaliação do evento das Capacitações Internos – cerca de 285 participantes:

Quadro V.1 – Resultado da avaliação dos cursos internos 2014

	Conteúdo	Instrutoria	Instituição	Material	Duração
1	35,89%	51,22%	26,48%	22,30%	9,41%



2	51,92%	42,16%	66,90%	57,84%	74,22%
3	11,85%	5,92%	5,57%	16,72%	14,98%
4	0,35%	0,35%	1,05%	2,79%	1,05%
5		0,35%		0,35%	0,35%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

B.2.2) Avaliação da utilidade das Capacitações Internas – cerca de 285 participantes:

Quadro V.2 – Resultado da avaliação de impacto dos cursos internos 2014

	Utilidade do conhecimento no trabalho	Capacidade de disseminar conhecimentos adquiridos	Aproveitar os novos conhecimentos quando possível	Cometimento de menos erros em função da capacitação
1	70,03%	50,52%	77,00%	52,61%
2	25,78%	42,16%	20,21%	35,19%
3	0,70%	2,44%	0,70%	9,41%
4	2,79%	3,48%	1,74%	1,39%
5	0,70%	1,39%	0,35%	0,70%
6				0,70%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

Quadro V.2 – Resultado da avaliação de impacto dos cursos internos 2014 – cont.

	Recordação (Assimilação) do conteúdo	A capacitação irá agilizar os trabalhos	A capacitação irá aumentar a qualidade do trabalho	A capacitação irá aumentar a qualidade dos trabalhos não relacionados
1	47,04%	56,10%	65,85%	43,55%
2	47,39%	26,92%	25,09%	35,19%
3	2,09%	9,06%	5,92%	15,68%
4	2,09%	3,14%	2,09%	2,79%
5	0,70%	1,05%	0,35%	2,09%
6	0,70%	1,05%	0,70%	0,70%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

Quadro V.2 – Resultado da avaliação de impacto dos cursos internos 2014 – cont.

	A capacitação irá contribuir para a melhoria do relacionamento do grupo	Terei oportunidade de aplicar os conhecimentos	Capacidade de adquirir novos conhecimentos	Possibilidade de recomendar a capacitação para outros
1	37,28%	71,43%	55,40%	82,58%
2	31,01%	22,65%	37,63%	12,54%
3	27,53%	2,09%	2,44%	2,09%
4	2,09%	2,44%	2,09%	1,39%
5	1,39%	0,35%	1,39%	0,70%
6	0,70%	1,05%	1,05%	0,70%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

B.2.3) Avaliação do evento das Capacitações Externas – cerca de 144 participantes:

Quadro V.3 – Resultado da avaliação dos cursos internos 2014

	Conteúdo	Instrutoria	Instituição	Material	Duração	Local
1	42,40%	37,1%	36,1%	23,9%	11,8%	39,6%
2	49,30%	58%	59,7%	62,3%	63,9%	53,5%
3	8,3%	4,9%	4,2%	10,9%	22,9%	6,3%
4	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	1,4%	0,7%
5	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014



B.2.4) Avaliação da utilidade das Capacitações Externas – cerca de 144 participantes

Quadro V.4 – Resultado da avaliação de impacto dos cursos externos 2014

	Utilidade do conhecimento no trabalho	Capacidade de disseminar conhecimentos adquiridos	Aproveitar os novos conhecimentos quando possível	Cometimento de menos erros em função da capacitação
1	79,9%	72,5%	88,2%	54,9%
2	17,4%	25,4%	9%	32,6%
3	1,4%	0,0%	0,7%	6,9%
4	0,0%	1,4%	0,7%	3,5%
5	1,4%	0,7%	1,4%	2,1%
6	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

Quadro V.4 – Resultado da avaliação de impacto dos cursos externos 2014 – cont.

	Recordação (Assimilação) do conteúdo	A capacitação irá agilizar os trabalhos	A capacitação irá aumentar a qualidade do trabalho	A capacitação irá aumentar a qualidade dos trabalhos não relacionados
1	66,7%	59,7%	81,9%	33,3%
2	30,6%	31,9%	12,5%	39,6%
3	0,7%	5,6%	2,8%	22,2%
4	0,7%	0,7%	1,4%	1,4%
5	1,4%	2,1%	1,4%	3,5%
6	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

Quadro V.4 – Resultado da avaliação de impacto dos cursos externos 2014 – cont.

	A capacitação irá contribuir para a melhoria do relacionamento do grupo	Terei oportunidade de aplicar os conhecimentos	Capacidade de adquirir novos conhecimentos	Possibilidade de recomendar a capacitação para outros
1	43,1%	75,7%	70,8%	81,3%
2	29,9%	21,5%	27,1%	14,6%
3	22,9%	0,7%	0,0%	2,1%
4	1,4%	0,7%	0,7%	0,7%
5	2,8%	1,4%	1,4%	1,4%
6	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

B.2.5) Avaliação da utilidade das Capacitações Externas pelas chefias:

Finalmente, as chefias imediatas fizeram avaliação sobre os impactos positivos que as capacitações proporcionaram ao ambiente e ao rendimento do trabalho (vale salientar que, somente foi aplicado este questionário para as capacitações externas realizadas em 2014):

Quadro V.5 – Resultado da avaliação de impacto pelas chefias 2014

	Utiliza com frequência os conhecimentos do treinamento	Capacidade de disseminar conhecimentos adquiridos	Aproveitar os novos conhecimentos quando possível	Comete menos erros no trabalho
1	85,5%	85,5%	94,2%	76,8%
2	13%	14,5%	5,8%	17,4%
3	1,4%	0,0%	0,0%	5,8%
4	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%



5	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
6	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

Quadro V.5 – Resultado da avaliação de impacto pelas chefias 2014 – cont.

	Realiza trabalho com maior rapidez	Melhorou a qualidade do trabalho	Melhorou a qualidade do trabalho (tarefa não relacionada ao curso)	A capacitação melhorou o relacionamento do grupo
1	72,5%	88,4%	49,3%	63,8%
2	20,3%	10,1%	30,4%	23,2%
3	7,2%	1,4%	17,4%	10,1%
4	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
5	0,0%	0,0%	2,9%	2,9%
6	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

FONTE – Relatório Anual das Avaliações de Capacitação 2014

B.2.6) Comentários sobre as capacitações:

Conforme ilustrado nos quadros V.1~V.4, o índice de respostas “ótimas” ou “boas” superaram os 80% (em alguns casos os 90%), demonstrando a adequação do Plano Anual de Capacitação – isto é, seleção de cursos pertinentes à demanda dos servidores. A realização de análise em 2 etapas constitui uma interessante iniciativa da UNILA, ao aplicar as avaliações 90 dias após o curso, com questões focadas à aplicabilidade dos conhecimentos ao “dia a dia”, consegue-se obter uma resposta sobre o nível de praticidade do conteúdo ministrado nos cursos.

Também constitui iniciativa relevante a coleta de opiniões junto às chefias imediatas, sobre a percepção das mudanças comportamentais e de habilidade dos subordinados em decorrência das capacitações.

B.2.7) Pesquisa de Clima Organizacional 2014:

Outra relevante iniciativa da PROGEPE focada na gestão de RH foi a Pesquisa de Clima Organizacional. Seguem principais resultados:

Questionários destinados aos funcionários:

Quadro V.6 – Questionários destinados aos funcionários – 96 avaliações

1 – As tarefas estão de acordo com o cargo/função		2 - Como você se sente em relação às suas tarefas		3 - Você acha que será melhor aproveitado em outro setor?		4 - Você encontrou dificuldade em adaptar-se ao setor	
Sim	83%	Satisfeito	80%	Sim	13%	Sim	18%
Não	2%	Pouco satisfeito	15%	Não	43%	Não	78%
Razoável	8%	Insatisfeito	1%	Talvez	39%	Outros	4%
Outros	6%	Outros	4%	Outros	6%		

FONTE – Pesquisa de Clima Organizacional

Quadro V.6 – Questionários destinados aos funcionários – 96 avaliações

5 – Como é o seu relacionamento com os colegas de trabalho		6 – Como é o seu relacionamento com a chefia imediata		7 – Ocorrência de assédio moral entre servidores do setor		8 – Ocorrência de assédio moral entre servidores da UNILA	
Ótimo	59%	Ótimo	60%	Sempre	2%	Sempre	4%
Bom	35%	Bom	31%	Muitas Vezes	5%	Muitas Vezes	17%
Regular	4%	Regular	5%	Poucas Vezes	15%	Poucas Vezes	25%
Ruim	0%	Ruim	3%	Raramente	23%	Raramente	23%
Outros	1%	Outros	0%	Nunca	48%	Nunca	28%



				Outros	7%	Outros	3%
--	--	--	--	--------	----	--------	----

FONTE – Pesquisa de Clima Organizacional

Quadro V.6 – Questionários destinados aos funcionários – 96 avaliações

9 – Com que frequência a chefia lhe informa do desempenho do trabalho?		10 – O modelo de avaliação do estágio probatório é adequado		11 – Você considerado o <i>feedback</i> ?		12 – Qual a atitude da chefia para resolver os conflitos	
Sempre	15%	Sim	20%	Necessário	78%	Indiferente	6%
Muitas Vezes	19%	Parcialmente	23%	Importante	69%	Superficial	11%
Poucas Vezes	45%	Não atende	13%	Invasivo	1%	Parcial	5%
Raramente	0%	Sem avaliação	40%	Agressivo	1%	Total	43%
Nunca	19%	Outros	5%	Desnecessário	0%	Outros	34%
Outros	3%			Outros	4%		

FONTE – Pesquisa de Clima Organizacional

Questionários destinados às Chefias:

Quadro V.7 – Questionários destinados às chefias – 33 avaliações

1 – Opinião sobre a equipe		2 – Qual o atributo importante para chefia		3 – Como você se sente em avaliar pessoas		4 – O modelo de avaliação do estágio probatório atende?	
Colaborativa	59%	Senso crítico	71%	Confortável	59%	Sim	21%
Coesa	26%	Imparcialidade	76%	Desconfortável	6%	Parcialmente	35%
Dispersa	6%	Empatia	18%	Receoso	12%	Não atende	12%
Conflituosa	3%	Feedback	53%	Indiferente	18%	Não avaliei	32%
Outros	6%	Conhecimento	41%	Outros	6%	Outros	0%
		Relação humana	18%				

FONTE – Pesquisa de Clima Organizacional

Quadro V.7 – Questionários destinados às chefias – 33 avaliações

5 – Você considerado o <i>feedback</i>		6 – Ocorrência de assédio moral no setor		7 – Ocorrência de assédio moral na UNILA	
Necessário	79%	Sempre	0%	Sempre	3%
Invasivo	6%	Poucas vezes	35%	Poucas vezes	32%
Importante	68%	Muitas vezes	0%	Muitas vezes	32%
Desnecessário	0%	Nunca	56%	Nunca	29%
Outros	3%	Outros	9%	Outros	3%

FONTE – Pesquisa de Clima Organizacional

B.2.8) Comentários sobre clima organizacional:

As informações ilustradas nos Quadros V.7 e V.8 demonstram que, em termos gerais, a maioria dos servidores da UNILA está satisfeita com: o ambiente de trabalho; a natureza do trabalho; o relacionamento com a chefia e entre pares.

Vale salientar sobre a percepção quanto ao assédio moral. Nota-se que, conforme avaliação dos servidores, a ocorrência de assédio moral dentro do setor é baixa (7% com



indicação de sempre e muitas vezes), porém, o mesmo servidor, ao enxergar a UNILA como um todo, indica 21% de ocorrência de assédio moral.

As chefias também apresentaram percepção semelhante, dentro do Setor, as chefias informaram 0% de ocorrência “sempre” ou “muitas vezes”, por sua vez, para a UNILA como um todo, perceberam 35% de ocorrência de assédio moral.

B.2.9) Consideração Final sobre o atendimento da Recomendação:

Entende-se que as ferramentas em uso na UNILA para avaliação do nível de motivação dos servidores consegue proporcionar à gestão informações numéricas, estatísticas e qualitativas sobre os anseios e níveis de satisfação e insatisfação, permitindo ao gestor o planejamento de ações voltadas para a manutenção e melhoria do nível de motivação.

Aliada às ferramentas, a PROGEPE/UNILA vem realizando um intenso volume de capacitações e ações voltadas para a saúde e o bem estar do servidor, contribuindo para a manutenção da motivação.

Assim, entende-se que a recomendação está atendida.

C) Do Relatório de Auditoria nº 201410712 – Auditoria sobre a Gestão do Ensino, Pesquisa e Extensão:

C.1) Item 1.1.1.3 - Necessidade de maior isonomia na distribuição da CH das atividades dos docentes

Recomendação 1 - Recomenda-se que sejam promovidas melhorias na distribuição das atividades dos docentes, especialmente em relação à CH destinadas à pesquisa e/ou extensão.

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UNILA informou:

“O Conselho Universitário – CONSUN aprovou a Resolução nº 044/2014 que versa sobre a distribuição das atividades do magistério superior, a resolução determina, entre outras coisas, a criação do Plano Individual de Trabalho Docente – PID.

O CONSUN aprovou, também, a Resolução 039/2014 que disciplina à alocação de Professores por áreas do conhecimento, esta medida, visa garantir a isonomia na distribuição da carga horária - CH docente dentro das unidades acadêmicas, e possibilitará o redirecionamento da CH aos demais eixos de atuação da Universidade (Graduação, Pesquisa e Extensão).”

Com a publicação das Resoluções nºs 39/2014 e 44/2014 foram criados os critérios objetivos para a distribuição das atividades. Entretanto, uma vez que a presente recomendação tem como finalidade avaliar a melhora (ou não) na distribuição “efetiva” das atividades, comparativamente com uma situação passada (retratado no Relatório nº 201410712), a aferição do atendimento (ou não) dependerá de novos exames.

Entende-se oportuna a realização do exame em 2016, considerando que as Resoluções citadas são de dezembro de 2014 e os seus reflexos seriam limitados em 2015.

Assim sendo, a recomendação continuará em monitoramento.

C.2) Item 1.1.1.4 – Docentes sem projeto de pesquisa e/ou extensão

Recomendação 1: Recomenda-se a implantação de políticas de incentivo à pesquisa e extensão na UNILA, considerando as ponderações descritas no presente item.



Por meio do Memorando Eletrônico nº 72/2015, de 15 de maio de 2015, a Pró-Reitoria de Pós Graduação (PRPPG) da UNILA informou:

“Conforme Memorando eletrônico 195/2014 PRPPG, encaminhado à Audin em 02 de dezembro de 2014 pelo então Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação J.B.L.J, foram relacionadas várias iniciativas tomadas pela PRPPG e aprovadas na Comissão Superior de Pesquisa (COSUP) no sentido de regulamentar os processos institucionais relativos à pesquisa e no apoio aos docentes e servidores para a realização de projetos de pesquisa.

Essas iniciativas não estão relacionadas no Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão (UNILA) referente ao ano de 2014, executado pela Controladoria Regional da União – PR, sob número 201410712, e por isso são relatadas novamente aqui.

1) Resolução COSUP nº 01/2014 Institui critérios para aferir a produtividade intelectual dos docentes. (permite a mensuração comparativa da produtividade para uso em editais de concessão de apoio à pesquisa e bolsas).

2) Resolução COSUP nº 02/2014 Estabelece o apoio à apresentação de trabalhos de docentes da UNILA em eventos científicos. (concede apoio financeiro para apresentação de resultados de pesquisas em eventos).

3) Resolução COSUP nº 03/2014 Institui o Programa de Apoio ao Pesquisador da Unila. (concede auxílio financeiro a pesquisadores).

4) Resolução COSUP nº 04/2014 Institui o Programa de Iniciação Científica e Clic. (concede bolsas de iniciação científica para que discentes atuem em projetos).

5) Resolução COSUP nº 05/2014 Designa os membros do Clic.

6) Resolução COSUP nº 06/2014 Aprova o Edital IMEA nº 01.2014 que dispõe sobre o Programa de Apoio ao Pesquisador da Unila PROPESQ 2014 – 2015. (concede apoio financeiro a pesquisadores com projetos).

7) Resolução COSUP nº 07/2014 Institui o PIBITI e o Grupo Especial (cria programa de apoio a projetos de inovação tecnológica e concede bolsas de iniciação para participação de discentes).

8) Resolução COSUP nº 08/2014 Designa os membros do GITI.

9) Resolução COSUP nº 09/2014 Aprova Edital IMEAPRPPG nº 022014.

10) Resolução COSUP nº 10/2014 Aprova o Edital 08/2014 – PRPPG – Programa de Auxílio à Integração de Docentes e Técnicos Administrativos em Atividades de Pesquisa – PAIP. (concede apoio financeiro a projetos de pesquisa)

Posteriormente foram aprovados:

11) Resolução COSUP nº 01/2015 Designa os membros do Grupo Especial de Ética em Pesquisa e dá outras providências (para estruturar comitês de ética em pesquisas com humanos e com animais, condição necessária para autorização à realização dessas pesquisas).

12) Resolução COSUP nº 02/2015 Designa os membros do Grupo Especial para revisão do anexo I (formulário para declaração de produtividade intelectual do pesquisador) da Resolução Cosup nº 01/2014 e dá outras providências.

Adicionalmente foi publicado pela PRPPG:

14) Edital PRPPG 05/2014, fluxo contínuo de registro de projetos de pesquisa (estabelece os procedimentos para registro de projetos com vistas a constituição de um banco de dados na PRPPG).

15) Edital 07/2015PRPPG, Submissão de propostas de programas de pós-graduação stricto sensu 2015.

16) Chamada interna PRPPG 01/2015 seleção de subprojetos para compor a proposta UNILA para a chamada pública MCTI/FINEP/ctinfraproinfra – 02/2014 –



equipamentos multiusuários (para obter recursos externos para aquisição de equipamentos de maior valor monetário para estruturar laboratórios de pesquisa na UNILA).

17) PORTARIA 08/2015 – PRPPG, Institui Grupo de Trabalho (GT) para demandar estudos sobre Fundação de Apoio à Pesquisa e designa os membros para o GT (para viabilizar o uso de recursos de fontes externas, evitando-se a devolução por dificuldades na execução orçamentária de projetos aprovados por agências e órgãos de fomento, tanto na pesquisa, como na extensão e ensino)

Foi também recentemente aprovada na COSUP atualização do regimento dessa Comissão Superior de Pesquisa visando ampliar a sua representatividade e viabilizar sua atuação. Essa norma foi submetida ao CONSUN para homologação e deve ser analisada na reunião do dia 22/05/2015.

Mas o instrumento mais importante para a ampliação das atividades de pesquisa na UNILA no período foi a aprovação pelo CONSUN da Resolução nº 044, de 18 de dezembro de 2014 que estabelece as “normas para distribuição das atividades do magistério superior na Universidade Federal da Integração LatinoAmericana UNILA”. Essas normas permitem a mensuração da carga horária a ser destinada a cada atividade pelos docentes, detalhando o disposto na lei 9394/96 e determinando um mínimo de oito horas de dedicação a projetos de pesquisa e/ou extensão.

Deve-se destacar que para o acompanhamento das atividades docentes, em particular nos projetos de pesquisa, é necessário que haja a institucionalização das Unidades Acadêmicas (Institutos) e dos Centros Interdisciplinares, que são efetivamente as unidades onde os docentes atuam e onde deve ser feito o acompanhamento efetivo das suas atividades. À PRPPG e COSUP cabe a elaboração da política geral de apoio à pesquisa e um acompanhamento em perspectiva mais ampla e não individualizada.

Em relação ao pretense desequilíbrio na distribuição das diferentes atividades na carga horária docente, entre “Aula”, “Pesquisa”, “Extensão” e “outras”, conforme quadro P.10, página 20, do Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão (UNILA/2014) CGU/PR 201410712, enfatizo que devem ser primeiro esclarecido a natureza do item “outras”, pois possivelmente inclui carga horária dedicada a atividades de ensino. Na Resolução CONSUN nº 044, supramencionada, é definido que para cada hora em sala de aula, o docente pode destinar uma hora e meia para “Preparação de aula, atendimento do aluno e avaliação de desempenho discente”, procedimento usual em universidades tradicionais. Assim, um docente com a carga horária mínima em sala de aula exigida por lei (oito horas semanais), apresentará 20 horas de dedicação ao ensino. Desse modo, sugere-se que no item outras, seja discriminada a carga horária dedicada ao ensino.

Considerando a média de tempo em sala de aula dos docentes da UNILA, de 11,31 horas/semana, tem-se um tempo dedicado ao ensino de mais de 28 horas semanais. Desse modo, sempre haverá uma maior dedicação ao item ensino.

Em relação ao relativamente pequeno número de horas dedicadas à pesquisa e/ou extensão e à ocorrência de docentes sem projetos de pesquisa e/ou extensão, cabe destacar que a aprovação da Resolução CONSUN nº 044, normatiza o tema e seu acompanhamento pelas Unidades Acadêmicas deve levar a uma regularização. Apesar disso, é importante destacar devido à recente constituição da UNILA, os maiores limitantes para o desenvolvimento de pesquisa não se refere à ausência de normas. Podemos destacar que os primeiros laboratório especialmente destinados à pesquisa científica (um multiusuário para engenharia civil, uma para física e um para química) foram inaugurados somente em dezembro do ano passado. Assim, para as áreas do conhecimento que demandam de estrutura para realizar suas pesquisas e mesmo orientação de projetos de alunos em final de curso, como engenharias e ciências da natureza, as condições são ainda extremamente limitadas. E mesmo nas áreas que não



demandam tal estrutura, faltam salas para grupos de pesquisa reunirem-se, salas individualizadas para docentes, que permitam o trabalho reflexivo e de estudo, bem como atendimento individualizado a orientandos.

Apesar disso, temos atualmente 215 projetos de pesquisa cadastrados na PRPPG, muitos dos quais registrados recentemente em virtude da exigência prevista no edital de seleção de projetos de iniciação científica. E 59 grupos de pesquisa vinculados à UNILA cadastrados no CNPq.

Adicionalmente é importante mencionar o empenho do corpo docente na proposição de programas de Pós-Graduação stricto sensu. Como é de notório saber, a pesquisa científica nas universidades está fortemente associada à existência de cursos de mestrado e doutorado. Temos atualmente dois cursos de mestrado em funcionamento na área interdisciplinar, “Estudos Latino Americanos” e “Integração Contemporânea da América Latina”, e um recentemente aprovado pela CAPES com previsão de início em março do ano que vem, na área de Física Aplicada.

Temos ainda mais sete propostas apresentadas, com avaliação de consultores externos, e que devem ser enviadas à CAPES este ano.”

Entende-se que as iniciativas (concretizadas em forma de Resoluções, Portarias e Editais já descritos) da PRPPG e do COSUP (Comissão Superior de Pesquisa) irão auxiliar no fomento da pesquisa na UNILA.

Em relação à limitação de infraestrutura, esforços administrativos devem ser empenhados para tal interferência afetar de forma mínima o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Sobre a participação dos docentes nas atividades de pesquisa, dos 178 docentes analisados (tendo como escopo o 1º Semestre/2014) no âmbito do Relatório de Auditoria nº 201410712, 108 docentes (Quadro P.9.A) não apresentaram projeto de pesquisa e a soma da CH em pesquisa representa 8,21% da carga horária total do docente (Quadro P.11), demonstrando necessidade de maior envolvimento dos docentes na pesquisa.

Por fim, uma vez que a presente recomendação tem como objetivo avaliar a melhora (ou não) da participação dos docentes na atividade de pesquisa, comparativamente com uma situação passada (retratado no Relatório nº 201410712), a aferição do atendimento (ou não) dependerá de novos exames.

Entende-se oportuna a realização do exame em 2016, considerando que as regulamentações ocorreram em 2014 (e alguns em 2015), sendo os seus reflexos limitados em 2015.

Assim, a recomendação continuará em monitoramento.

C.3) Item 1.1.1.5 – Necessidade de normatização da distribuição da carga horária das diversas atividades desenvolvidas pelos docentes:

Recomendação 1 - Recomenda-se a implantação dos controles administrativos das atividades dos docentes nos moldes propostos na Minuta das “Normas para distribuição das atividades do magistério superior”.

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UNILA informou:

“O Conselho Universitário – CONSUN aprovou a Resolução nº044/2014 que versa sobre a distribuição das atividades do magistério superior, a resolução determina, entre outras coisas, a criação do Plano Individual de Trabalho Docente – PID, onde o docente deverá, a cada início de semestre, preencher, nos sistema eletrônico, como

realizará a distribuição de sua carga horária – CH entre a Graduação, Pós-Graduação e a Extensão.

Esta resolução determina a CH mínima que os docentes deverão dispensar em cada eixo da Instituição.

A implantação da resolução no sistema integrado de gestão acadêmica – SIGAA, depende de uma alteração na resolução, pois a resolução estabeleceu um fluxo incongruente com a estrutura administrativa da instituição. A minuta de alteração encontra-se em construção e será encaminhada aos órgãos competentes.”

Por sua vez, por meio do Memorando Eletrônico nº 72/2015, de 15 de maio de 2015, a Pró-Reitoria de Pós Graduação (PRPPG) da UNILA informou:

“Atendida com a publicação da Resolução CONSUN nº 044, de 18 de dezembro de 2014 que estabelece as “normas para distribuição das atividades do magistério superior na Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA”.

Entende-se que a recomendação está atendida, considerando que no ANEXO I da Resolução CONSUN nº 44/2014 consta descrição detalhada das atividades dos docentes, segmentada entre ensino, pesquisa, extensão, administração, representação docente e produção artístico-cultural. Para cada grupo de atividades existe sub-atividades, com previsão de carga horária semanal.

Recomendação 2 - Recomenda-se a implementação de normas para avaliação, mensuração e aprovação dos projetos de pesquisa e extensão, considerando as ponderações descritas no presente item, especialmente no que tange a avaliação quantitativa e qualitativa dos projetos.

Por meio do Memorando Eletrônico nº 72/2015, de 15 de maio de 2015, a Pró-Reitoria de Pós Graduação (PRPPG) da UNILA informou:

“Atendida em parte com a publicação da Resolução CONSUN nº 044, de 18 de dezembro de 2014 que estabelece as “normas para distribuição das atividades do magistério superior na UNILA”.

Na avaliação de projetos submetidos aos editais de apoio à pesquisa e no de concessão de bolsas de iniciação científica é realizada uma análise do mérito, qualidade científica e exequibilidade dos projetos, sendo que, neste ano estamos utilizando pareceristas externos.

Complementarmente é realizada uma análise da produtividade dos docentes, estando critérios de análise em reavaliação (Resolução COSUP nº 02/2015).”

As informações apresentadas pela PRPPG demonstram que o processo de normatização se encontra em andamento. Assim, o monitoramento da recomendação será mantido.

Recomendação 3 - Recomenda-se a manutenção de um banco de dados de todos os registros de produção do ensino, pesquisa e extensão a serem obtidos pela metodologia a ser implantada, no propósito de obter uma base estatística para subsidiar decisões futuras.

Sobre o assunto, a PROGRAD informou:

“A Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD implantou no primeiro semestre de 2012 o sistema integrado de gestão acadêmica – SIGAA e todos os processos e registros da

vida acadêmica dos discentes, bem como, à atuação dos docentes na Graduação, passaram a ser realizados por meio deste sistema.

A Pró-Reitoria de Extensão– PROEX e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação – PRPPG iniciaram a implantação, de seus respectivos módulos, no final de 2014, a implantação deste sistema permite aos gestores a obtenção dos registros e históricos dos programas e projetos cadastramento e desenvolvidos pelas unidades.

A PROGRAD por intermédio do Departamento de Informações Institucionais – DII solicita às demais Pró-Reitorias, os dados necessários para confecção de relatórios e demandas de informações a eles requeridas.”

Por meio do Memorando Eletrônico nº 72/2015, de 15 de maio de 2015, a Pró-Reitoria de Pós Graduação (PRPPG) da UNILA informou:

“A PRPPG mantém registro dos projetos de pesquisa, normatizado pelo Edital PRPPG 05/2014, no entanto, para maior operacionalidade estamos tomando a iniciativa para passar a utilizar o sistema SIGAA que permite o cadastro dos projetos diretamente pelos docentes.

Esperamos viabilizar ainda este ano e conseguir que o acompanhamento dos superiores imediatos, do coordenador do Centro Interdisciplinar e do Diretor do Instituto onde o docente está vinculado, sejam registrado diretamente no sistema e que os dados sejam automaticamente inseridos na base de dados da PRPPG para análises estatísticas visando decisões de política científica interna da Universidade e disponibilização para o público em geral.”

Considerando as informações prestadas, segue avaliação da situação:

PROGRAD – entende-se que as informações acadêmicas do ensino disponíveis no SIGAA constituem banco de dado adequado para o monitoramento e gerenciamento do ensino. Entretanto, deve ser implementada a prática de acompanhamento e gerenciamento das informações disponíveis; e
PRPPG e PROEX – considerando que as melhoras estão sendo implementadas, a recomendação continuará sendo monitorada.

C.4) Item 1.1.1.6 – Distribuição das aulas em períodos divergentes ao turno.

Recomendação 1: Recomenda-se que, na medida do possível, os cursos sejam realizados em turnos únicos.

Sobre a o assunto, a PROGRAD informou:

“Encontra-se em discussão na Comissão Superior de Ensino – CONSUEN, a proposta de alteração das normas da Graduação na UNILA, este documentos propõem um aumento no quantitativo de aulas por turno, passando de 04 para 06 aulas por turno. Esta mudança possibilitará que os coordenadores de curso organizem a distribuição da CH semestral dentro um único turno, o de criação do curso.

A Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD, semestralmente, envia aos coordenadores de curso uma Instrução Normativa que orienta os procedimentos e normas para distribuição de aulas, bem como, orienta-os a atentarem ao turno de oferta de cada curso.”



O implemento da recomendação ora em análise depende de uma nova avaliação da grade de aulas, o que será realizado em 2016, considerando a necessidade de ajuste dos cursos. Bem como, análises conjuntas com o índice de evasão serão realizadas com a finalidade de verificar o efeito positivo (ou não) da grade em único período.

D) Do Relatório de Auditoria nº 201315508 – Auditoria sobre a Gestão do Almojarifado e Transportes:

D.1) Item 1.1.1.1 - Necessidade de melhor organização do espaço físico do almojarifado:

Recomendação 1 - Promover melhorias na organização física e processos logísticos do almojarifado.

Vide item específico deste relatório.

D.2) Item 1.1.1.6 - Recomenda-se a operacionalização da gestão do transporte no Sistema SIPAC, de modo que o gerenciamento dos transportes seja facilitado.

Sobre o assunto, por meio do Memorando Eletrônico nº 28/2015-COINFRA, de 13 de maio de 2015, a Divisão de Transportes da UNILA informou:

“Conforme já mencionado, a implantação do módulo Transporte no sistema SIPAC encontra-se parcialmente realizada. Atualmente, as abas abastecimento, frota, licenciamento e multas já encontram-se em uso, possibilitando consultas e acesso a relatórios gerenciais, os quais auxiliam na gestão da frota da Universidade.

Para a finalização da implantação das demais abas (deslocamento e gastos/manutenção) é necessário algumas adequações no módulo. Esse trabalho está sendo realizado em conjunto com a área de Tecnologia da Informação, que é a responsável pelo gerenciamento do sistema. Cabe informar que enquanto não finaliza-se essa etapa, a Divisão de Transportes realiza os controles devidos através de planilhas específicas.

Com o término da implantação, objetiva-se a disponibilização de maneira eficiente e eficaz de dados relativos às rotinas de transporte da Universidade, possibilitando melhorias na gestão da área.”

Conforme informado, o processo de implantação do módulo transporte no SIPAC se encontra em fase final. Assim sendo, será mantido o monitoramento da recomendação.

E) Do Relatório de Auditoria nº 201314829 – Auditoria sobre a Gestão de Imóveis e Móveis:

E.1) Item 1.2.1.1 – Existência de relevante quantitativo de bens móveis não registrados no SIPAC:

Recomendação 1: Considerando a sensibilidade à exposição de risco, recomenda-se proceder o cadastro de todos os bens móveis no SIPAC ainda em 2015.

Sobre o assunto, por meio do Memorando Eletrônico nº 28/2015-COINFRA, de 13 de maio de 2015, a Divisão de Transportes da UNILA informou:

“A inserção dos dados relativos aos bens móveis da Instituição vem sendo realizada pela Seção de Patrimônio desde fevereiro de 2015.



Pretende-se, com o novo sistema, já em 2015, padronizar os controles dos bens patrimoniais e possibilitar ainda mais transparência nas consultas e demandas que sobrevierem ao início do uso da nova plataforma de Gestão de Patrimônios Móveis – SIPAC/Módulo Patrimônio.”

Conforme informado, o processo de registro dos bens móveis ainda não está concluído. Assim sendo, será mantido o monitoramento da recomendação.

Recomendação 2: Definir, por meio de normativo interno, aspectos como: responsável pela guarda e conservação dos bens; política de manutenção preventiva e recuperação de bens; e normatização quando da danificação, extravio ou roubo de bens.

Vide item específico deste relatório.

2.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Deficiência na estrutura da área de correição da Unidade

Fato

Neste item o objetivo da auditoria consistiu em verificar: (a) se a unidade examinada designou um coordenador responsável pelo registo de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na unidade no Sistema de Gestão de Processos Disciplinar da CGU (CGU-PAD); (b) se existe estrutura de pessoas e tecnológica capaz de gerenciar a devida utilização do sistema CGU-PAD na unidade examinada; e (c) se a unidade está, de fato, registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD.

A partir dos exames realizados, verificou-se que a Unidade Jurisdicionada não possui normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e o servidor designado para os registros no sistema CGU-PAD, em desconformidade com os termos da Portaria nº 1.043/2007 do Ministro Chefe da Controladoria Geral da União.

A Corregedoria Geral da Unila foi instituída pela Portaria Unila nº 1.252, de 19 de dezembro de 2014. No exercício de 2014 não foram abertos processos administrativos, consoante entrevista com servidores do setor e informações apresentadas no Relatório de Gestão da Unidade.

Em visita ao setor na Unidade, na data de 09 de junho de 2015, constatou-se que a Corregedoria Geral da Unila não dispõe de espaço físico necessário para desenvolver suas atividades com independência, porquanto, atualmente compartilha seu espaço com outro setor administrativo da Unidade (departamento da área pessoal). Ademais, os dois servidores que atuam na Corregedoria Geral da Unila não se dedicam exclusivamente às atividades de correição, o que seria recomendável pelo aumento da demanda de trabalho no ano de 2015 e a expectativa das demandas futuras (foram instaurados quatro PADs em 2015 e existem dez processos em fase de juízo de admissibilidade – consoante informações coletadas com os servidores do setor).

Causa



Falta de definição das atribuições, responsabilidades e estrutura da Corregedoria no âmbito organizacional da UNILA, permitindo a ocorrência de situações anômalas descritas no presente item.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“(…)

Com relação ao item 2.7 faz-se importante citar que os servidores que atualmente trabalham na corregedoria da instituição já possuem acesso ao sistema, bem como realizam as devidas atualizações e cadastros. Cabe ainda citar que a partir de julho de 2015 o servidor designado como Corregedor atuará de maneira exclusiva na Corregedoria da instituição, bem como que o espaço exclusivo para atuação já foi solicitado junto à área competente da instituição.

(…)

Sobre as recomendações do item mencionado, a Corregedoria informa:

a) O servidor designado para o encargo de Corregedor encontra-se atualmente dedicando-se exclusivamente às atividades do setor, tendo saído da sala onde funcionava o Departamento de Administração de Pessoal, e atende agora, numa sala no 4º andar da sede administrativa da UNILA, compartilhada com outro servidor. Cabe informar que a Corregedoria aguarda o fim da greve para que sejam retomadas as obras de reforma do prédio Universitário (Uniamérica), para que ocorra a entrega de uma sala maior e com mais estrutura para a Corregedoria.

b) Quanto a elaboração das normativas internas, existe um Grupo de Trabalho, designado pela Reitoria através da Portaria Nº 339 de 27/03/2015, publicada no Boletim de Serviço Nº 145, trabalhando no Regime Disciplinar da Universidade, da qual o corregedor faz parte.

Análise do Controle Interno

A Unila informa que já regularizou parte do apontamento, faltando corrigir a questão do espaço físico do setor da corregedoria. O apontamento será mantido para acompanhar as medidas adotadas.

Recomendações:

Recomendação 1: Elabore normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e o servidor designado para os registros no sistema CGU-PAD, em desconformidade com os termos da Portaria nº 1.043/2007 do Ministro Chefe da Controladoria Geral da União.

2.1.2 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

2.1.2.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de normativos para garantir a regular atuação da Auditoria Interna.



Fato

Por meio da resposta da Solicitação de Auditoria nº 201503671/001, verificou-se que a Unila não dispõe de normativo que possibilite a regular atuação da Auditoria Interna, quanto aos seguintes aspectos:

- previsão de aprovação do regulamento da Auditoria Interna (Audin) pelo Conselho Diretor ou órgão colegiado (deliberativo) equivalente;
- previsão de aprovação pelo Conselho Diretor ou órgão colegiado (deliberativo) equivalente do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - Paint;
- previsão de obrigatoriedade do envio do andamento e dos resultados do Paint ao Conselho;
- prerrogativa de aprovação da nomeação ou exoneração do auditor-chefe pelo Conselho;
- definição da missão, responsabilidade e autoridade da Audin;
- delimitação da atuação dos trabalhos da Audin, evitando que desempenhe tarefas de gestão administrativa;
- definição das responsabilidades do auditor-chefe perante o Conselho e a Administração.
- definição sobre a obrigatoriedade do auditor-chefe opinar sobre a efetividade dos controles internos e sobre a gestão de riscos da IFE;
- estabelecer que o auditor-chefe deve informar sobre a insuficiência dos recursos financeiros, materiais e de pessoal destinados à Audin ao Conselho e à alta administração;
- estabelecer que a Audin tenha acesso irrestrito a todos os documentos, registros, bens e servidores da IFE;
- garantir ao auditor-chefe a autonomia necessária para determinar o escopo dos trabalhos e aplicar as técnicas necessárias para a consecução dos objetivos da auditoria.
- delimitação da atuação dos trabalhos da Audin, evitando que execute trabalhos próprios de gestores; e
- Definição de uma política formalizada de desenvolvimento de competências para auditores internos da IFE.

Causa

Falta de definição das atribuições e responsabilidades da AUDIN no âmbito organizacional da UNILA, permitindo questionamentos e ingerência sobre a AUDIN.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“Em atendimento ao Relatório Anual de Contas nº 201503671 – CGU apresentamos as seguintes manifestações:

Constatação 2.1.2.1

1) Auditoria Interna elaborou Minuta do Regimento Interno (Doc 10) que será submetida ao Conselho Universitário para aprovação;



2) Quanto a definição de uma política formalizada de desenvolvimento de competências para os auditores internos, o Pró-Reitor da PROGEPE informou que esta ação será incluída junto com outros projetos que a unidade pretende implantar, ainda este ano.

Análise do Controle Interno

As medidas informadas pela Unila para solucionar o apontamento estão em fase de implementação. Desta forma, o apontamento permanece para permitir o acompanhamento das medidas que serão adotadas.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomenda-se formalização dos normativos, considerando os apontamentos descritos no presente item, para garantir maior autonomia da AUDIN.

3 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1 MOVIMENTAÇÃO

3.1.1 Gestão de Pessoas

3.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Ocorrência de servidores com competência formal para o exercício da gerência privada.

Fato

Com a finalidade de avaliar situações de acumulação indevida de cargos públicos e exercício de gerência privada, foram efetuados os seguintes exames:

A) Avaliação dos Controles Internos:

Quando do ingresso, todo o servidor da UNILA deve preencher:

- o formulário “Declaração de Acúmulo de Cargos”, informando se detém outro cargo, emprego ou função pública na Administração Direta, Indireta, Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou Fundação, nas esferas federal, estadual ou municipal;
- no mesmo formulário “Declaração de Acúmulo de Cargo”, o servidor deve informar se exerce atividade na iniciativa privada (seja como empregado ou autônomo) e/ou se exerce gerência ou administração em sociedade privada; e
- e ainda, no mesmo formulário, caso o servidor exerça outra atividade pública, deve informar a jornada de trabalho semanal, com a finalidade de verificar a compatibilidade.

B) Exercício de gerência privada:

Em consulta ao sistema CNPJ da Receita Federal do Brasil (RFB), foram identificados os seguintes servidores com ocorrência de gerência privada. Isto é, registro em empresas ATIVAS junto à RFB como: responsável; sócio gerente; sócio administrador; diretor; e outras situações que ensejam exercício de gerência privada.

Quadro H.1 – Servidores da UNILA com ocorrência da gerência privada – Mai/2015

Matrícula	CNPJ	Razão Social
-----------	------	--------------



2143311	19495406000110	ALISSON VINICIUS SILVA FERREIRA 33590860820
1570096	02677366000125	BARBARA MAISONNAVE ARISI – ME
2144753	12558612000183	S Z SISTEMAS LTDA – ME
1619312	04324974000181	ABH - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE HISPANISTAS
1841252	00189097000122	ELIAS DE SOUZA OLIVEIRA & CIA LTDA – ME
2145768	08723179000117	SOYLOCOPORTI
2154358	05358356000115	CENTRO DE INFECTOLOGIA LTDA – ME
1999946	13174864000171	FRANCIELI REBELATTO 00612328074
2143153	21470874000182	CRITERIUM SERVICOS MEDICOS LTDA – ME
2146540	06141371000170	MED LIFE ASSISTENCIA MEDICA LTDA – EPP
1520715	12787287000120	IVONEI GOMES 02029191965
1926999	10400661000168	CENTRO DE CULTURA PROF LUIZ FREIRE
2147226	87566600000108	EH INSTALADORA HIDRAULICA LTDA – ME
1916374	04238590000146	ALBA-SERVICOS AUXILIARES DO TRANSPORTE AEREO LTDA – ME
1981366	03049104000189	SOLFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
1697121	09359911000184	TRILHA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA - ME
2141753	13670543000168	AR E LF TELECOMUNICACOES LTDA – ME
1585820	10345245000104	M.R.BECKER – ME
2146682	10241140000105	NILSON CARLOS VIEIRA JUNIOR – ME
2139797	15365047000126	RANIERI PAES DE SANTANA SILVA 84106433591
2143021	07386601000123	ASSIST - ASSISTENCIA MEDICA E DE ENFERMAGEM A SAUDE LTDA. – EPP
2146584	02144667000193	SUPERMERCADO MELARI LTDA – ME
2140957	07443981000190	DANIELLI, TREVIZAN & CIA LTDA – ME
1955723	05186487000162	FOMENTO FOZ PROTEGE LTDA – ME
2140090	07239677000126	ASSOCIACAO JOVENS POR UMA SO CIDADANIA - AJC
1476466	00251806000152	ASSOCIACAO DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE - APROMA
2140201	09115324000140	COMISSAO ORGANIZADORA DO XI EREA LESTE
2150088	02507539000167	CENTRAL ACO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP
2146422	03648457000103	WELLINGTON CARNIATO CAMARGO DE OLIVEIRA - ME

FONTE – Cruzamento SIAPE X CNPJ – Maio de 2015

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201503671/03, de 12 de maio de 2015, foi solicitado esclarecimento para a UNILA. Até 12 de junho de 2015 não houve manifestação formal.

B.1) Matrícula 2146682:

- declaração do IRPF exercícios 2011~2014 do servidor, sem registro de rendimentos recebidos da pessoa jurídica (PJ) a qual possui participação; e
- solicitação de baixa da empresa.

Considerando que não há registro de recebimento de rendimentos, entende-se que não houve participação em gerência privada.

B.2) Matrícula 2140201:

- Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica – Inativa – exercícios 2014, 2013, 2012, 2011 e 2010;
- Estatuto Social da Pessoa Jurídica que discrimina o prazo de duração da mesma; e
- Declaração da ex-Diretora Financeira de que a PJ está extinta.



Considerando que ficou comprovada a inatividade da empresa desde 2010, entende-se que não houve o exercício da gerência privada.

B.3) Matrícula 2141753:

- Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica – Inativa – exercícios 2014, 2013, 2012 e 2011; e

- Declaração de cancelamento da empresa junto à Receita Estadual desde 11/2011.

Considerando que ficou comprovada a inatividade da empresa desde 2011, entende-se que não houve o exercício da gerência privada.

B.4) Matrícula 2147226:

- Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica – Inativa – exercícios 2014 a 2008.

Considerando que ficou comprovada a inatividade da empresa desde 2011, entende-se que não houve o exercício da gerência privada.

B.5) Matrícula 1916374:

- Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica – Inativa – exercício 2014.

Considerando que o servidor ingressou no serviço público federal em fevereiro de 2012, entende-se necessário a complementação das informações.

B.6) Matrícula 1476466:

- Estatuto Social da entidade, que em seu artigo 4º descreve a não remuneração de seus diretores.

Considerando a não distribuição de pró-labore, entende-se não haver incompatibilidade.

B.7) Matrícula 1697121:

- Registro de distrato da PJ em 13 de setembro de 2010;

- Declaração do contador de que a PJ se encontra inativa, em processo de baixa desde 14 de setembro de 2010; e

- Declaração do sócio da empresa de que não houve movimentação desde 2010.

As informações apresentadas demonstram a inatividade da PJ desde 2010, assim, entende-se que não houve exercício de gerência privada.

B.8) Matrícula 1981366:

- 7ª alteração da contratual da PJ, de 04 de fevereiro de 2011, demonstrando a saída do servidor da sociedade.

Considerando que o servidor ingressou na UNILA em dezembro de 2012, entende-se que não houve exercício de gerência privada.

C) Existência de vínculo empregatício com outras instituições:

Em consulta ao sistema RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego, ano base 2013, foram identificados dois servidores que ingressaram em 2012 e que mantinham vínculos trabalhistas com outras instituições.

- matrícula 1939658 – vínculo empregatício com Tribunal de Justiça do Paraná – CNPJ 77.821.841/0001-94; e

- matrícula 2911208 – vínculo empregatício com Centro Educacional das Américas Ltda – CNPJ 03.252.09/0001-22.



Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201503671/03, de 12 de maio de 2015, foi solicitado esclarecimento para a UNILA. Até 12 de junho de 2015 não houve manifestação formal.

Causa

Existência de indícios de acumulação indevida de cargo público e exercício de gerência privada, conforme cruzamento de informações entre os sistemas SIAPE, RAIS e CNPJ.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“Com relação ao item 3.1.1.1 temos a informar que o Departamento de Administração de Pessoal realizou a notificação dos servidores por meio de suas chefias imediatas tendo obtido resposta da maioria das situações e encaminhado à Auditoria Interna da instituição, estando ainda no aguardo dos demais servidores que encontram-se em fase de levantamento de documentação comprobatória da situação.”

Análise do Controle Interno

Conforme manifestação da Unila, ainda há situações que devem ser apuradas pela universidade. Desta forma, mantem-se o apontamento para realizar o acompanhamento das medidas adotadas pela Unila para solucionar os casos de acumulação indevida de cargos públicos e exercício de gerência privada relatados.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomenda-se a apuração das situações levantadas com a finalidade de verificar a ocorrência (ou não) de acumulação indevida de cargo público e exercício de gerência privada.

Recomendação 2: Em identificando situações irregulares, deve-se iniciar processo de responsabilização.

3.1.2 PROVIMENTOS

3.1.2.1 CONSTATAÇÃO

Atraso na atualização SISAC.

Fato

Em análise aos processos referentes aos atos de pessoal para fins de registro no SISAC, do total de 497 atos da unidade examinada, foram analisados 34 atos de admissão. Com efeito, verificou-se que a unidade descumpriu os prazos previstos do art. 7º, da IN/TCU nº 55/2007, conforme o abaixo evidenciado:

nº do ato	Tipo de ato	Data do ato (1)	Data registro Sisac	Dias entre ato e registro (2-1)
------------------	--------------------	------------------------	----------------------------	--



10053166-01-2014-000490-3	Admissão	24/09/2014	05/11/2014	65
10053166-01-2015-000014-5	Admissão	11/12/2014	10/03/2015	104
10053166-01-2014-000078-9	Admissão	15/07/2014	26/08/2014	62
10053166-01-2014-000472-5	Admissão	24/09/2014	05/11/2014	70

Dessa forma, as informações pertinentes aos atos de admissão não foram cadastradas no SISAC e nem disponibilizadas para o respectivo órgão de controle interno no prazo de 60 (sessenta) dias.

Causa

Deficiência nos fluxos administrativos e de controles internos que não são capazes de realizar controle efetivo sobre os prazos de entrega.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“(…)

No item 3.1.2.1, referente ao SISAC, cumpre esclarecer que no decorrer de 2014 foram realizados mais de 460 registros no sistema, sendo somente 34 destes auditados. Nota-se que somente uma das situações extrapolou muito o prazo de encaminhamento ao controle interno e que tal situação ocorreu devido ao descadastramento de todos os servidores da Unila junto ao SISAC, sendo somente efetivada após nova concessão de acesso ao sistema. Outro ponto a ser considerado foi o método utilizado para análise visto que não necessariamente uma outra amostra daria o mesmo resultado, incorrendo tal afirmativa em risco de generalização.”

Análise do Controle Interno

A manifestação apresentada não elide o apontamento, apenas questiona o método escolhido para selecionar a amostra dos processos analisados, desta forma a Unila reconhece que houve atraso no cadastramento dos atos no SISAC.

Recomendações:

Recomendação 1: Criar fluxos e ferramentas de controle interno ? podendo ser uma planilha com informações dos prazos, de forma a garantir o cumprimento do prazo de entrega.

3.2 REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS



3.2.1 SISTEMAS DE CONCESSÕES

3.2.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da política de flexibilização da jornada de trabalho na UNILA.

Fato

O processo de concessão da jornada flexibilizada prevista no art. 3º do Decreto nº 1.590/95 encontra-se em fase de discussão/normatização na UNILA.

Segue consideração sobre a análise da minuta da Portaria de concessão da jornada flexibilizada:

A) Entendimentos dos órgãos reguladores e de controle sobre o assunto:

A.1) Advocacia Geral da União – AGU:

Em seu Parecer nº 08/2011/MCA/AGU, a AGU descreve o seguinte parecer sobre a aplicação do artigo 3º do Decreto nº 1.590/95:

“A exceção prevista no artigo 3º deve ser aplicada apenas em casos bem específicos. É necessário atentar para a ilegalidade de eventual estabelecimento de jornada prevista no artigo 3º do Decreto 1.590/95 como regra geral, indistintamente a todos os servidores de um órgão e sem atenção aos requisitos exigidos”

A.2) Controladoria Geral da União – CGU:

Conforme consta da “Coletânea de Entendimentos CGU e MEC”, elaborado conjuntamente pelos órgãos, que possui o formato de “perguntas e repostas”, segue parecer sobre o assunto:

“Pergunta - É permitida a flexibilização da jornada de trabalho para 6 horas diárias e 30 horas semanais indistintamente a todos os servidores técnico-administrativos da IFE?”

Resposta - Não. A exceção prevista no art. 3º do Decreto nº 1.590/95 deve ser aplicada apenas em casos bem específicos. O eventual estabelecimento dessa flexibilização como regra geral constitui-se ilegalidade, pois não é razoável supor-se que todos os servidores da IFE lidem diretamente com o público ou trabalhem em período noturno. O cumprimento de jornada de trabalho em regime de seis horas ininterruptas é permitido, apenas, para os serviços que exijam atividades contínuas de atendimento ao público ou período noturno, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, dispensando-se o intervalo para refeições. Para esses casos específicos é obrigatória a afixação, nas dependências da IFE, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro, permanentemente atualizado, com a escala nominal dos servidores que trabalharem com jornada de 6 horas diárias, constando dias e horários dos seus expedientes. Entendese por período noturno aquele que ultrapassar as vinte e uma horas.”

Semelhantemente ao entendimento da AGU, a CGU entende que a jornada de 30 horas deve ser uma exceção e não uma regra,

A.3) Tribunal de Contas da União – TCU:

A.3.1) Acórdão nº 5.847/2013 – TCU – 1ª Câmara:



No Acórdão nº 5847/2013 – TCU – 1ª Câmara, de 27/08/2013, que reafirma os termos do Acórdão nº 718/2012 – 1ª Câmara, dirigida ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, há seguinte consideração sobre os critérios para autorização da redução de jornada de trabalho:

(...)

“Para análise do presente caso, releva-se que o Decreto 1.590/1995, em seu art. 3º, caput e §§ 1º e 2º, dispôs que a redução de jornada de trabalho só pode ser autorizada se, cumulativamente, foram atendidos os seguintes critérios:

Os serviços exijam atividades contínuas;

O regime de trabalho ocorra por meio de turnos ou escalas;

Haja atividade de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, compreendido este último como aquele que ultrapassar às vinte e uma horas.

Na seara, ressalto que o atendimento destes requisitos não impõe à redução compulsória da jornada, mas apenas dá respaldo para que a direção da entidade possa decidir por esta redução. Vale dizer: a decisão é discricionária, respeitados os limites vinculados estabelecidos pelo Decreto.”

A.3.2) Acórdão nº 5.529/2010 – 2ª Câmara:

Segue trecho do Acórdão: *“(…) Determinação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) para que verifique a adequação de seus normativos ao Decreto nº 1.590, de 10.08.1995, alterado pelo de nº 4.836, de 09.09.2003, notadamente quanto ao que estabelece para os servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas a jornada de trabalho de oito horas diárias e a carga horária de quarenta horas semanais, alertando que, conforme o art. 3º do aludido Decreto, a jornada de trabalho de seis horas diárias e a carga horária de trinta horas semanais só deverão ser facultadas quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições.”*

A.3.3) Acórdão nº 5.572/2008 – 2ª Câmara:

Segue trecho do Acórdão: *“(…) Determinar à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) que adequa a Portaria 215/2008 ao artigo 3º do Decreto 1590/95 (com a redação dada pelo Decreto 4836/2003), de forma que a jornada de seis horas diárias e de 30 horas semanais restrinja-se somente àquelas unidades acadêmicas e administrativas em que os serviços sejam executados em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno; e que publique, juntamente com seu endereço, na sua homepage, na internet, seus horários de funcionamento. Determinar à Secex/RS que encaminhe cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução das fls. 289/302 dos autos, ao interessado, à entidade, e à CGU/RS.”*

B) Direito do Trabalho e a redução da jornada:

Também é importante entender o motivo da redução da jornada. No Direito do Trabalho, o regime de jornada de 6 horas está relacionado com atividades laborativas especiais ou circunstâncias especiais de trabalho, que, por sua natureza ou ambientação, **produzem forte desgaste nas condições físicas e mentais** do trabalhador envolvido. Assim, a redução na jornada de trabalho constitui num mecanismo para a redução do



desgaste laboral. Neste grupo de trabalhadores se incluem: art. 226 da CLT – porteiro, limpeza, telefonista, contínuos e serventes, empregados em bancos e casas bancárias; art.227 da CLT – serviços de telefonia, telegrafia, radiotelegrafia e radiotelefonia; e art. 293 da CLT – trabalhadores em minas de subsolo.

A CF88, em seu inciso XIV, art. 7º prevê a jornada de 6 horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. A redução da jornada prevista na CF88 está relacionada com o desgaste físico e psicológico que a natureza do trabalho em turno ininterrupto provoca. Por sua vez, o turno ininterrupto está relacionado com o tipo de serviço a ser executado – basicamente, serviços que não podem parar em função do serviço ditar o ritmo, competindo ao trabalhador atender prontamente (ou estar de prontidão) a demanda que poderá surgir a qualquer hora, sob pena de prejudicar os negócios. Em tese, esta forma de trabalho em que o servidor deve estar ou em atividade ou em prontidão causa um desgaste adicional em relação a um trabalho em que as tarefas podem ser executadas com maior prazo. E este desgaste adicional justifica a redução da jornada de trabalho.

C) Definição de atividade contínua, regime de turnos ou escalas e atendimento ao público:

Feito as fundamentações teóricas (itens A e B anteriores), pode se definir os conceitos previstos no art. 3º do Decreto nº 1.590/95:

- Atividades Contínuas: atividade em que o funcionário deve estar de prontidão para o serviço, ou seja, o funcionário não possui prerrogativa de interromper o serviço por sua iniciativa ou desocupar o seu posto, sob risco de causar prejuízo ao andamento do serviço. Exemplificando – Caixa de Banco – o mesmo deve estar de prontidão para atender a “fila”, não podendo interromper as atividades;
- Regime de Trabalho em turnos ou escalas: uma vez que o serviço não pode parar, adota-se turnos ou escalas enquanto perdurar o serviço. Exemplificando – Vigilante 24 horas – seja em regime de 6 horas ou 12 horas, o posto do vigilante nunca pode ser desocupado, pois o serviço consiste em garantir a vigilância do local 24 horas;
- Atendimento ao Público: uma das principais causas que torna o serviço ininterrupto, necessitando a prontidão do funcionário para o atendimento e resolução da demanda é o atendimento ao público, que nada mais do que é o “cliente do negócio”. Ou seja, para o negócio é importante que o público (entenda-se cliente) seja atendido de forma rápida e satisfatória, assim, necessitando que o funcionário esteja integralmente à disposição para solução da demanda do público quando do atendimento; e
- Trabalho em período noturno: trata-se de uma consequência do regime de trabalho em turnos ou escalas.

D) Comentários sobre a Minuta de Flexibilização da UNILA:

Realizada as considerações teóricas sobre o tema, segue comentários sobre o teor da Minuta.

D.1) Definição de “Público”:

Conforme consta do parágrafo único, art. 2º da Minuta, a UNILA entende como “público” o usuário, pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal



de Ensino que usufruam direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, conforme art. 5º da Lei nº 11.091/2005.

Entende-se que tal interpretação poderá gerar riscos, considerando:

D.1.1) Risco de generalização da concessão:

Em regra, as pessoas vinculadas à organização – como funcionários, aposentados e docentes – não podem ser considerados “público”, pois surge o risco de “criar demandas desnecessárias para justificar a flexibilização”, ou seja, pode ocorrer a inversão do propósito, qual seja, no intuito de atender à norma (atendimento ao público e funcionamento em período superior a 12 horas ininterruptas), os setores poderão estabelecer regime de atendimento diferenciado sem considerar a real necessidade.

Para dimensionar tal risco, basta considerar que irá ocorrer um “efeito em cadeia”, considerando que todos os setores estão interligados. Exemplificando, caso a Reitoria resolva funcionar 12 horas, a Pró Reitoria de Administração, para atender à Reitoria também irá funcionar 12 horas, por sua vez, todos os Setores vinculados à Pró Reitoria de Administração, como Compras, Contrato, Patrimônio, etc, também irão funcionar 12 horas para atender à Pró Reitoria.

Nota-se que, caso tal entendimento prevaleça, qualquer órgão da administração pública federal poderá adotar a flexibilização, bastando adotar um regime de funcionamento de 12 horas.

Conforme já descrito, a flexibilização não deve ser tratada como regra, mas uma exceção.

D.1.2) Aumento do Custo X Necessidade/Oportunidade do negócio:

Flexibilizar a jornada significa aumentar o custo, pois, quando antes precisava de 1 servidor para atender, por exemplo, das 08:00-12:00 e das 14:00-18:00, após a flexibilização irá necessitar de 2 servidores para, por exemplo, atender das 07:00-13:00 e 13:00-19:00. Considerando o mesmo cargo, para um incremento de 50% do horário de atendimento (não significando ampliação de 50% dos serviços realizados), tem-se um aumento de 100% nos custos (além de outros custos, como energia, água, material, limpeza, etc).

O aumento do custo somente se justifica quando do aumento da produção. A regra geral é funcionamento em horário comercial, assim sendo, não se entende razoável justificar o funcionamento em horário ininterrupto em função de:

- atendimento do público interno – caso um servidor tenha que se dirigir, por exemplo, ao RH, poderá realizar isso durante o seu expediente, sem ônus;
- atendimento de fornecedores – não justifica a UNILA atender terceiros em horário não comercial; e
- atendimento de inativos – poderá ser realizado em horário comercial sem prejuízo.

Vale ainda dizer que, na jornada de 8 horas, o expediente não é obrigado a ser de 08:00-12:00 e 14:00-18:00. À critério da administração, desde que respeitadas às 40 horas semanais, poderá ser modificados os expedientes. Caso um Setor deseje ficar em funcionamento de forma ininterrupta das 08:00 as 18:00, tendo dois servidores, poderá definir uma jornada de 08:00-11:00 e 13:00-18:00 para um servidor e uma jornada de 08:00-13:00 a 15:00 a 18:00 para outro.

D.1.3) Público = “Aluno”:



Assim sendo, entende-se como público de uma Instituição de Ensino os Alunos. Para o atendimento dos interesses destes é possível a ampliação do funcionamento dos Setores para período superior a 12 horas em regime ininterrupto.

Uma vez que os alunos estão em atividade contínua (em aula), usualmente em horário comercial, restam a eles os intervalos entre turnos para assuntos burocráticos ligados à Universidade. Neste contexto, é preferível que os Departamentos Acadêmicos estejam em funcionamento para atender os alunos nestes períodos.

Também é comum as atividades acadêmicas serem realizadas em períodos noturnos, também sendo coerente o funcionamento de Setores que atendem os alunos.

D.2) Definição de Atividade Contínua:

Na Minuta não há definição detalhada do que seria uma “Atividade Contínua”, pressupondo que bastaria ao Setor/Departamento adotar um regime de turnos ininterruptos que estaria praticando a “atividade contínua”.

Vale dizer que, o conceito é o contrário, se aplica turnos ininterruptos porque existe atividade contínua cujo atendimento não pode ser interrompido e não definir um horário de funcionamento ininterrupto de 12 horas e definir que todas as atividades ali executadas são de natureza contínua.

E ainda, conforme já descrito, outro fator determinante para caracterização da atividade contínua é a fadiga, que no caso do Atendimento ao Público surge (a fadiga) em função da:

- necessidade de contato direto com o público, assimilando os seus anseios e angústias;
- necessidade de pronto atendimento das demandas; e
- necessidade de estar em prontidão, não podendo desocupar o posto.

Em atividade não contínua, o funcionário tem a possibilidade de realizar uma “pausa” no trabalho para repouso físico e mental. Por mais que formalmente o funcionário tenha que realizar 8 horas de atividade, é de comum senso no ambiente de trabalho a ocorrência de pequenas “pausas” para relaxamento e descontração. Tal prática, desde que não exagerada, não é reprimida pelo empregador, uma vez que é positiva para a manutenção da saúde física e mental e da motivação do funcionário.

Por sua vez, para um funcionário em atividade contínua a “pausa” referida no parágrafo anterior é bastante limitada. Têm-se como exemplos: caixa de banco; atendente de *call center*; vigilante; atividades estas que o funcionário não pode desocupar o posto para uma “pausa”.

Em um ambiente universitário, pode se aplicar a “continuidade” aos setores que atendem os alunos, como biblioteca, departamentos acadêmicos, restaurante universitário, laboratórios, etc.

Setores que prestam apoio às áreas que atendem os alunos também poderão flexibilizar a jornada. Por exemplo, o almoxarifado que fornece insumos ao laboratório que funciona em período noturno (com ressalvas, conforme descrito a seguir).

D.3) Não participação das Chefias no processo de requerimento da flexibilização:

Conforme consta do art. 9º da Minuta de Flexibilização, está prevista a constituição de uma Comissão Permanente de Flexibilização de Jornada - CPFJ, composta de 3 membros indicados pela Reitoria e 3 membros indicados pelos próprios técnicos.



Entende-se que tal composição carece de condição técnica para avaliar a flexibilização. Conforme preconiza o art. 3º do Decreto nº 1.590/95, a flexibilização é uma **faculdade do gestor** e não um direito do trabalhador.

Sendo uma faculdade do gestor, deve ser comprovado o interesse público, a viabilidade técnica, a eficiência operacional e a ausência de prejuízo, assuntos estes que requer a participação do responsável do Setor/Departamento.

Tomando como exemplo a situação do almoxarifado descrito anteriormente, em uma hipótese de o Setor contar com 1 Chefe e 2 servidores, uma eventual flexibilização da jornada para 09:00-15:00 para um e 15:00 as 21:00 para outro não atenderia a necessidade do Almoxarifado, caso as entradas e saídas ocorram predominantemente pela manhã. Neste caso, o Setor somente irá contar com 1 funcionário no período de “pico” e manterá outro num horário de baixo movimento. Para atender o laboratório, poderá se instituído uma rotina de requerimento prévio de material.

Assim sendo, a proposta de flexibilização não deve ser de iniciativa exclusiva dos servidores, somente com “ciência” da chefia (conforme prevê o artigo 10), mas deve ser um documento conjunto – chefia e servidores – certificando o atendimento do interesse público e a eficiência do processo.

E) Manifestação da UNILA:

Sobre as considerações da CGU, a Comissão Especial do Conselho Universitário para flexibilização da jornada informou por meio do Memorando Eletrônico nº 15/2015-CONUN, de 01 de junho de 2015, o seguinte:

“Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 201503671-04 nos manifestamos nos seguintes pontos:

D.1.1) Risco de generalização da concessão:

- Cabe esclarecer que o atendimento ao público usuário “em período igual ou superior a doze horas ininterruptas” ou “no período noturno após as 21 (vinte e uma) horas” representa apenas um dos três critérios cumulativos necessários para a flexibilização, de tal modo que não garante, por si só, a flexibilização da jornada de trabalho.

- Se por um lado enfrentamos o “risco da generalização” por outro combatemos os riscos do desmérito das atividades de atendimento ao público “alunos, pesquisadores e comunidade (determinados na lei de criação da UNILA)”. Poderíamos considerar que o receio da generalização impede que os setores de atendimento ao público-alvo da UNILA, desenvolva jornadas que contemplem de maneira mais adequada as atividades.

- Cabe ainda destacar que o atendimento nos períodos de intervalos das aulas, por exemplo, é intensificado e a atual jornada de 40 horas impõe uma redução de pessoal nos horários de intervalo de almoço por exemplo. Como teremos servidores realizando atendimento indispensável e fundamental nas áreas do negócio principal da instituição é importante que não se “generalize” que apenas o atendimento ao aluno, por exemplo, seja realizado nesses moldes, uma vez que sem suporte de outras áreas esse atendimento fica comprometido ou ineficaz. Isso não significa que o efeito “cadeia” ou “generalização” esteja ocorrendo nesses casos. Porém uma avaliação da Comissão Permanente de Flexibilização de Jornada, criada para esse fim, é um ponto de partida transparente e que facilitará futuras auditorias sobre o mérito da flexibilização das jornadas em cada caso o que afasta a possibilidade de generalização sem responsabilidade.



D.1.2) Aumento do custo X necessidade/oportunidade do negócio:

- Cabe lembrar que a UNILA já não funciona apenas em “horário comercial”, mas das 8:00 às 22:00. Além disso, a resolução deixa claro que não se trata de direito adquirido, pois depende de estudos de viabilidade, de justificativa expressa, de avaliações e que pode ser suspensa para “atender a necessidades temporárias de interesse público” em “casos excepcionais que fogem ao planejamento setorial vigente”. Frisamos ainda que a prerrogativa será do gestor máximo da instituição.

- O negócio da instituição em questão está previsto na sua lei de criação:

“art. 2 - A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária...”

A flexibilização da jornada tem sim objetivos centrais relacionados a melhoria no atendimento dos objetivos da instituição. Em nenhum momento cogitou-se a ampliação do número de cargos, mas apenas melhores condições de trabalho e por sua vez melhores resultados. Por outro lado a abordagem do aumento nos custos não condiz com as expectativas levantadas em reuniões pelos técnicos administrativos, onde se colocou inclusive, possibilidades de redução de custos como por exemplo:

Reduções resultadas de revezamento em escala:

- Espaços utilizados,
- Estações de Trabalho e Telefones,
- Mobiliários individuais e coletivos,
- Transportes individuais e coletivos,

Reduções resultadas de flexibilização da jornada para 30 horas:

- Consumo de água nos banheiros, resultado da diminuição da utilização dos mesmos nos grandes intervalos, pois duas pessoas que passam 8 horas no trabalho utilizam o banheiro com mais frequência. Em contrapartida quem passa 6 horas ininterruptas tende a realizar suas atividades pessoais fora do trabalho.

- Redução de energia em razão dos componentes compartilhados, ou seja, dois computadores ligados por 8 horas + 2 horas de almoço (culturalmente não se desliga em pequenos intervalos) totaliza quase 20 horas de objeto ligado. Enquanto que 1 computador por 12 horas ou 2 computadores de 6 horas gerariam uma redução de energia de 8 horas por dia.

- Redução de ausências para consulta média,
- Redução de horários especiais para qualificação,
- Redução de absenteísmo,

- Para finalizar o aumento do custo estaria ligado ao aumento do número de servidores e isso não é objeto de pleito dessa resolução.

D.1.3) Público alvo, é em nossa concepção o “público usuário” compreendendo todos aqueles que são contemplados pelos objetivos da instituição que foram idealizados na lei de criação da UNILA.

- O aluno é sim um dos públicos da UNILA, mas as instituições de ensino superior são criadas para ensino superior, pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e extensão universitária. Nesse sentido podemos afirmar que o público em verdade é o aluno, o pesquisador e a comunidade. As definições de Aluno e Pesquisador são muito claras porém a comunidade é dinâmica pois a extensão se dá externamente e internamente, integrando muitas vezes num mesmo projeto os três públicos em questão. O ponto aqui é qual público devo atender em períodos contínuos e que tipo de serviços internos são necessários para esse atendimento e para isso está sendo proposto na minuta a criação da CPFJ que realizará as avaliações técnicas para subsidiar a decisão do gestor máximo da instituição.



- Além disso, cabe diferenciar a universidade dos demais órgãos “da administração pública federal”, destacando, por exemplo, a dedicação exclusiva que caracteriza o regime de trabalho da maioria dos docentes universitários. **A exemplo de frequentes projetos que integram alunos, pesquisadores e técnico-administrativos em educação da instituição.**

D.2) Definição de atividade contínua:

- Primeiramente consideramos importante esclarecer que a resolução, em nenhum momento, determina atividades contínuas em função de turno ininterrupto, mas o contrário, como evidenciam os critérios que a resolução exige para a flexibilização se não vejamos:

Art. 2º A flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação será organizada mediante a observância da natureza dos serviços de cada unidade/subunidade, primando pelos seguintes critérios:

I – a exigência de atividades contínuas;

II – a necessidade do regime de trabalho organizado por meio de turnos ou escalas;

III – que o trabalho ocorra em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público usuário ou trabalho no período noturno após as 22h (vinte e duas horas).

Grifo nosso

- Além disso, a partir do próprio texto da Auditoria, caberia frisar que unidades da universidade são caracterizadas por “contato direto com o público, assimilando os seus anseios e angústias” e pela “necessidade de pronto atendimento das demandas”, o que, aliás, pauta a busca, através da flexibilização, de eficiência no serviço público prestado.

D.3) Não participação das Chefias no processo de requerimento da flexibilização:

- Cabe lembrar que, segundo o direito administrativo, a impessoalidade deve pautar o serviço público, daí a necessidade da CPFJ para analisar e emitir parecer sobre os pedidos de flexibilização da jornada de trabalho, os quais subsidiarão as decisões do gestor máximo da instituição. Além disso, a não participação da chefia visa preservar a “saúde” do ambiente de trabalho, tendo em vista que a prerrogativa da flexibilização cabe ao gestor máximo da instituição.

- Isso não significa que a comissão não consultará a chefia do setor para efeito de avaliação e emissão de parecer ao gestor máximo. É importante ressaltar que o servidor responsável pelo setor não possui o direito sobre essa responsabilidade, assim como a flexibilização não é um direito do trabalhador. Nesse caso como os trabalhadores do setor (todos), chefe ou não, participarão da construção desse processo que avaliará se o setor cumpri os requisitos necessários não resta dúvidas de que teremos preservados a legalidade, impessoalidade e ainda a conveniência administrativa através da decisão da autoridade máxima da instituição. Consideramos ainda que o chefe do setor sim assinará a ciência como chefe mas poderá atuar como servidor na iniciativa da proposta em conjunto com os demais do setor.

- Devemos ainda considerar que as chefias imediatas ou responsáveis pelos setores têm uma ligação gerencial, obrigatoriamente, dependente do gestor máximo. Por esse motivo fica claro que estará preservado a participação e decisão da gestão. Reforçando a ideia de unidade de gestão, fator esse indispensável para o bom encaminhamento administrativo da instituição. O papel da aprovação ser apenas do gestor máximo se dá em razão da sua posição em nível estratégico da instituição. Também devemos considerar que toda legislação pertinente ao tema, em especial o Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, determinam que decisões dessa magnitude sejam prerrogativas do dirigente máximo.”



F) Consideração Final:

As informações apresentadas pela Comissão Especial do Conselho Universitário indica comprometimento e responsabilidade desta no processo de concessão da jornada flexibilizada, tendo em mente o interesse da instituição e a conveniência do funcionamento do setor/unidade em regime de turnos ininterruptos.

Entende-se que, não ocorrerá inconsistências caso as flexibilizações ocorram para os serviços que realmente necessitam de intensa atividade junto ao público, em regime contínuo (isto é, pronto atendimento) e em turnos ininterruptos.

3.2.2 CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

3.2.2.1 INFORMAÇÃO

Análise da Gestão de Pessoas quanto à remuneração não apresentou inconsistências.

Fato

Foram analisados os dados da folha de pagamento dos servidores da unidade, com vistas a avaliar a gestão de pessoas, por meio da observância à legislação sobre remuneração, cessão, requisição de pessoal, bem como sobre a concessão de aposentadorias, reformas e pensões.

A análise foi realizada no âmbito do Relatório de Auditoria nº 201411984 referente à Auditoria de Acompanhamento sobre Trilhas de Auditoria de Pessoal, não sendo identificadas desconformidades/irregularidades.

3.2.2.2 CONSTATAÇÃO

Deficiências nas políticas de governança de pessoas.

Fato

Por meio de entrevistas com os servidores da Unila e respostas às Solicitações de Auditoria nºs 201503671-01 e 20150367-1-05, foram identificadas as seguintes impropriedades na avaliação da gestão de pessoas da Unidade:

Em relação ao acompanhamento por parte da alta administração da organização das diretrizes relativas à gestão de pessoas, verifica-se que a Unila tem atuado na distribuição de vagas por meio de estudos a fim de identificar eventuais lacunas no quantitativo de pessoal. Contudo, não foram identificadas normatizações internas que regulamentassem as diretrizes da área de pessoal e a periodicidade do acompanhamento.

Não foram identificados estudos/critérios sobre:

- mapeamento do volume e complexidade de serviço por setor/unidade, considerando suas atribuições e responsabilidades, séria histórica de produção, expectativa de crescimento (ou redução) dos serviços, serviços em estoque, entre outros fatores;
- mensuração do tempo estimado por cada um dos serviços;



- estudo do capital humano e material, bem como insumos, necessários para cada um dos serviços; e
- comparação entre capital produtivo (humano, material e insumos) disponível X demanda de serviço, com a finalidade de avaliar a necessidade ou não de incremento do capital produtivo.

A ausência destas informações tornam subjetivos os critérios de contratação e distribuição do capital humano. Considerando que este, em 2014, representou 61% de toda a despesa, entende-se relevante a realização de estudos.

A Unila instituiu comissões para apoio às decisões relativas à área de pessoa, quais sejam: Comissão Interna de Supervisão – CIS; Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD; Comitê de Desenvolvimento de Pessoal – CDP; e Conselho Consultivo de Capacitação – CCC.

Relativamente à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, criada em 17 de janeiro de 2015, não se constatou quais são as responsabilidades estabelecidas para a comissão ou informação acerca de como prestar contas de sua atuação.

Relativamente ao Comitê de Desenvolvimento de Pessoal - CDP, criado em 17 de abril de 2014, houve uma reunião em 2014, não obstante o art. 5, da Portaria de instituição do CDP, Portaria Unila nº 265/2014, prever reuniões ordinárias na última semana de cada bimestre. Ademais, não há informações de como o CDP presta contas de sua atuação.

Por fim, quanto à Comissão Interna de Supervisão – CIS e ao Conselho Consultivo de Capacitação – CCC, criados em 23 de outubro de 2014 e 30 de abril de 2014, respectivamente, não foram identificadas atividades no exercício de 2014, tampouco definição de responsabilidades e formas de prestação de contas de sua atuação.

Não foram identificadas definições de objetivos, indicadores de desempenho e metas para a área de pessoal, formalmente constituídos para o exercício sob análise.

No que se refere à política de capacitação da Unila, verificou-se a existência do Plano Anual de Capacitação – PAC, com vistas a levantar as lacunas e elencar as necessidades de capacitação dos servidores da instituição, contendo ações previstas para capacitação tanto na modalidade interna como externa. Porém, no exercício de 2014, o PAC foi aprovado apenas em julho de 2014, desta forma, no primeiro semestre de 2014, utilizou-se do plano aprovado em 2013.

A Unila não oferece programas de treinamento e desenvolvimento de competências de liderança que atendem às necessidades de cada nível de gestão (do operacional ao estratégico) incluindo potenciais líderes - gestão da liderança e do conhecimento - gestão da liderança e processo sucessório. Neste sentido, cabe ressaltar que uma das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas é “*promover a capacitação gerencial do servidor e a qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento*” (Decreto nº 5.707/06, art. 3, III).

Neste contexto, entende-se relevante a busca de cursos voltados à formação de gestores (tanto em nível operacional como em nível estratégico, podendo utilizar os cursos destinados à iniciativa privada, em função da grande carência e baixa qualidade deste tipo de curso destinado à administração pública). Vale salientar que, além dos cursos voltados à formação de postura gerencial (como liderança, motivação, coordenação, etc), também é válida a capacitação em técnicas e ferramentas gerenciais, como: uso e



interpretação de relatórios, planilhas, gráficos e banco de dados; elaboração de plano estratégico e operacional; organização e métodos; estatística aplicada à administração; gestão de custos; entre outras.

Relativamente à avaliação de desempenho dos membros da alta administração e demais gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade, constatou-se que a Unila não realiza tal avaliação. Neste sentido, cabe destacar o art. 140 da Lei nº. 11.784/08, que institui “*sistemática para avaliação de desempenho dos servidores de cargos de provimento efetivo e dos ocupantes de provimento em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional*”. Ainda, no art. 144 dessa lei, há previsão para fixação de metas.

Quanto ao processo de seleção de cargos de gerência na Unila não foram identificados processos que possibilitassem maior transparência e concorrência quando da escolha de pessoas para assumirem tais cargos/funções. Ou seja, não há divulgação de vagas disponíveis, elaboração de banco de talentos ou definição de perfil de competências (conhecimento, habilidades, comportamentos, valores, etc.) para a seleção dos possíveis candidatos.

Causa

Ausência ou deficiência de normativos, existindo lacunas em aspectos relevantes (como descrito no campo Fato) para garantir uma adequada governança de RH.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“Com relação ao Item 2.4, nota-se que a análise da CGU foi realizada apenas com documentos que instituíram as comissões sem questionamentos sobre reuniões, decisões e modo de atuação, o que oferece uma análise parcial da realidade. Em complementação, quanto a atuação e trabalhos das comissões pode-se citar:

CIS – otimização de processos relacionados a carreira técnico-administrativa em educação, diminuição de instâncias, alteração de normativos internos e estudo relacionado a mapeamento dos ambientes organizacionais dos Técnico-Administrativos em Educação da instituição, entre outras atividades.

CPPD – atuação em processos de progressão e estágio probatório docente; elaboração de proposta de normatização de progressões; participação em evento de ambientação docente.

CCC – análises referente a política de capacitação e qualificação docente, mais especificamente, revisão da normativa de afastamentos; mapeamento de qualificação docente para definição de áreas prioritárias de qualificação; análise referente a contratação de professor visitante e professor visitante estrangeiro de maneira a fomentar pesquisa e pós-graduação, bem como propiciar a instituição de docentes

CDP – instância colegiada com participação de servidores, bem como planejamento que propicia decisões conjuntas referente a atualização de normativas e avaliação do andamento dos trabalhos da área de gestão de pessoas.



Sobre o apontamento de inexistência de banco de talentos, informamos que este existe dentro do sistema interno de gestão de recursos humanos onde se busca a concentração de informações mais atualizadas referente a formação formal, cursos e experiência profissional para futuramente subsidiar políticas com vistas a implantação da gestão por competências.

(...)

Está em fase de estruturação um programa institucional sobre gestão por competências, com vistas a implementar política relativa a governança de pessoas, bem como é possível para o segundo semestre de 2015 a realização de cursos de capacitação voltada para gestores, relacionamento e desenvolvimento de equipes em parceria com ENAP e ESAF que poderia iniciar a formação da trilha de capacitação de gestores para diversos níveis de atuação e complexidade. Tais iniciativas ocorrerão paralelamente a revisão do planejamento institucional e mapeamento de processo das unidades o que tende a propiciar uma visão mais adequada em vários sentidos, como o de estruturação de trabalho, quantitativo de pessoal, perfil de pessoal, qualidade dos serviços, entre outras vantagens.”

Análise do Controle Interno

A Unila não se manifestou sobre aspectos importantes deste apontamento, tais como: a ausência de normatizações internas que regulamentem as diretrizes da área de pessoal e a periodicidade do acompanhamento; definições de objetivos, indicadores de desempenho e metas para a área de pessoal, formalmente constituídos; não oferecimento de treinamento e desenvolvimento de competências de liderança que atendem às necessidades de cada nível de gestão (do operacional ao estratégico) incluindo potenciais líderes; falta de avaliação de desempenho dos membros da alta administração e demais gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade; e transparência no processo de seleção dos cargos de gerência, com divulgação de vagas disponíveis, elaboração de banco de talentos ou definição de perfil de competências (conhecimento, habilidades, comportamentos, valores, etc.) para a seleção dos possíveis candidatos. Desta forma, mantém-se o apontamento a fim de acompanhar a implementação das recomendações.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomenda-se o aperfeiçoamento dos normativos referentes ao funcionamento das comissões CIS, CPPD, CDP e CCC especialmente no que tange a: definição de atribuições e responsabilidades; periodicidade para ocorrência das deliberações; fluxos e formas de atuação; forma de prestação de contas; e transparência dos resultados das deliberações.

Recomendação 2: Recomenda-se a inclusão no Plano Anual de Capacitação, treinamentos destinados ao desenvolvimento de talentos gerenciais e de liderança para todos os níveis.

Recomendação 3: Para fomentar a participação dos servidores na gestão, recomenda-se a criação de banco de talentos e de interessados em assumir cargos de gestão (de todos os níveis). Também se recomenda a criação de critérios objetivos para auxiliar a escolha dos gestores.

Recomendação 4: Recomenda-se a realização de estudos técnicos para mensurar o capital humano necessário frente à demanda de serviço dos setores/unidades.



4 GESTÃO OPERACIONAL

4.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1.1 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

4.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação do contexto geral das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UNILA.

Fato

A) Introdução:

Os produtos gerados pelas atividades dos docentes, como números de cursos e vagas ofertadas na graduação e pós-graduação e número de projetos de pesquisa e extensão, afetam diretamente o desempenho da IFES, no que se refere à avaliação da sua eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

No presente item será descrita a avaliação da atuação dos docentes, sob um macro contexto organizacional, correlacionando a capacidade produtiva e financeira da UNILA com os resultados produzidos.

B) Informações operacionais e financeiras da UNILA:

B.1) Da criação:

Criada pela Lei nº 12.189, de 12/Jan/2010, a UNILA é uma universidade com propósitos específicos, conforme preconiza o art. 2º da citada norma:

“Art. 2º A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

§ 1º A Unila caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina.

§ 2º Os cursos ministrados na Unila serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais.”

Para auxiliar as atividades iniciais de implantação, a UNILA contou com o apoio técnico da UFPR. Os primeiros alunos ingressaram no 2º Sem/2010, em quantitativo de 193 (110 brasileiros e 83 latino americanos), nos 8 cursos inicialmente ofertados. Na época, a UNILA contava com 25 docentes efetivos e 62 técnicos administrativos (entre efetivos e comissionados sem vínculo permanente).

B.1) Evolução da oferta de vagas na graduação:



Considerando a oferta de vagas na graduação um dos principais produtos gerados pelos docentes, têm-se:

B.1.1) Evolução do número de alunos e dos cursos:

Quadro U.1 – Evolução do número de alunos e dos cursos

Curso	2011	2012	2013	2014	2015
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	-	-	-	-	50
ANTROPOLOGIA	33	73	56	82	234
ARQUITETURA E URBANISMO	-	48	45	71	101
BIOTECNOLOGIA	-	-	-	-	42
CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA	70	110	82	109	116
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – ECOLOGIA E BIODIVERSIDADE	65	108	81	114	146
CIÊNCIAS DA NATUREZA - BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA	29	47	33	58	73
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - ECONOMIA, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	77	124	96	112	130
CINEMA E AUDIOVISUAL	-	43	40	80	119
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	41	81	60	94	112
ENGENHARIA CIVIL DE INFRAESTRUTURA	81	128	113	165	224
ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	78	124	98	150	186
ENGENHARIA DE MATERIAIS	-	-	-	-	50
ENGENHARIA FÍSICA	-	-	-	-	32
ENGENHARIA QUÍMICA	-	-	-	-	50
FILOSOFIA	-	-	-	-	31
GEOGRAFIA (Licenciatura)	-	-	-	-	28
GEOGRAFIA (Bacharelado)	30	72	44	66	77
HISTÓRIA (Bacharelado)	30	75	52	78	90
HISTÓRIA (Licenciatura)	-	-	-	-	32
LETRAS – Artes e Mediação Cultural/Expressões Linguísticas	31	69	42	79	36
LETRAS – ESPANHOL E PORTUGUES	-	-	-	-	32
MATEMÁTICA (Licenciatura)	-	-	-	-	24
MEDICINA	-	-	-	-	58
MÚSICA (Bacharelado)	-	24	22	37	55
QUÍMICA (LICENCIATURA)	-	-	-	-	32
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO	79	125	100	154	52
SAÚDE COLETIVA	-	29	19	53	33
SERVIÇO SOCIAL	-	-	-	-	43
TOTAL	641	1277	979	1499	2288

* - número médio de alunos matriculados no 1º e 2º Semestre dos respectivos anos;

** - 2015 – informação do 1º Semestre; e

*** - cursos com “0” matrículas – cursos não iniciados.

As informações do Quadro U.1 demonstram que:

- em 2011 a UNILA contou com 12 cursos;
- entre 2012 a 2014 com 16 cursos e em 2015 foram ofertados 30 cursos;
- em 2013 não houve ingresso de novos alunos;
- em 2014 ocorreu uma ampliação média de 50% no número das matrículas; e
- os 12 cursos iniciados em 2011 estão com a grade completa em 2015, isto é, todos os semestres iniciados (não houve ingresso de alunos em 2013).

B.1.2) Capacidade de oferta de vagas, considerando os cursos vigentes no 1º Sem/2015:



Quadro U.2 – Capacidade de oferta de vagas

Curso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	50	250	50	50	100%
ANTROPOLOGIA	50	200	200	234	117%
ARQUITETURA E URBANISMO	30	150	90	101	112%
BIOTECNOLOGIA	50	250	50	42	84%
CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA	50	200	200	116	58%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – ECOLOGIA E BIODIVERSIDADE	50	250	200	146	73%
CIÊNCIAS DA NATUREZA - BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA	50	200	200	73	37%
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - ECONOMIA, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	50	200	200	130	65%
CINEMA E AUDIOVISUAL	50	200	150	119	79%
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	50	200	200	112	56%
ENGENHARIA CIVIL DE INFRAESTRUTURA	50	250	200	224	112%
ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	50	250	200	186	93%
ENGENHARIA DE MATERIAIS	50	250	50	50	100%
ENGENHARIA FÍSICA	50	250	50	32	64%
ENGENHARIA QUÍMICA	50	250	50	50	100%
FILOSOFIA	50	200	50	31	62%
GEOGRAFIA (Licenciatura)	50	200	50	28	56%
GEOGRAFIA (Bacharelado)	50	200	200	77	39%
HISTÓRIA (Bacharelado)	50	200	200	90	45%
HISTÓRIA (Licenciatura)	50	200	50	32	64%
LETRAS – Artes e Mediação Cultural/Expressões Linguísticas	50	200	200	36	18%
LETRAS – ESPANHOL E PORTUGUES	50	200	50	32	64%
MATEMÁTICA (Licenciatura)	50	250	50	24	48%
MEDICINA	60	360	60	58	97%
MÚSICA (Bacharelado)	25	100	75	55	73%
QUÍMICA (LICENCIATURA)	50	250	50	32	64%
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO	50	200	200	52	26%
SAÚDE COLETIVA	50	200	150	33	22%
SERVIÇO SOCIAL	50	250	50	43	86%
TOTAL	1415	6360	3525	2288	65%

(1) – número de vagas disponíveis por ano;

(2) – número total de vagas disponível no curso = número vagas anual X (total semestres do curso/2);

(3) – número total de vagas disponíveis no 1º Sem/2015 = número vagas anual X ((2015 – ano de início dos cursos)+1). Vale salientar que, em 2013 não ocorreu ingresso de novos alunos. Assim sendo, para os cursos iniciados antes de 2013, deve-se aplicar um redutor de +1 na fórmula;

(4) – número de matrículas por curso no 1º Sem/2015; e

(5) – índice de ocupação de cadeiras.

Conforme informações descritas no quadro U.2, têm-se que:

- em Jan/2015 a UNILA possui capacidade de receber 1.415 novos alunos;
- quando os 30 cursos estiverem operando com a grade curricular completa, a UNILA terá capacidade de atender 6.360 cadeiras;
- em Jan/2015, a capacidade máxima da UNILA era de 3.525 cadeiras, sendo ocupadas 2.288, o que representa 65%; e
- percebe-se a existência de alguns cursos com baixo índice de ocupação de cadeiras como: Ciências da Natureza; Relações Internacionais e Integração; e Saúde Coletiva.



Em relação ao índice de ocupação de cadeiras, vale tecer comentário sobre as demais IFES sediadas no Estado do Paraná:

- UFPR – 52,29% (Quadro A.19 do Relatório de Auditoria nº 201407318); e
- UTFPR – 104,93% (Quadro P.3 do Relatório de Auditoria nº 201410711).

Usualmente, o índice de ocupação de cadeiras é inversamente proporcional ao avanço semestral/anual dos cursos, isto é, quanto mais próximo do final do curso, diminui o número de alunos matriculados (conforme levantamento realizado sobre uma amostra de 15 IFES, o indicador Taxa de Sucesso na Graduação foi de 56,69% em 2013 – Quadro A.1 do Relatório de Auditoria nº 201407318).

No caso da UTFPR, o índice de ocupação das cadeiras no primeiro ano letivo foi de 245,83% em 2014, tal fato ocorreu em virtude do elevado número de dependências (a título ilustrativo, registra-se que na UTFPR o índice de ocupação das cadeiras no 4º ano foi de 57% e no 5º ano foi de 21%).

Neste contexto, uma vez que quase metade dos cursos da UNILA estão em fase inicial, o índice de ocupação de cadeira poderá sofrer mudanças, com viés de baixa, considerando a tendência de redução deste índice à medida que ocorre o avanço no ano/semestre letivo.

B.2) Evolução no número de docentes e de técnicos administrativos:

Segue evolução do número de docentes e dos técnicos administrativos. Considerando que estes desempenham papel fundamental de apoio às atividades dos docentes, entende-se relevante a inclusão dos mesmos na análise conjuntural.

Quadro U.3 – Quantidade e Remuneração dos Docentes e Técnicos

Descrição*	2011	2012	2013	2014	2015
Qt. Docentes	55	79	122	144	266
Qt. Técnicos	90	111	168	172	514
Qt. Total	145	190	290	316	780
Remuneração Mensal Docentes	543.534	591.524	976.975	1.526.539	2.614.037
Remuneração Mensal Técnicos	522.145	499.431	822.692	971.295	2.236.756
Remuneração Mensal Total	1.065.679	1.090.955	1.799.667	2.497.833	4.850.793

* - posição em Janeiro dos respectivos exercícios

** - FONTE - SIAPE

A análise do número cursos/vagas ofertadas/preenchidas referida no item anterior, comparativamente com a força de trabalho disponível demonstra que:

- conforme consta do Relatório de Gestão 2014 da UNILA (Quadro 89 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU nº 408/2002), o indicador Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente demonstra uma relação de 4,71 alunos por docente; e o indicador Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU demonstra uma relação de 1,99 alunos por técnico;

- em relação ao número descrito no parágrafo anterior, entende-se que não retrata com adequação a realidade da UNILA, uma vez que foram considerados 264 docentes para 1.439,5 alunos (conforme Quadro 89 do Relatório de Gestão 2014). Isto é, foram considerados o número de docentes para os 30 cursos de 2015 contra os alunos dos 16 cursos de 2014. Assim, entende-se que este indicador, a grosso modo, poderá ser “corrigido” em 52,64% (2.288 alunos de 2015 / 1.499 alunos de 2014), considerando os 2.288 alunos que os 264 professores irão atender em 2015. Logo, pode-se projetar para o indicador Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente o valor de 7,18 alunos por



docente (4,71 x 1,5264); e para o indicador Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU o valor de 3,04 alunos por técnico (1,99 x 1,5264);

- em relação a estes indicadores, o levantamento realizado sobre uma amostra de 15 IFES (Quadro A.1 do Relatório de Auditoria nº 201407318) apresentou uma média de: 13,44 alunos por docente e 6,06 alunos por técnico;
- conforme ilustrado no Quadro U.2, quando da plenitude da grade curricular dos 30 cursos, a UNILA estará ofertando 6.360 cadeiras, o que representa um acréscimo de 80,42% em relação à capacidade disponível no 1º Semestre/2015 (considerando a capacidade máxima de 3.525 cadeiras);
- mantendo a proporção, quando da plenitude da grade curricular, pode-se projetar para os indicadores: 12,95 alunos por docente (7,18 X 1,8042); e 5,49 alunos por técnico (3,04 X 1,8042);
- vale salientar que, a hipótese descrita no parágrafo anterior é otimista, podendo as projeções sofrerem viés de baixa, considerando a tendência de redução do índice de ocupação das cadeiras à medida que avança os períodos (conforme ilustrado no Quadro P.18 do Relatório de Auditoria nº 201410712, o índice de ocupação na UNILA em 2014 foi: 71,64% - 1º Semestre; 52,80% - 5º Semestre; e 41,27% - 7º Semestre); e
- em relação ao número de alunos da pós graduação, conforme consta do Relatório de Gestão – Quadro 88 – a UNILA contou com 25 alunos em 2014, o que representou 1,7% do total de alunos. O índice médio de participação de alunos da Pós Graduação na amostra de 15 IFES avaliadas (Quadro A.1 do Relatório de Auditoria nº 201407318) foi de 20,85% (5.112 pós-graduandos/24.421 graduandos).

B.3) Evolução dos custos da UNILA:

Em relação aos custos, a UNILA apresentou a seguinte evolução:

Quadro U.4 – Evolução dos custos conforme indicadores definidos pela Decisão TCU nº 408/2002

Descrição	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente s/HU	76.892.736,00	51.509.996,00	37.207.572,00	20.343.168
Custo Corrente s/HU/Aluno Equivalente	35.088,00	39.851,00	23.983,00	22.788,00

FONTE - Quadro 89 do Relatório de Gestão 2014 da UNILA – Resultado dos indicadores definidos pela Decisão TCU nº 408/2002.

Quadro U.5 – Evolução dos custos conforme SIAFI

Descrição	2014	2013	2012	2011
1. Despesa Total	90.853.399,09	69.414.082,06	107.165.616,65	93.064.702,27
1.1. Despesas Correntes	78.152.103,53	51.532.921,33	37.127.910,62	17.272.323,07
1.1.1 Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	47.914.164,63	29.006.197,81	20.560.383,59	8.788.140,64
1.1.2. Outras Despesas Correntes	30.237.938,90	22.526.723,52	16.567.527,03	8.484.182,43
1.2 Despesas de Capital	12.701.295,56	17.881.160,73	70.037.706,03	75.792.379,20

FONTE - SIAFI

Quadro U.6 – Principais Despesas Correntes

Descrição	2014	2013	2012	2011
Auxílio Financeiro a Estudantes	4.765.500,31	2.481.254,44	1.277.302,94	1.537.524,18
Material de Consumo	1.448.052,95	332.666,27	728.097,41	195.076,67
Diárias e Passagens	1.740.956,42	888.451,13	588.335,11	242.123,40



Terceirização de Mão de Obra	4.346.654,63	2.232.857,72	1.489.624,13	1.209.012,54
Serviços Técnicos	2.698.227,85	3.727.980,80	3.531.022,74	1.853.609,35
Locação de Imóveis	3.255.487,37	1.196.511,09	350.679,66	
Fornecimento de Alimentação	1.619.288,80	2.773.454,35	2.722.322,62	1.302.044,30
Hospedagens	1.232.132,57	1.415.505,19	2.375.697,14	
Auxílio Alimentação	2.419.501,77	1.307.275,00	951.561,02	370.658,82
Outras Despesas	6.712.136,23	6.170.767,53	2.552.884,26	1.774.133,17

FONTE - SIAFI

As informações dos Quadros U.4, U.5 e U.6 demonstram que:

- as informações do Quadro U.5 demonstram uma tendência crescente da participação da despesa com pessoal (de 50,88% em 2011 para 61,31% em 2014);
- em relação à política de assistência ao estudante, no âmbito do PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), a UNILA adota uma política diferenciada, sendo que praticamente 100% dos estudantes recebem algum tipo de auxílio estudantil (entre auxílio moradia, auxílio alimentação e auxílio transporte). Assim, conforme ilustrado no Quadro U.6, percebe-se uma relevante participação das despesas destinadas à assistência estudantil, quais sejam: auxílio financeiro a estudantes; fornecimento de alimentação; e hospedagens. Em índice de participação sobre o total das despesas correntes (exceto folha), de 2011 a 2014, têm-se: 33,47%; 38,48%; 29,61%; e 25,19%;
- também constitui despesa relevante, em função da ausência de sede própria, a despesa com aluguel – Locação de Imóveis. A mesma se encontra em tendência de crescimento, representando 10,77% do total das despesas correntes (exceto folha) em 2014;
- nos Serviços Técnicos Profissionais constam despesas relacionadas à fiscalização da obra de implantação do novo *campus* da UNILA;
- conforme ilustrado no Quadro U.5, as despesas de capital sofreram decréscimo entre 2011 a 2014. A Obra do novo *campus* teve início em 2011 e foi interrompida em 2014, assim, as despesas de capital gastas entre 2011 a 2014, nesta ordem, foram de: R\$ 70 milhões; R\$ 68,25 milhões; R\$ 11,4 milhões; e sem dispêndio em 2014;
- em relação ao indicador “Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente” do Quadro U.4, o levantamento realizado sobre uma amostra de 15 IFES (Quadro A.1 do Relatório de Auditoria nº 201407318) apresentou um custo médio de R\$ 17.974,00. Assim sendo, o custo médio (por aluno) da UNILA é cerca de 95% superior à medida das IFES;
- entretanto, conforme já descrito, a UNILA, possui peculiaridades como amplo programa de assistência estudantil e ausência de sede própria, que diferenciam os custos;
- no propósito de simular um custo por aluno similar às demais IFES, tomando como base o exercício 2014, segue cálculo:

Quadro U.7 – Simulação custo corrente x aluno - UNILA

Descrição	Valor (em relação aos custos de 2014)
1 - Despesas correntes – Folha	61,31%
2 – Despesas correntes – Outras	38,69%
3 – Despesas correntes – Outras – Despesa com assistência estudantil = Item 2 X 25,19%	(9,75%)
4 – Despesas correntes – Outras – Despesas com locação de imóvel = Item 2 X 10,77%	(4,17%)
5 – Despesas correntes – Outras – Despesas com fiscalização de obra = Item 2 X 8,9%	(3,44%)
TOTAL = 1+2+3+4+5	82,64%

FONTE – Quadros U.5 e U.6 do presente relatório.



- as informações do Quadro U.7 demonstram que, em função das peculiaridades, o custo corrente por aluno equivalente na UNILA poderá ser reduzido em 17,36%. Assim, para 2014, teria um custo de R\$ 28.997,00 (R\$ 35.088,00 X 82,64%), o que ainda estaria superior em 61,33% (R\$ 28.998,00 / R\$ 17.974,00); e
- outra simulação de custo é referente ao momento da UNILA estiver operando em sua capacidade máxima, considerando os 30 cursos existentes em 2015, isto é, com 80,42% de alunos a mais que em Mar/2015. Segue quadro explicativo:

Quadro U.8 – Simulação custo UNILA em capacidade máxima

Descrição	Valor (comparativamente os custos de 2014)
1 – Custo Corrente – Folha (estima-se que o custo com folha será mantido)	61,31%
2 – Custo Corrente – Outros (estima-se que terá um aumento proporcional ao número de aluno – isto é, 38,69% X 80,42%).	69,80%
3 – Ampliação do custo estimado quando da capacidade máxima (1+2)	131,11%
4 – (Custo por Aluno 2014 = R\$ 35.088,00 X 131,11%) / Capacidade máxima de alunos (180,42%)	R\$ 25.498,00
5 – Item 4 X 82,64% (índice de ajuste obtido no Quadro U.7)	R\$ 21.072,00

FONTE – Quadros U.5 e U.6 do presente relatório.

- as informações do Quadro U.8 demonstram que, quando em capacidade máxima (considerando os 30 cursos atualmente existentes), o custo corrente por aluno da UNILA será de R\$ 21.072,00, ou seja, 17,23% acima da média; e
- desconsiderando os custos peculiares da UNILA (retratados no Quadro U.7), tem-se um custo estimado de R\$ 25.498,00/aluno, valor este 41,86% acima da média.

4.1.1.2 INFORMAÇÃO

Atuação do docente no ensino, pesquisa e extensão.

Fato

Questionário sobre critérios/metodologias e normativos em vigor sobre a distribuição da força de trabalho dos docentes:

1.1 Qual a distribuição da carga horária do docente entre o ensino, a pesquisa e a extensão na IFE? Existem parâmetros para avaliação da adequada distribuição? Qual a sistemática de acompanhamento?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, informou:

“A carga horária docente obedece ao planejamento semestral estabelecido e aprovado no Plano Individual Docente-PID, após planejamento da Coordenação de Curso, o qual leva em conta as demandas das disciplinas nas matrizes curriculares no semestre, os projetos de pesquisa e de extensão em desenvolvimento ou propostos e aprovados, pelas instâncias competentes, para o semestre, sendo a carga horária mínima em sala de aula 8 (oito)h/a. O PID é aprovado pelos Centros Interdisciplinares e os respectivos Institutos.”

E ainda, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, informou por meio Memorando Eletrônico nº 76/2015-PRPPG, de 08 de junho de 2015:

“Foi aprovada recentemente no Conselho Universitário as normas para atribuição da carga horária docente Resolução nº 044, de 18 de dezembro de 2014 que estabelece as “normas para distribuição das atividades do magistério superior na Universidade



Federal da Integração LatinoAmericana UNILA”, instrumento essencial para a distribuição da CH nas diferentes atividades e posterior acompanhamento. O acompanhamento deve ser realizado pelas coordenações das subunidades acadêmicas (art. 25 da res. 44/2014 CONSUN) que, para isso, precisam ser institucionalizadas, juntamente com os institutos, com a criação de suas instâncias, como Conselho de Instituto, Comissão de Pesquisa e de Extensão.

De acordo com essa resolução, é estabelecido um mínimo de oito horas de dedicação à pesquisa e/ou extensão, e um mínimo de oito horas em sala de aula, o que corresponde a 20 horas de dedicação a atividades de ensino, além de todo um conjunto de possíveis atividades a serem desenvolvidas pelos docentes com suas respectivas cargas horárias possíveis.

A relação atual na distribuição das cargas horárias entre as diferentes atividades deve ser obtida junto a Comissão Permanente de Avaliação (CPA), bem como nas Unidades Acadêmicas, que são unidades administrativas com a finalidade de atuação em todas as atividades fins da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Além da referida norma, não existem no momento parâmetros para se avaliar a distribuição do esforço docente. O acompanhamento das pesquisas deve ser realizado nas unidades e subunidades acadêmicas, cabendo à PRPPG, somente o acompanhamento dos indicadores gerais. No que concerne a projetos de iniciação científica e tecnológica estes são apresentados no Encontro de Iniciação Científica, com

avaliação por meio de banca constituída por pares e comitê avaliador externo. Esse evento ocorre anualmente em geral no mês de outubro. Atualmente são 89 docentes com projetos de iniciação científica.”

1.2 Os critérios para concessão, fixação e alteração dos regimes de trabalho dos docentes foram estabelecidos em regulamento, pelo Conselho Superior competente da IFE, para a carreira de Magistério (Art. 10 da Portaria nº475/87-MEC)?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, informou:

“A fixação e alteração dos regimes de trabalho docente são apreciados pelas Coordenações de Cursos, Diretorias de Institutos, PROGRAD, PROGEPE. Observam-se para essas alterações, demandas curriculares de graduação e pós-graduação; programa de capacitação docente; disponibilidade de recursos.”

1.3 Os limites mínimos e máximos de carga horária de aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas, a critério do Conselho, a natureza e diversidade de encargos do docente foram estabelecidos em regulamento, pelo Conselho Superior competente da IFE, para a carreira de Magistério (Art. 10 da Portaria nº475/87-MEC)?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, informou:

“Sim, foram estabelecidos pela Resolução CONSUN nº44/2014.”

E ainda, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, informou por meio Memorando Eletrônico nº 76/2015-PRPPG, de 08 de junho de 2015:

“Sim, foram estabelecidos pela Resolução nº 044, de 18 de dezembro de 2014 que estabelece as “normas para distribuição das atividades do magistério superior na Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA.”

1.4 O processo de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes foram estabelecidos em regulamento, pelo Conselho Superior competente da IFE, para a carreira de Magistério (Art. 10 da Portaria nº475/87-MEC)?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, informou:

“A Comissão Permanente de Pessoal Docente-CPPD realiza avaliação docente, relativa ao estágio probatório e para efeitos de progressão funcional, ouvidas as

chefias imediatas com base na Resolução CONSUN nº07/2014 que dispõe sobre normas de avaliação de servidores docentes e Leis Federais 8112/1990, 12772/2012 . Está sendo criada pela UNILA, a Comissão de Avaliação Docente-CAD.”

E ainda, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, informou por meio Memorando Eletrônico nº 76/2015-PRPPG, de 08 de junho de 2015:

“Sim, foram estabelecidos pela Resolução acima citada, que em seu artigo 22, define que cada docente deve apresentar seu Plano Individual de Trabalho Docente, o qual deve ser aprovado no Centro Interdisciplinar onde ele se vincula.”

1.5 A UJ possui processo de planejamento referente ao ensino, à pesquisa e à extensão, com objetivos, metas e indicadores de desempenho e alinhada ao Planejamento Estratégico da IFE? Há monitoramento quanto ao alcance das metas?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, informou:

“O planejamento das referidas atividades é previsto, em linhas gerais, pelos projetos pedagógicos de cursos, sendo implementado no âmbito dos programas das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão. Indicadores e metas estão ainda em discussão nos referidos setores, para integrarem futuro planejamento estratégico.”

E ainda, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, informou por meio Memorando Eletrônico nº 76/2015-PRPPG, de 08 de junho de 2015:

“No Programa de Desenvolvimento Institucional (20132017) constam como objetivos para Pós-Graduação e Pesquisa:

Pós-Graduação:

Objetivo específico 1: Criar programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* para formar especialistas, mestres e doutores.

Meta 1: Elaborar coletivamente e apresentar, ao menos, duas propostas de programas de pós-graduação *stricto sensu* ao ano, para serem aprovadas no âmbito interno da Universidade e enviadas à CAPES.

Meta 2: Iniciar, a partir de 2014, dois programas de pós-graduação por ano.

Objetivo específico 2: Elaborar e desenvolver projetos que sustentem linhas de pesquisa orientadas à construção de conhecimentos sobre problemáticas latino-americanas e caribenhas.

Meta 1: Consolidar, ao menos, duas linhas de pesquisa por programa.

Meta 2: Incrementar, progressivamente, a cada ano a produção científica relacionada às problemáticas latino-americanas e caribenhas.

Pesquisa:

Objetivo específico 1: Desenvolver conhecimentos e ações para constituir a UNILA em instituição de destaque na agenda acadêmica da América Latina e Caribe.

Meta 1: Consolidar, até 2015, grupos de pesquisa na UNILA, vinculados a programas de pós-graduação.

Meta 2: Instituir Programa de Apoio ao Debate Científico, em 2014.

Meta 3: Fomentar a cooperação acadêmico-científica com instituições governamentais, não governamentais, universidades e institutos de pesquisa da América Latina, Caribe e do mundo.

Objetivo específico 2: Desenvolver a pesquisa de tal forma que, integrada nas atividades de ensino e de extensão, contribua na busca de soluções de problemas latino-americanos e caribenhos.

Meta 1: Definir um plano de intercâmbio de conhecimentos produzidos no ensino, pesquisa e extensão, da Universidade com a comunidade externa.



Meta 2: Definir sistemáticas de intercâmbio de experiências em atividades de ensino, extensão e pesquisa, prioritariamente, nas universidades latino-americanas e caribenhas, favorecendo, entre outras atividades, a formação de grupos de pesquisa, a partir de 2014.

Objetivo específico 3: Consolidar a instituição como espaço de produção e divulgação de conhecimentos sobre as problemáticas da América Latina e Caribe.

Meta 1: Realizar projetos de pesquisa, subsidiando, ao menos, 100 projetos de Iniciação Científica anuais, ampliando o escopo até que um mínimo de dois terços dos estudantes esteja desenvolvendo pesquisa em 2017.

Meta 2: Instituir um Programa de Apoio a Publicações na UNILA em 2014.

A UNILA é uma instituição em implantação e claramente vários obstáculos à realização de pesquisas e estruturação de programas de Pós-Graduação estão sendo superados paulatinamente. Podemos ressaltar especificamente a ausência ou escassez de estrutura de laboratórios para áreas que a necessitam para o desenvolvimento de pesquisas.

Atualmente, temos dois programas de Pós-Graduação, em nível de mestrado, em funcionamento e um deve iniciar suas atividades no ano que vem. E neste ano estão sendo apresentadas ou reapresentadas, cinco propostas para avaliação pela CAPES.

A metodologia de acompanhamento precisa ser estruturada, mas é parte essencial a institucionalização de unidades e subunidades acadêmicas, pois a elas cabe a aprovação dos planos de atividade dos docentes e do seu acompanhamento.”

Por sua vez, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, informou por meio do Memorando Eletrônico nº 69/2015-PROEX, de 11 de junho de 2015:

“Os objetivos e metas da Extensão da UNILA estão contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2013-2017. O Planejamento anual das ações da Pró-Reitoria de Extensão é formulado e enviadas a Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Finanças (PROPLAN) para inclusão no Planejamento Geral da UNILA e acompanhado por àquela unidade. Internamente o Planejamento o acompanhamento efetuado pela Coordenadoria de Extensão junto às demais unidades.”

1.6 Há na unidade sistema(s) individualizados e/ou que integre(m) informações relativas às atividades docentes no ensino, pesquisa e extensão e que sejam de acesso público? (transparência)?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, informou por meio Memorando Eletrônico nº 76/2015-PRPPG, de 08 de junho de 2015:

“Há na UNILA o sistema SIG, que ainda não está sendo utilizado em sua totalidade. Estão sendo envidados esforços para início de utilização do módulo pesquisa, que permitirá o cadastro on line dos projetos, homologação pelas unidades e subunidades acadêmicas, além da produção de relatórios com maior facilidade e melhor atualização e de sua disponibilização para o público.”

Por sua vez, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, informou por meio do Memorando Eletrônico nº 69/2015-PROEX, de 11 de junho de 2015:

“As atividades de Extensão são geridas pelo módulo Extensão do SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, subsistema que integra o SIG - Sistema Integrado de Gestão, cujo link (<https://sig.unila.edu.br/>) encontra-se disponibilizado na página da UNILA. As ações de extensão podem ser consultadas no link SIGAA/Extensão (<https://sig.unila.edu.br/sigaa/public/home.jsf#>). Podem ser consultadas ações de extensão a partir de 2014, bem como as ações em desenvolvimento. O sistema permite o cadastro ao público em geral e posterior



inscrição em cursos ou eventos. Na aba Extensão na Página da UNILA (<http://www.unila.edu.br/conteudo/projetos-extensao-na-unila> e <http://www.unila.edu.br/conteudo/cursos-extensao-2015>), o público em geral tem acesso às informações (nome do coordenador, resumo, período, local, etc.) dos projetos, cursos e eventos em desenvolvimento e instruções para participação. Outras ações estão sendo planejadas com intuito de facilitar e disponibilizar mais informações das atividades de Extensão da UNILA ao público em geral.”

1.7 Como estão regulamentadas as atividades de pesquisa na IFE?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, informou por meio Memorando Eletrônico nº 76/2015-PRPPG, de 08 de junho de 2015:

“Uma norma de atividades de pesquisa está sendo preparada para envio a Comissão Superior de Pesquisa.”

1.8 Como ocorre o registro e proteção do patrimônio intelectual gerado, em favor da IFE, quando for o caso, por meio das pesquisas?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, informou por meio Memorando Eletrônico nº 76/2015-PRPPG, de 08 de junho de 2015:

“Está sendo estruturado o Núcleo de Inovação Tecnológica bem como as normas para propriedade intelectual.”

1.9 Como estão regulamentadas as atividades de extensão na IFE?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, informou por meio do Memorando Eletrônico nº 69/2015-PROEX, de 11 de junho de 2015:

“As atividades de extensão estão regulamentadas através das seguintes normativas: Resolução CAEX nº 01/2013 - Regulamenta a concessão de bolsas e estabelece critérios para permanência e exclusão de bolsistas em ações institucionais de Extensão no âmbito da UNILA.

Política de Extensão, aprovada pela Resolução COSUEX 03/2014;

Regulamento de Extensão Universitária da UNILA, aprovado pela Resolução COSUEX 02/2015, publicado no boletim de serviço em 27/02/2015;

Resolução COSUEX 01/2015 - Estabelece normas gerais para regulamentação, registro e avaliação das atividades de extensão;

Edital PROEX 14/2014 que regula o processo seletivo de Ações de Extensão para o ano de 2015, aprovado pela Resolução COSUEX 04/2014;

Edital PROEX 08/2015 que regulamentou a submissão de proposta em fluxo contínuo;

Edital PROEX nº 24/2014 – Processo seletivo de bolsistas para atuação junto às ações de extensão, aprovado pela resolução COSUEX 07/2014.”

1.10 Quantos projetos/alunos/comunidade são atendidos pelos docentes nas atividades de extensão?

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, informou por meio do Memorando Eletrônico nº 69/2015-PROEX, de 11 de junho de 2015:

*“O número de projetos em desenvolvimento até o mês de Maio de 2015, os quais consideramos Ações de Extensão, pois se dividem em Programa, Projetos e Cursos, foram **130 Ações**. Ainda que 11 delas, são coordenadas por Técnicos Administrativos Educacionais, todavia conforme as normatizações, possuem obrigatoriamente a participação de um docente como orientador quando incluído aluno bolsista. O total de alunos que tiveram participação nas Ações de Extensão até maio de 2015, como bolsistas ou voluntários, segundo os dados levantados nas propostas submetidas através do SIGAA somaram **267 alunos**. Tais dados alteram-se mensalmente com a submissão de novas Ações, alterações de participação naquelas que estão em desenvolvimento, e principalmente com a entrega de relatórios parciais ou finais pelos*



coordenadores, com os quais são atualizados os dados dos participantes (alunos, docentes, técnicos administrativos educacionais) e o público-alvo atendido. Somente com a entrega dos relatórios parciais e/ou finais pelos coordenadores é possível dimensionar o público atendido, considerando a comunidade interna e externa. O prazo para entrega destes relatórios é até o final de julho para as ações com duração superior a 6 meses.”

1.11 Os projetos de extensão da IFE estão cadastrados e são acompanhados pelo SIGProj? Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, informou por meio do Memorando Eletrônico nº 69/2015-PROEX, de 11 de junho de 2015:

“Os Projetos de Extensão são submetidos e geridos exclusivamente pelo módulo EXTENSÃO do SIGAA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, desde o segundo semestre de 2014. Os relatórios são entregues pelos coordenadores diretamente no sistema. O SIGProj é Sistema disponibilizado pelo MEC às IFES, mas não utilizado pela UNILA para gestão das Ações de Extensão, uma vez que o SIG se sobrepõe às funcionalidades do SIGproj e possui capacidade de integração com os demais sistemas utilizados. Importante ressaltar que o SIGAA está em fase de aprimoramento e requer melhorias para o completo atendimento das demandas.”

1.12 Considerando que o professor do magistério superior é submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: dedicação exclusiva ou tempo parcial de 20h semanais e que, excepcionalmente, mediante aprovação de colegiado superior competente da IFE, poderá ser adotado o regime de 40h semanais de trabalho sem dedicação exclusiva, como a Unidade está motivando as decisões? Há normatização de critérios para adoção de 40h sem dedicação exclusiva? (Decreto n.º 94.664/1987, art. 14, 2º).

Sobre o assunto, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE, informou por meio do Memorando Eletrônico nº 184/2015-PROGEPE, de 16 de junho de 2015, que a UNILA não realiza admissão de docentes do magistério superior no regime de 40 horas semanais sem dedicação exclusiva.

4.1.1.3 INFORMAÇÃO

Avaliação da produção do ensino, pesquisa e extensão na UNILA.

Fato

Conforme consubstanciado no Relatório de Auditoria nº 201410712 da CGU – Auditoria de Avaliação dos Resultados da Gestão - para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão do 1º Semestre/2014, a UNILA contou com 182 docentes (posição Fev/2014, referente ao início do ano letivo), assim distribuídos:

A) Quanto à distribuição por Centro Interdisciplinar/Curso:

Conforme art. 29 do Estatuto da UNILA, os Institutos constituem as unidades acadêmicas de formação em graduação e pós-graduação da Universidade. Dentro da estrutura dos Institutos existem os Centros Interdisciplinares e os Cursos.

O parágrafo único do mesmo artigo descreve que os docentes e os técnico-administrativos em educação lotados nos institutos serão distribuídos em seus respectivos Centros Interdisciplinares.

Segue quadro ilustrativo com a distribuição dos 182 docentes:



Quadro P.1 – Distribuição dos docentes por Curso

Instituto	Centro Interdisciplinar	Curso	Nº Docentes	% Docentes
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP)	Centro Interdisciplinar de Integração e Relações Internacionais (CIIRI)	Relações Internacionais e Integração	17	9,34%
		Ciência Política e Sociologia	8	4,40%
	Centro Interdisciplinar de Economia e Sociedade (CIES)	Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento	12	6,59%
		Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	5	2,75%
Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN)	Centro Interdisciplinar de Ciências da Natureza (CICN)	Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química	23	12,64%
	Centro Interdisciplinar de Ciências da Vida (CICV)	Ciências Biológicas - Ecologia e Biodiversidade	14	7,69%
		Saúde Coletiva	6	3,30%
Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH)	Centro Interdisciplinar de Antropologia e História (CIAH)	História América Latina	10	5,49%
		Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana	7	3,85%
	Centro Interdisciplinar de Letras e Artes (CILA)	Letras – Expressões Literárias e Linguísticas	26	14,29%
		Letras – Artes e mediação Cultural		
		Música	7	3,85%
		Cinema e Audiovisual	6	3,30%
Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT)	Centro Interdisciplinar de Tecnologia e Infraestrutura (CITI)	Engenharia Civil de Infraestrutura	13	7,14%
		Engenharia de Energias Renováveis	12	6,59%
	Centro Interdisciplinar de Território, Arquitetura e Design (CITAD)	Geografia – Território e Sociedade na América Latina	10	5,49%
		Arquitetura e Urbanismo	6	3,30%

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta à AS nº 201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Em relação à distribuição dos docentes entre os Institutos, tem-se: ILAESP – 23,08%; ILACVN – 23,63%; ILAACH – 30,77%; e ILATIT – 22,53%. Excetuando o ILAACH, percebe-se uma distribuição equitativa para os demais Institutos. Entretanto, os docentes lotados nos cursos de letras ministram disciplinas como português, espanhol e outras relacionadas a letras em cursos pertencentes a outros Institutos.

B) Mensuração da força de trabalho em HORAS/SEMANA:

Segue quadro com a mensuração da força de trabalho em Horas/Semana disponíveis para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para excluir as atividades administrativas, foi utilizada a seguinte convenção: docentes ocupantes de CD – utilização de 100% da carga horária para atividades de gestão/administrativa; e docentes ocupantes de FG ou FCC – utilização de 50% da carga horária para atividades de gestão/administrativa.

Segue quadro informativo:



Quadro P.2 – CH Docente semanal por Instituto

Centro Interdisciplinar	Docente 40H (1)	Docente 20H (2)	Docente com CD (3)	Docente com FG/FCC (4)	Docente equivalente (5)	CH Semanal Disponível (6)
CIIRI	25	0	4	3	19,5	780
CIES	16	1	1	2	14,5	580
CICN	23	0	2	3	19,5	780
CICV	20	0	3	2	16	640
CIAH	17	0	4	3	11,5	460
CILA	39	0	1	6	35	1400
CITI	24	1	2	2	21,5	860
CITAD	14	2	2	2	12	480
Total	178	4	19	23	149,5	5980

(1) – inclui docente DE, substituto e visitante em regime de 40 horas;

(2) – incluir docente DE, substituto e visitante em regime de 20 horas;

(5) – obtido pela seguinte fórmula – coluna 1 + (coluna 2 X 0,5) – coluna 3 – (coluna 4 x 0,5); e

(6) – coluna 5 x 40 horas.

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Informações do quadro anterior segmentados por curso:

Quadro P.3 – CH Docente semanal por Curso

Centro Interdisciplinar	Curso	Docente 40H (1)	Docente 20H (2)	Docente com CD (3)	Docente com FG/FCC (4)	Docente equivalente (5)	CH Semanal Disponível (6)
CIAH	Antropologia	7		2	2	4	160
CIAH	História	10		2	1	7,5	300
CICN	Ciências da Natureza	23		2	3	19,5	780
CICV	Ciências Biológicas	14		2	1	11,5	460
CICV	Saúde Coletiva	6		1	1	4,5	180
CIES	Ciências Econômicas	12		1	1	10,5	420
CIES	Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	4	1		1	4	160
CIIRI	Ciência Política e Sociologia	8			1	7,5	300
CIIRI	Relações Internacionais e Integração	17		4	2	12	480
CILA	Cinema e Audiovisual	6			1	5,5	220
CILA	Letras, Artes e Mediação Cultural	26		1	3	23,5	940
CILA	Música	7			2	6	240
CITAD	Arquitetura e Urbanismo	5	1	1	1	4	160
CITAD	Geografia	9	1	1	1	8	320
CITI	Engenharia Civil de Infraestrutura	12	1	1	1	11	440
CITI	Engenharia de Energias Renováveis	12		1	1	10,5	420
TOTAL		178	4	19	23	149,5	5980

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

C) Distribuição da carga horária semanal do docente por tipo de atividade:

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201404815/07, esta CGU-Regional/PR solicitou, entre outras, informações sobre a distribuição da carga horária semanal do docente por tipo de atividade.

C.1) Distribuição da carga horária em Sala de Aula:

Quadro P.4 – Distribuição da carga horária em sala de aula por Curso

Curso	CH	CH	Total	Orientação Alunos
-------	----	----	-------	-------------------



	Semanal Aula Graduação	Semanal Aula - Pós Strictu Sensu	CH Semanal Aulas	Graduação	Pós Graduação
Antropologia	47	12	59		2
Arquitetura e Urbanismo	35		35		
Ciência Política e Sociologia	55		55		
Ciências Biológicas	122		122		
Ciências da Natureza	220	0	220		
Ciências Econômicas	110	4	114		1
Cinema e Audiovisual	64		64		
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	44		44		
Engenharia Civil de Infraestrutura	124		124		
Engenharia de Energias Renováveis	104		104		
Geografia	91		91		
História	57	20	77		
Letras, Artes e Mediação Cultural	253	28	281		4
Música	86	4	90		
Relações Internacionais e Integração	153		153		
Saúde Coletiva	54	4	58		
Total Geral	1619	72	1691		7

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

No quadro consta informação do quantitativo total de carga horária que os docentes vinculados aos respectivos cursos despendem por semana. As informações do quadro demonstram que:

- conforme descrito no Quadro P.3, a carga horária semanal total disponível para ensino, pesquisa e extensão é de 5.980 horas. O art. 57 da Lei nº 9.394/96 estabelece como parâmetros mínimos e máximos a alocação de 8 a 20 horas semanais em sala de aula (de 20% a 50% da CH do docente de 40 horas);
- considerando o parâmetro descrito no parágrafo anterior, a CH mínima e máxima em sala de aula para a UNILA seria de 1.196 horas e 2.990 horas. As 1.691 horas em sala de aula representam 141,39% do mínimo e 56,55% do máximo;
- predominantemente (95,78%) as aulas estão sendo ministradas na Graduação;
- a coluna “Número de alunos orientados – Graduação” não está preenchida, indicando que a UNILA não possui informações sobre o assunto;

Segue quadro com índice de utilização da carga horária por curso:

Quadro P.5 – Índice de utilização da CH por Curso – Mínimo e Máximo

Curso	Total CH Aulas	CH Aula Mínimo	% Rel Mínimo	CH Aula Máximo	% Rel Máximo
Antropologia	59	32	184,38%	80	73,75%
Arquitetura e Urbanismo	35	32	109,38%	80	43,75%
Ciência Política e Sociologia	55	60	91,67%	150	36,67%
Ciências Biológicas	122	92	132,61%	230	53,04%

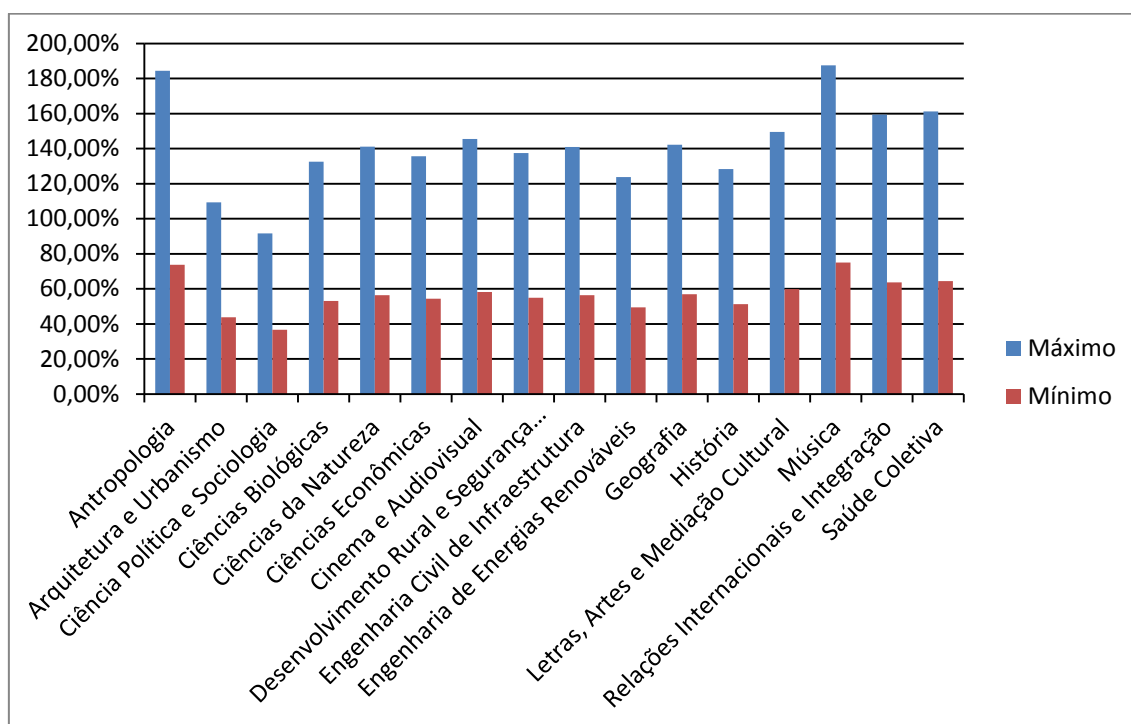


Ciências da Natureza	220	156	141,03%	390	56,41%
Ciências Econômicas	114	84	135,71%	210	54,29%
Cinema e Audiovisual	64	44	145,45%	110	58,18%
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	44	32	137,50%	80	55,00%
Engenharia Civil de Infraestrutura	124	88	140,91%	220	56,36%
Engenharia de Energias Renováveis	104	84	123,81%	210	49,52%
Geografia	91	64	142,19%	160	56,88%
História	77	60	128,33%	150	51,33%
Letras, Artes e Mediação Cultural	281	188	149,47%	470	59,79%
Música	90	48	187,50%	120	75,00%
Relações Internacionais e Integração	153	96	159,38%	240	63,75%
Saúde Coletiva	58	36	161,11%	90	64,44%

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Quadro anterior em gráfico de colunas:

Gráfico P.1 - % de utilização da CH em aulas por curso – Mínimo e Máximo



Vale descrever que, a indicação de CH em sala de aula por curso foi levantando com base na indicação do “curso de referência” do docente informado pela UNILA. Entretanto, é comum o docente ministrar a mesma disciplina em vários cursos, assim, os índices levantados podem sofrer modificações.

Apesar da ressalva descrita no parágrafo anterior, entende-se que para uma análise conjuntural, as informações do quadro P.5 são válidas, uma vez que, apesar da análise “por curso” indicar existência de relevante variação dos “índices de utilização”, caso tal análise seja efetuada por Centro Interdisciplinar (onde em função da proximidade dos conteúdos a atuação dos docentes em diversos cursos é mais frequente) pode-se perceber uma redução das variações conforme segue:

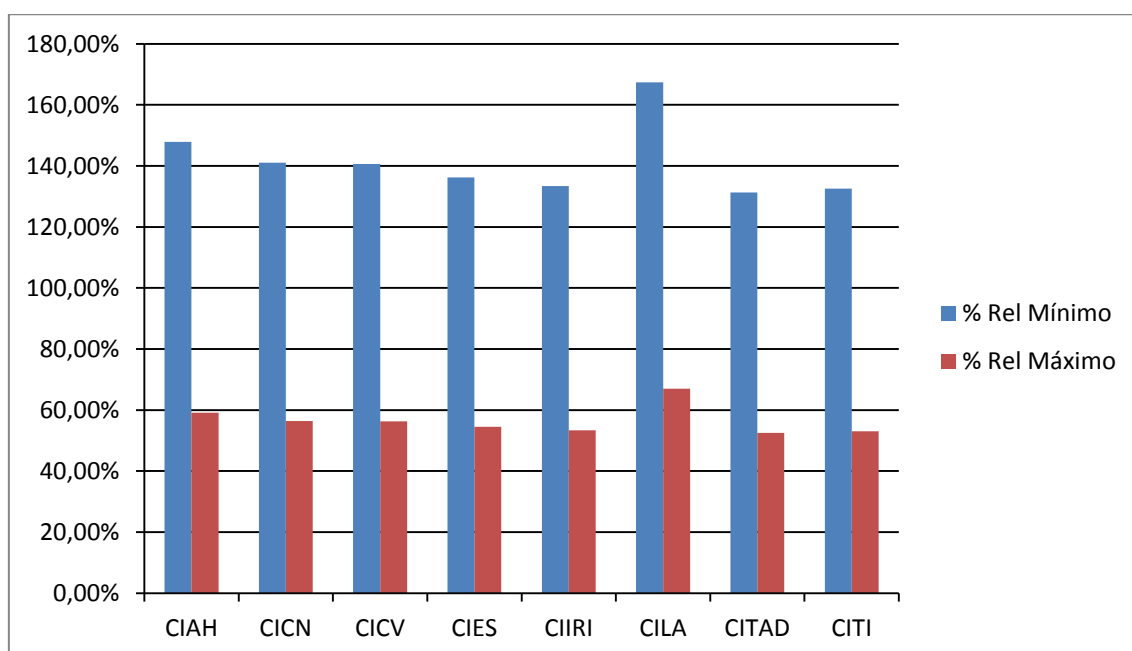


Quadro P.6 - Índice de utilização da CH por Instituto – Mínimo e Máximo

Centro Interdisciplinar	Total CH Aulas	CH Aula Mínimo	% Rel Mínimo	CH Aula Máximo	% Rel Máximo
CIAH	136	92	147,83%	230	59,13%
CICN	220	156	141,03%	390	56,41%
CICV	180	128	140,63%	320	56,25%
CIES	158	116	136,21%	290	54,48%
CIIRI	208	156	133,33%	390	53,33%
CILA	154	92	167,39%	230	66,96%
CITAD	126	96	131,25%	240	52,50%
CITI	228	172	132,56%	430	53,02%

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Gráfico P.2 - % de utilização da CH em aulas por Instituto – Mínimo e Máximo

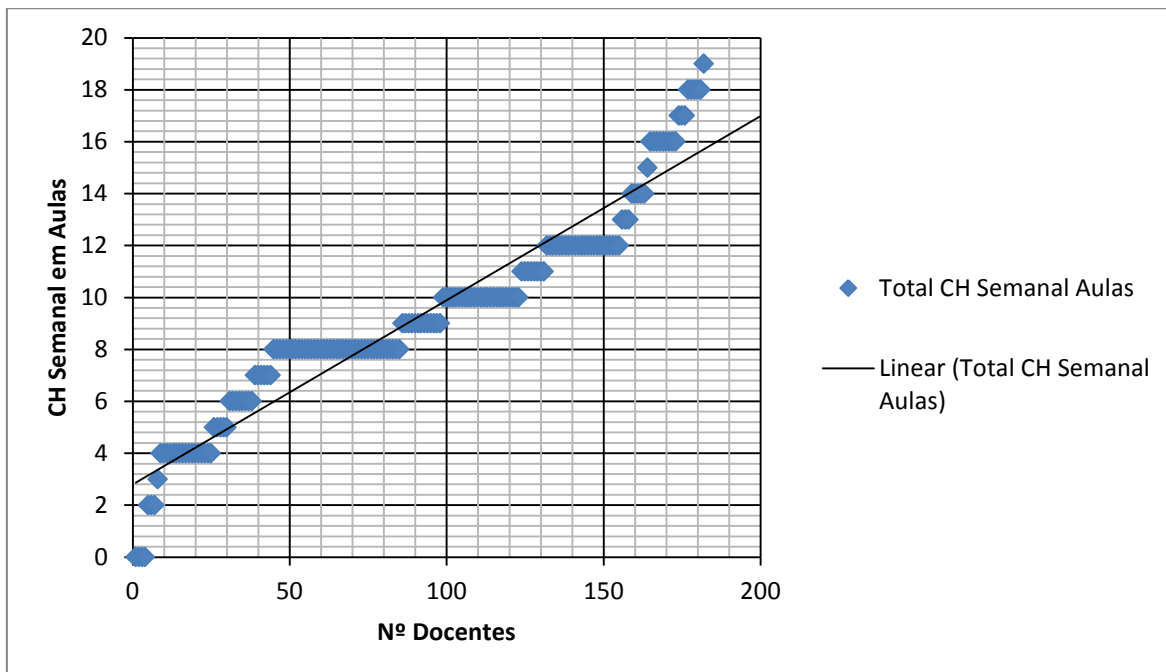


Percebe-se maior uniformidade na distribuição da CH em sala de aula quando a análise é efetuada por Instituto (comparação Quadro P.1 e P.2).

Por fim, segue gráfico de dispersão das aulas:

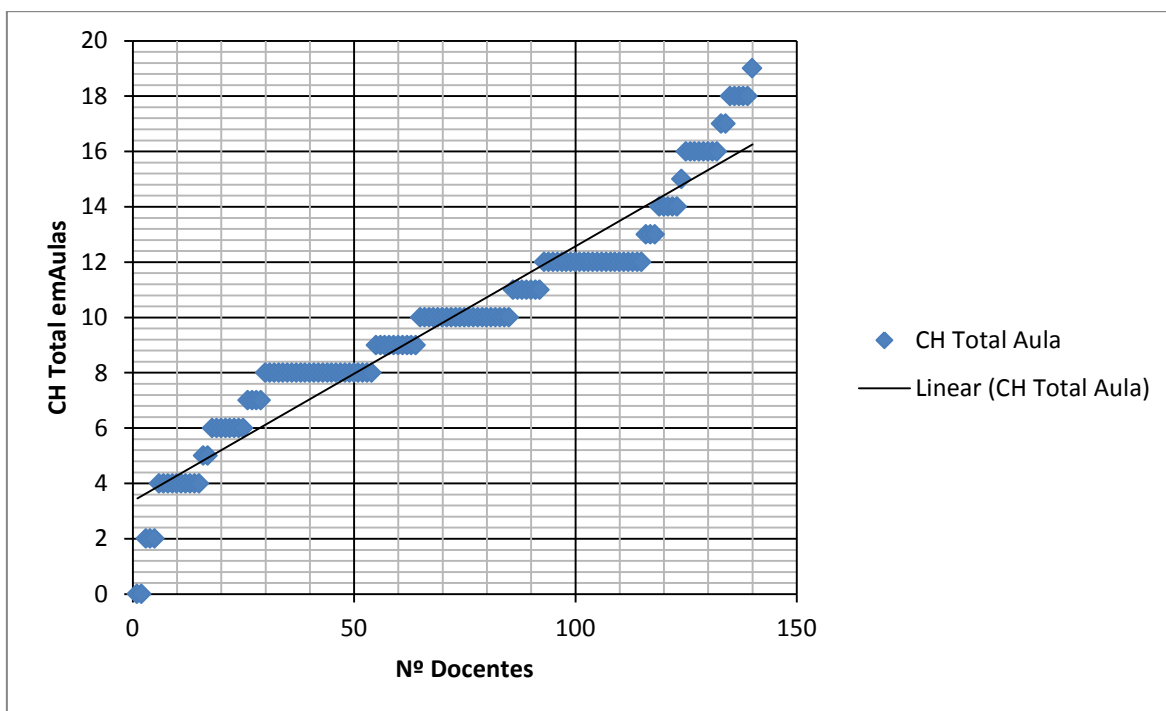
Gráfico P.3 – Dispersão da CH em Aula





As informações do Gráfico P.3 demonstram que predominantemente os docentes ministram 8 a 12 aulas (111 dos 182 docentes – 61%).

Gráfico P.4 – Dispersão da CH em Aula – excluídos comissionados (CD, FG e FUC):



As informações do Gráfico P.4 demonstram que, mesmo excluindo os cargos comissionados, a dispersão não sofreu mudança significativa, predominantemente os docentes ministrando 8 a 12 aulas (86 dos 140 docentes – 61,4%).

C.2) Distribuição da carga horária em atividade de Pesquisa e Extensão:

Quadro P.7 – Distribuição da CH em Pesquisa e Extensão



Curso	CH Semanal Pesquisa	Qt. Projeto Pesquisa	Total Aluno Pesquisa	CH Semanal Extensão	Qt. Projeto Extensão	Total Aluno Extensão
Antropologia	0	3	4	12	1	3
Arquitetura e Urbanismo	0	0	0	14	2	4
Ciência Política e Sociologia	0	4	2	6	1	2
Ciências Biológicas	84	17	26	26	4	5
Ciências da Natureza	110	27	30	12	2	6
Ciências Econômicas	65	9	12	24	3	6
Cinema e Audiovisual	0	1	2	24	2	4
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	12	2	2	8	1	2
Engenharia Civil de Infraestrutura	44	14	25			
Engenharia de Energias Renováveis	32	7	7	8	1	2
Geografia	48	8	14	12	1	2
História	22	7	10	12	1	2
Letras, Artes e Mediação Cultural	50	7	16	137	12	27
Música	0	0	0	36	3	7
Relações Internacionais e Integração	16	8	12	8	1	2
Saúde Coletiva	8	2	3	12	1	3
Total Geral	491	116	165	339	35	74

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Gráfico P.5 – Distribuição Pesquisa X Extensão por Curso:

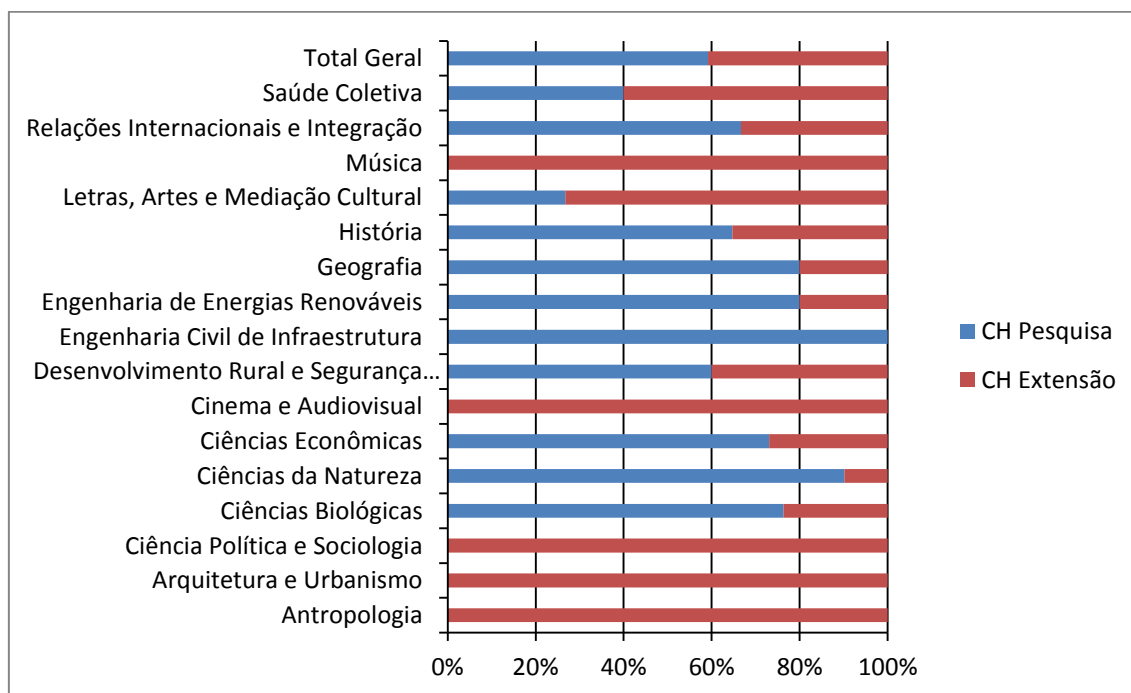
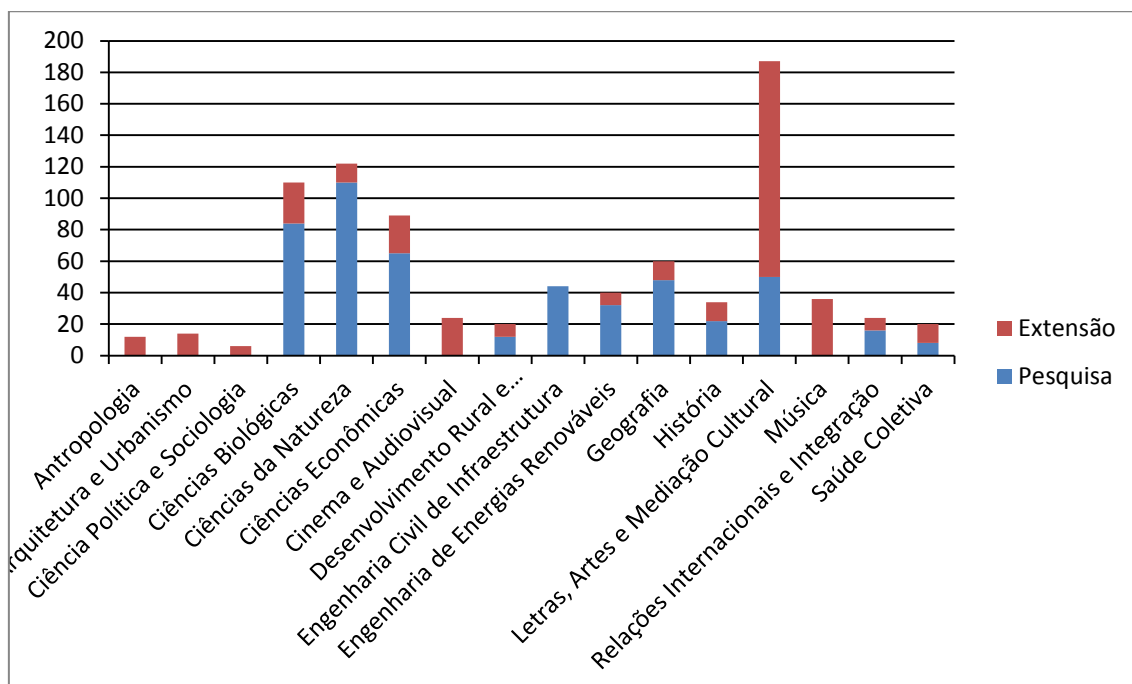


Gráfico P.6 – CH total em pesquisa e extensão por Curso:





Em relação às informações do quadro, seguem comentários:

- conforme ilustrado, existem indicação de existências de projetos de pesquisa, porém sem descrições das CH semanais destinadas a tais atividades. Tais fatos ocorreram em função da não apresentação da informação pela UNILA;
- 45 projetos de pesquisa não apresentaram indicação de carga horária. Valendo-se das informações disponíveis, tem-se uma média de 6,92 horas de CH semanal por pesquisa (491 horas / 71 projetos). Utilizando a mesma média, pode-se inferir uma CH total de 803 horas para pesquisa (116 projetos X 6,92 horas);
- os campos “quantitativo de projeto de pesquisa” e “quantitativo de alunos por projeto” foram preenchidos, assim, tem-se uma média de 1,42 alunos por projeto;
- em relação aos projetos de extensão, tem-se uma média de 9,69 horas de CH semanal por projeto e uma média de 2,11 alunos por projeto;
- conforme gráfico P.5, existem cursos com predominância (ou exclusividade) em pesquisa ou extensão; e
- o gráfico P.6 demonstra a CH total em pesquisa e/ou extensão. Nota-se que os cursos de ciências biológicas, econômicas, natureza e letras/artes/mediação cultural apresentam maior quantitativo de horas.

Também quadro com informações sobre CH dedicada à pesquisa e/ou extensão por quantitativo de docentes:

Quadro P.8 – Quantitativo de docente por CH Semanal em Pesquisa e/ou Extensão

CH Semanal	Qt. Docente c/CH em pesquisa	CH Semanal Pesquisa total	% CH Pesquisa	Qt. Docente com CH em extensão	CH Semanal Extensão Total	% CH Extensão
0	142	0	0,00%	145	0	0,00%
2	-	-	0,00%	1	2	0,59%
4	4	16	3,26%	2	8	2,36%
6	1	6	1,22%	2	12	3,54%



8	5	40	8,15%	7	56	16,52%
10	2	20	4,07%	1	10	2,95%
12	10	120	24,44%	18	216	63,72%
14	3	42	8,55%	-	-	0,00%
15	1	15	3,05%	1	15	4,42%
16	1	16	3,26%	-	-	0,00%
18	1	18	3,67%	-	-	0,00%
20	1	20	4,07%	1	20	5,90%
22	1	22	4,48%	-	-	
24	5	120	24,44%	-	-	-
36	1	36	7,33%	-	-	-

Em relação à distribuição da carga horária, pode-se verificar que 33 docentes (18,54% do total) utilizam 55% da CH total em pesquisa e extensão.

C.2.1) Quantitativo médio de pesquisa/extensão por docente:

Quadro P.9 - Quantitativo médio de pesquisa/extensão por docente

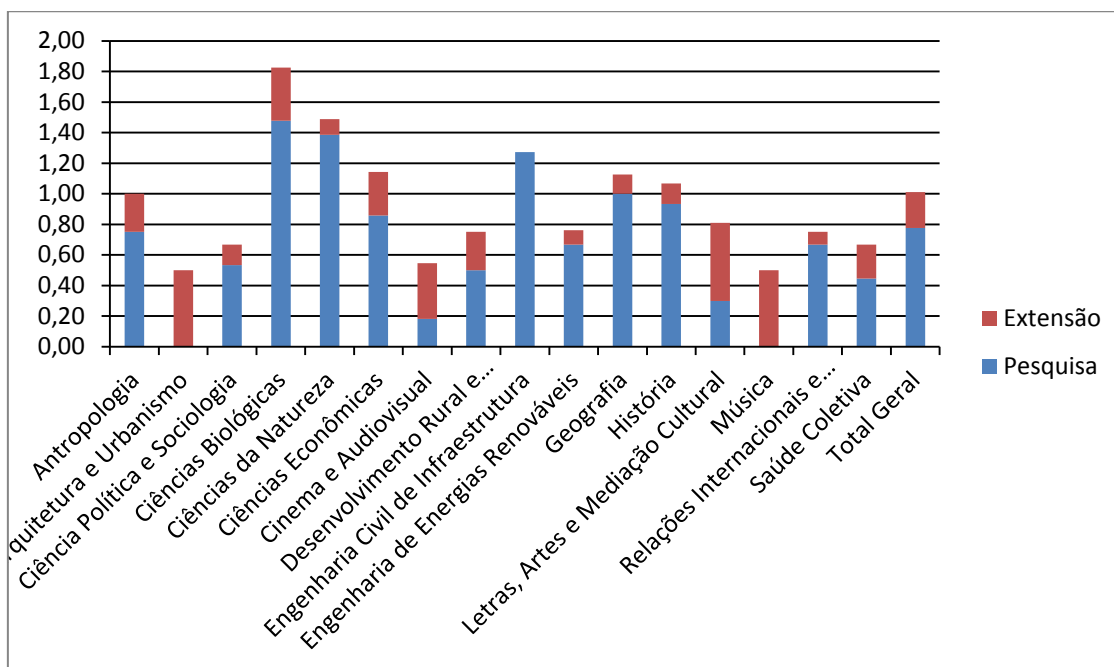
Curso	Docente Equivalente	Qt. Projeto Pesquisa/Docente	Qt. Projeto Extensão/Docente	Qt. Projeto/Docente *
Antropologia	4	0,75	0,25	1,00
Arquitetura e Urbanismo	4	0,00	0,50	0,50
Ciência Política e Sociologia	7,5	0,53	0,13	0,67
Ciências Biológicas	11,5	1,48	0,35	1,83
Ciências da Natureza	19,5	1,38	0,10	1,49
Ciências Econômicas	10,5	0,86	0,29	1,14
Cinema e Audiovisual	5,5	0,18	0,36	0,55
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	4	0,50	0,25	0,75
Engenharia Civil de Infraestrutura	11	1,27	0,00	1,27
Engenharia de Energias Renováveis	10,5	0,67	0,10	0,76
Geografia	8	1,00	0,13	1,13
História	7,5	0,93	0,13	1,07
Letras, Artes e Mediação Cultural	23,5	0,30	0,51	0,81
Música	6	0,00	0,50	0,50
Relações Internacionais e Integração	12	0,67	0,08	0,75
Saúde Coletiva	4,5	0,44	0,22	0,67
Total Geral	149,5	0,78	0,23	1,01

* - Projetos de Pesquisa + Extensão.

Representação gráfica do quadro anterior:

Gráfico P.6.A – Qt. Média de projetos de pesquisa e extensão





Em média, a relação entre quantitativo de projetos de pesquisa e/ou extensão e docente foi de 1 (1 projeto por docente), entretanto, este valor trata-se de uma média, sendo que, efetivamente, os projetos de pesquisa e extensão assim distribuídos:

Quadro P.9.A – Quantidade de projetos por docente

Qt. Proj. Pesquisa	Nº de Docentes*	%	Qt. Proj. Extensão	Nº de Docentes*	%	Qt. Proj. Total	%
0	108	60,67%	0	156	87,64%	86	48,31%
1	38	21,35%	1	21	11,80%	59	33,15%
2	25	14,04%	2	1	0,56%	26	14,61%
3	3	1,69%				3	1,69%
4	3	1,69%				3	1,69%
7	1	0,56%				1	0,56%
Total	178	100,00%	Total	178	100,00%	178	100,00%

* - docentes 40 HS.

Apesar de a média indicar 1 projeto por docente, efetivamente, 48% dos docentes não possuem projeto de pesquisa e ou extensão.

C.3) Demonstração Geral da distribuição da CH Semanal:

Segue quadro com demonstração geral da distribuição da CH Semanal, representando a CH Semanal média por docente:

Quadro P.10 – Distribuição Geral da CH Semanal

Curso	Docente Equivalente (1)	CH Aula Média (2)	CH Pesquisa Média (3)	CH Extensão Média (4)	Outras Atividades (5)
Antropologia	4,00	14,75	0,00	3,00	22,25
Arquitetura e Urbanismo	4,00	8,75	0,00	3,50	27,75



Ciência Política e Sociologia	7,50	7,33	0,00	0,80	31,87
Ciências Biológicas	11,50	10,61	7,30	2,26	19,83
Ciências da Natureza	19,50	11,28	5,64	0,62	22,46
Ciências Econômicas	10,50	10,86	6,19	2,29	20,67
Cinema e Audiovisual	5,50	11,64	0,00	4,36	24,00
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	4,00	11,00	3,00	2,00	24,00
Engenharia Civil de Infraestrutura	11,00	11,27	4,00	0,00	24,73
Engenharia de Energias Renováveis	10,50	9,90	3,05	0,76	26,29
Geografia	8,00	11,38	6,00	1,50	21,13
História	7,50	10,27	2,93	1,60	25,20
Letras, Artes e Mediação Cultural	23,50	11,96	2,13	5,83	20,09
Música	6,00	15,00	0,00	6,00	19,00
Relações Internacionais e Integração	12,00	12,75	1,33	0,67	25,25
Saúde Coletiva	4,50	12,89	1,78	2,67	22,67
Total Geral	149,50	11,31	3,28	2,27	23,14

(1) – coluna 5 Quadro P.2;

(2) – coluna 4 do Quadro P.4 / coluna 1 do presente Quadro;

(3) – coluna 2 do Quadro P.7 / coluna 1 do presente Quadro;

(4) – coluna 4 do Quadro P.7/ coluna 1 do presente Quadro; e

(5) – outras atividades sem especificação. Inclui-se neste campo atividades como: preparo do ensino; atendimento/orientação ao aluno; participações em comissões, bancas, conselhos, etc; entre outras atividades. O valor foi obtido pela fórmula: 40 horas semanais – (CH Ensino + CH Pesquisa + CH Extensão).

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Vale enfatizar que, não estão inclusas em “Outras Atividades” a atuação do docente em atividades administrativas com percepção formal de CD, FG e FCC. Uma vez que, conforme ilustrado no Quadro P.2, para o cálculo do “Docente Equivalente” já foram descontadas a CH para tais atividades.

Quadro anterior com representação em “porcentagem”:

Quadro P.11 – Distribuição Geral da CH Semanal – em porcentagem

Curso	Docente Equivalente (1)	CH Aula Média (2)	CH Pesquisa Média (3)	CH Extensão Média (4)	Outras Atividades (5)
Antropologia	4,00	36,88%	0,00%	7,50%	55,63%
Arquitetura e Urbanismo	4,00	21,88%	0,00%	8,75%	69,38%
Ciência Política e Sociologia	7,50	18,33%	0,00%	2,00%	79,67%
Ciências Biológicas	11,50	26,52%	18,26%	5,65%	49,57%
Ciências da Natureza	19,50	28,21%	14,10%	1,54%	56,15%
Ciências Econômicas	10,50	27,14%	15,48%	5,71%	51,67%
Cinema e Audiovisual	5,50	29,09%	0,00%	10,91%	60,00%
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	4,00	27,50%	7,50%	5,00%	60,00%
Engenharia Civil de Infraestrutura	11,00	28,18%	10,00%	0,00%	61,82%
Engenharia de Energias Renováveis	10,50	24,76%	7,62%	1,90%	65,71%

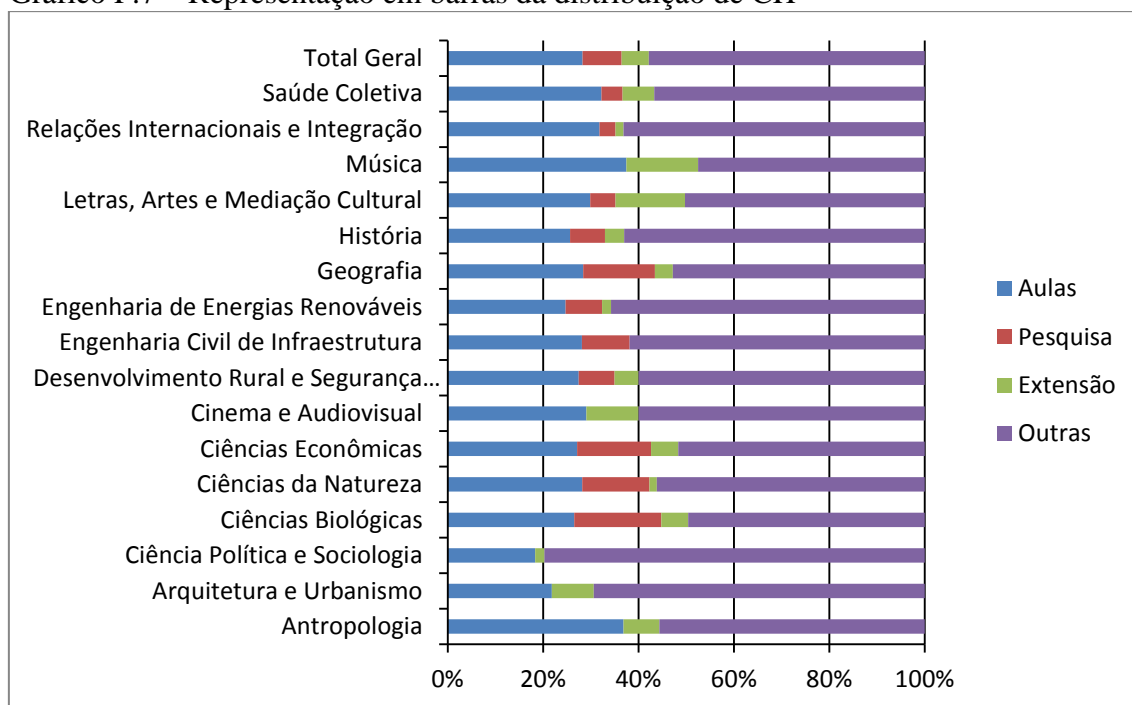


Geografia	8,00	28,44%	15,00%	3,75%	52,81%
História	7,50	25,67%	7,33%	4,00%	63,00%
Letras, Artes e Mediação Cultural	23,50	29,89%	5,32%	14,57%	50,21%
Música	6,00	37,50%	0,00%	15,00%	47,50%
Relações Internacionais e Integração	12,00	31,88%	3,33%	1,67%	63,13%
Saúde Coletiva	4,50	32,22%	4,44%	6,67%	56,67%
Total Geral	149,50	28,28%	8,21%	5,67%	57,84%

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Também o quadro anterior em representação gráfica:

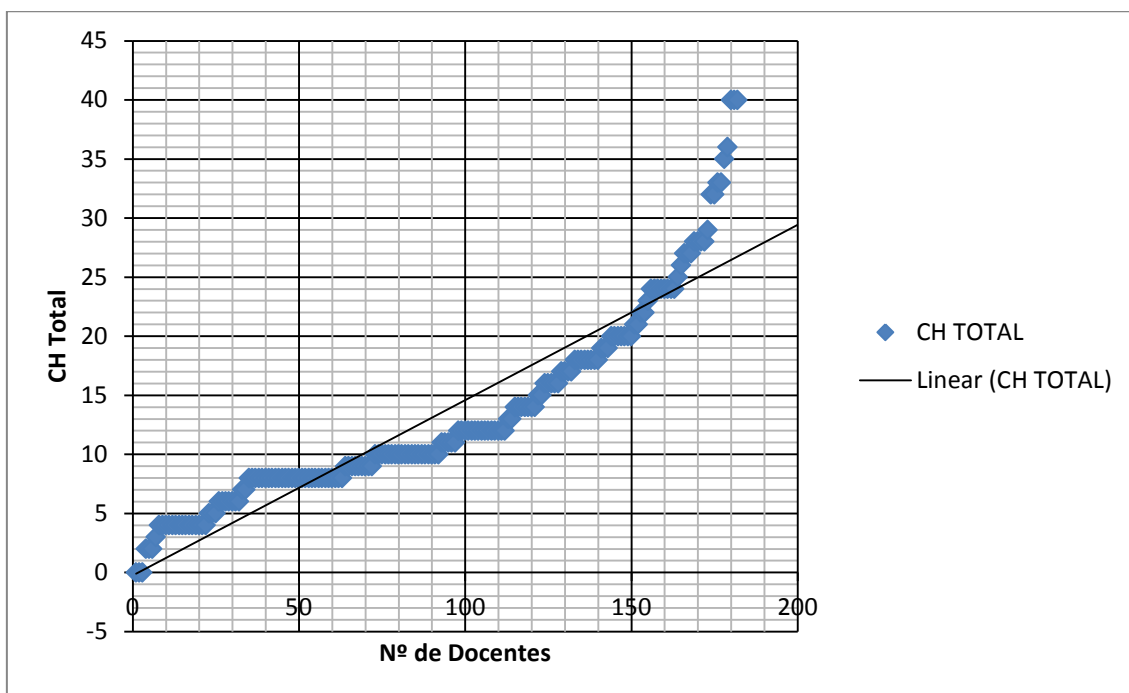
Gráfico P.7 – Representação em barras da distribuição de CH



As informações do Quadro P.11 e Gráfico P.7 demonstra um elevado quantitativo de CH classificados como “Outros”, isto é, atividades sem classificação específica.

Em relação à distribuição da CH total das atividades “por docente”, segue gráfico de dispersão:

Gráfico P.8 – Distribuição da CH Total em Atividades por Docente



As informações do Gráfico P.8 demonstra existência de grande dispersão, destacando que, a faixa predominante é das 8 às 12 horas de atividades registradas (entre aula, pesquisa e extensão) das 40 horas (78 das 182 ocorrências). As demais faixas apresentam grande oscilação, demonstrando existência de grande dispersão na CH das atividades.

C.4) Docentes alocados para atividades de gestão:

Conforme critério de docente equivalente adotado pela CGU – isto é, 100% da CH dedicada à gestão para ocupantes de CD e 50% da CH dedicada à gestão para ocupantes de FG/FCC – o quantitativo de docentes equivalentes é de 149,50, significando a existência de 32,5 docentes em atividade de gestão, representando 1.300 horas semanais (17,86% da CH total dos docentes).

Por sua vez, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 201404815/07, a UNILA encaminhou informações sobre a CH dos docentes em atividades de gestão, totalizando 902 horas semanais, representando 12,39% da CH total dos docentes.

Assim, pode-se verificar um índice de atuação dos docentes ocupantes de funções administrativas superiores ao critério de dedicação adotada pela CGU.

D) Avaliação da Distribuição de Aulas – 1º Sem/2014:

D.1) Informações gerais sobre distribuição de aulas:

Quadro P.12 – Distribuição de Aula por Curso

Curso	Nº Disciplina (1)	Qt. Total Crédito (2)	Relação Crédito/Disciplina (3)	Nº Alunos (4)	Relação Aluno/Disciplina (5)
Antropologia	15	53	3,53	428	28,53
Arquitetura e Urbanismo	26	62	2,38	699	26,88
Ciência Política e Sociologia	18	50	2,78	549	30,50
Ciências Biológicas	46	147	3,20	886	19,26



Ciências da Natureza	38	117	3,08	424	11,16
Ciências Econômicas	29	106	3,66	721	24,86
Cinema e Audiovisual	17	63	3,71	615	36,18
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	25	84	3,36	686	27,44
Engenharia Civil de Infraestrutura	57	186	3,26	1195	20,96
Engenharia de Energias Renováveis	54	187	3,46	1010	18,70
Geografia	29	83	2,86	745	25,69
História	19	61	3,21	487	25,63
Letras, Artes e Mediação Cultural	29	75	2,59	572	19,72
Música	44	101	2,30	349	7,93
Relações Internacionais e Integração	40	140	3,50	1211	30,28
Saúde Coletiva	24	83	3,46	445	18,54
TOTAL	510	1598	3,13	11022	21,61

(1) – número de disciplinas vinculadas ao curso;

(2) – número total de crédito semanal (carga horária semanal) das disciplinas;

(3) – coluna 2 / coluna 1 – carga horária semanal média por disciplina;

(4) – somatória do número de alunos por disciplina – não se trata do número total de alunos, o mesmo aluno está sendo computado mais de uma vez, por se tratar de contagem por disciplina; e

(5) – quantitativo médio de alunos por disciplina.

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

As informações do quadro demonstram que:

- em média, uma sala (disciplina) é composta por 21,61 alunos;

- a relação crédito/disciplina apresenta pouca oscilação, apresentando uma média de 3,31;

- o número médio de alunos por disciplina apresenta grande variação (7,93 a 36,18); e

- em média, cada docente ministra 2,87 disciplinas.

D.1.1) Número de Disciplinas ministradas X Docentes X Cursos:

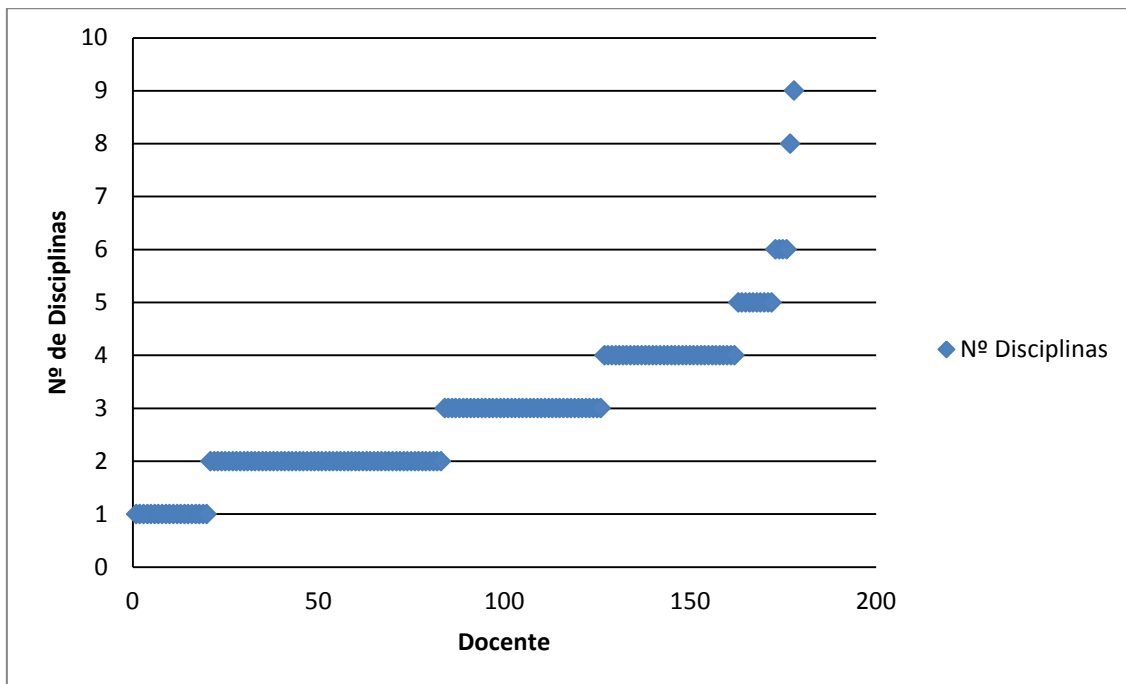
Segue quadro com informações sobre o número de disciplinas ministradas docentes:

Quadro P.12.A – Disciplinas X Docentes 40 HS

Nº de Disciplinas	Nº Docentes	%
1	20	11,24%
2	63	35,39%
3	43	24,16%
4	36	20,22%
5	10	5,62%
6	4	2,25%
8	1	0,56%
9	1	0,56%
TOTAL	178	100,00%

Representação do quadro em gráfico de dispersão:





As informações demonstram que 80% dos docentes ministram entre 2 a 4 disciplinas.

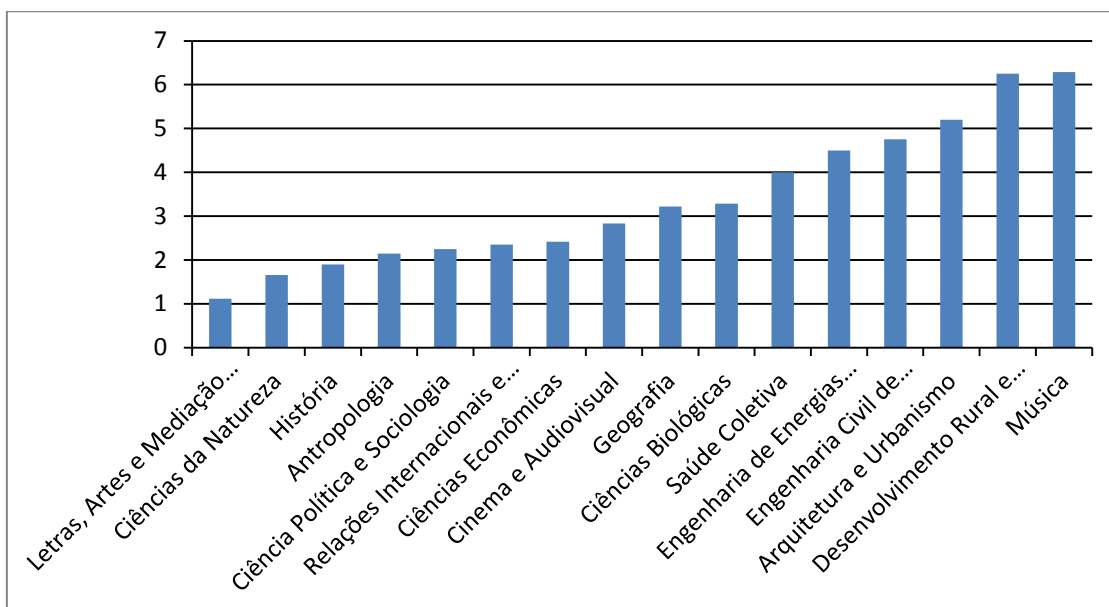
Na sequência, informação sobre Quantitativo de Disciplina X Docente X Curso:

Quadro P.12.B – Qt. Disciplina X Docente X Curso

Curso	Nº Disciplina	Docentes	Nº Médio de Disciplina/Curso
Antropologia	15	7	2,14
Arquitetura e Urbanismo	26	5	5,20
Ciência Política e Sociologia	18	8	2,25
Ciências Biológicas	46	14	3,29
Ciências da Natureza	38	23	1,65
Ciências Econômicas	29	12	2,42
Cinema e Audiovisual	17	6	2,83
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	25	4	6,25
Engenharia Civil de Infraestrutura	57	12	4,75
Engenharia de Energias Renováveis	54	12	4,50
Geografia	29	9	3,22
História	19	10	1,90
Letras, Artes e Mediação Cultural	29	26	1,12
Música	44	7	6,29
Relações Internacionais e Integração	40	17	2,35
Saúde Coletiva	24	6	4,00
TOTAL	510	178	2,87

Representação gráfica do quadro anterior:





As informações demonstram que existe variação (de 1,12 a 6,29) no quantitativo de disciplinas ministradas por docente, conforme curso.

D.2) Distribuição das disciplinas por Semestre:

Quadro P.13 – Distribuição das disciplinas por Semestre

Curso	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Optativa	Total Geral
Antropologia	7				6	1			1	15
Arquitetura e Urbanismo	12	1	1		9				3	26
Ciência Política e Sociologia	7		2		6		1		2	18
Ciências Biológicas	11		4		10	1	10	5	5	46
Ciências da Natureza	11	2	2		8	3	3		9	38
Ciências Econômicas	9		4		7		5	1	3	29
Cinema e Audiovisual	10				7					17
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	8		1	1	6		9			25
Engenharia Civil de Infraestrutura	20	3	2	3	13		13	1	2	57
Engenharia de Energias Renováveis	14	2	2	4	11	1	8	4	8	54
Geografia	10				9		9		1	29
História	6	1			5		4		3	19
Letras, Artes e Mediação Cultural	8				8		12		1	29
Música	15	3		4	19				3	44
Relações Internacionais e Integração	9	1	2		6	1	4	5	12	40
Saúde Coletiva	12				12					24
(vazio)										
Total Geral	169	13	20	12	142	7	78	16	53	510

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

- as informações são pertinentes ao 1º Sem/2014, assim, percebe-se uma concentração das disciplinas no 1º, 5º e 7º semestre;



- em relação à baixa concentração de alunos no 3º Sem/2014, o fato se justifica pelo não ingresso de alunos em 2013; e
- existem alguns alunos realizando disciplinas referentes ao segundo semestre, provavelmente em decorrência do deslocamento do calendário escolar gerada pela greve de 2012 (de cerca de 4 meses).

D.3) Distribuição dos créditos semanais por Semestre:

Quadro P.14 – Distribuição de créditos por semestre

Curso	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Optativa	Total Geral
Antropologia	23				22	4			4	53
Arquitetura e Urbanismo	33	2	3		19				5	62
Ciência Política e Sociologia	18		2		20		2		8	50
Ciências Biológicas	42		20		27	1	34	11	12	147
Ciências da Natureza	33	4	8		26	6	14		26	117
Ciências Econômicas	32		14		26		18	4	12	106
Cinema e Audiovisual	37				26					63
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	26		4	4	22		28			84
Engenharia Civil de Infraestrutura	64	8	10	12	32		53	1	6	186
Engenharia de Energias Renováveis	53	6	12	12	38	2	24	16	24	187
Geografia	28				28		21		6	83
História	17	2			16		14		12	61
Letras, Artes e Mediação Cultural	18				22		31		4	75
Música	36	8		7	46				4	101
Relações Internacionais e Integração	32	4	4		22	4	16	16	42	140
Saúde Coletiva	39				44					83
Total Geral	531	34	77	35	436	17	255	48	165	1598

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

As informações indicam correlação do Quadro P.14 com o Quadro P.13 demonstrando que as disciplinas possuem créditos (carga horária) uniformes (de 3,13 horas por disciplina).

D.4) Distribuição de alunos por Semestre:

Quadro P.15 – Soma dos alunos por disciplina

Curso	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Optativa	Total Geral
Antropologia	224				179	18			7	428
Arquitetura e Urbanismo	283	36	9		333				38	699
Ciência Política e Sociologia	207		94		174		15		59	549
Ciências Biológicas	332		45		212	13	186	47	51	886
Ciências da Natureza	279	14	5		63	18	20		25	424



Ciências Econômicas	257		65		161		148	32	58	721
Cinema e Audiovisual	402				213					615
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	250		4	32	191		209			686
Engenharia Civil de Infraestrutura	598	44	37	21	269		204	12	10	1195
Engenharia de Energias Renováveis	460	43	52	26	253	6	83	22	65	1010
Geografia	301				259		150		35	745
História	191	5			150		71		70	487
Letras, Artes e Mediação Cultural	290				163		93		26	572
Música	167	12		28	122				20	349
Relações Internacionais e Integração	425	36	21		222	20	147	192	148	1211
Saúde Coletiva	321				124					445
Total Geral	4987	190	332	107	3088	75	1326	305	612	11022

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Quadro P.16 – Número de alunos médio por disciplina X semestre

Curso	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	Optativa	Total Geral
Antropologia	32,00				29,83	18,00			7,00	28,53
Arquitetura e Urbanismo	23,58	36,00	9,00		37,00				12,67	26,88
Ciência Política e Sociologia	29,57		47,00		29,00		15,00		29,50	30,50
Ciências Biológicas	30,18		11,25		21,20	13,00	18,60	9,40	10,20	19,26
Ciências da Natureza	25,36	7,00	2,50		7,88	6,00	6,67		2,78	11,16
Ciências Econômicas	28,56		16,25		23,00		29,60	32,00	19,33	24,86
Cinema e Audiovisual	40,20				30,43					36,18
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	31,25		4,00	32,00	31,83		23,22			27,44
Engenharia Civil de Infraestrutura	29,90	14,67	18,50	7,00	20,69		15,69	12,00	5,00	20,96
Engenharia de Energias Renováveis	32,86	21,50	26,00	6,50	23,00	6,00	10,38	5,50	8,13	18,70
Geografia	30,10				28,78		16,67		35,00	25,69
História	31,83	5,00			30,00		17,75		23,33	25,63
Letras, Artes e Mediação Cultural	36,25				20,38		7,75		26,00	19,72
Música	11,13	4,00		7,00	6,42				6,67	7,93
Relações Internacionais e Integração	47,22	36,00	10,50		37,00	20,00	36,75	38,40	12,33	30,28
Saúde Coletiva	26,75				10,33					18,54
Total Geral	29,51	14,62	16,60	8,92	21,75	10,71	17,00	19,06	11,55	21,61

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Comparando as informações dos quadros P.13 e P.14 com as do Quadro P.15, percebe-se que, no 1° Semestre/2014 houve maior ocorrência de alunos em relação à distribuição das aulas. Segue quadro comparativo:

Quadro P.17 – Distribuição Disciplinas X Créditos – nos semestres



Curso	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Optativa
Disciplinas	33,14%	2,55%	3,92%	2,35%	27,84%	1,37%	15,29%	3,14%	10,39%
Créditos	33,23%	2,13%	4,82%	2,19%	27,28%	1,06%	15,96%	3,00%	10,33%
Alunos	45,25%	1,72%	3,01%	0,97%	28,02%	0,68%	12,03%	2,77%	5,55%

D.5) Índice de ocupação das cadeiras:

Considerando as informações contidas nos quadros do item D.3 anterior, bem como, na quantidade de vagas máximas por curso descrita a seguir, pode-se obter o índice de ocupação das cadeiras. Vale salientar que, considerando o escopo do exame – 1º Semestre/2014 – foram considerados para a análise o número médio de alunos do 1º, 5º e 7º Semestre.

Quadro P.18 – Índice de ocupação das cadeiras

Curso	Nº Máximo	Alunos 1º Sem	% Ocup.	Alunos 5º Sem	% Ocup.	Alunos 7º Sem	% Ocup.
Antropologia	50	32	64,00%	29,83	59,66%		
Arquitetura e Urbanismo	30	23,58	78,60%	37	123,33%		
Ciência Política e Sociologia	50	29,57	59,14%	29	58,00%	15	30,00%
Ciências Biológicas	50	30,18	60,36%	21,2	42,40%	18,6	37,20%
Ciências da Natureza	50	25,36	50,72%	7,88	15,76%	6,67	13,34%
Ciências Econômicas	50	28,56	57,12%	23	46,00%	29,6	59,20%
Cinema e Audiovisual	50	40,2	80,40%	30,43	60,86%		
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	50	31,25	62,50%	31,83	63,66%	23,22	46,44%
Engenharia Civil de Infraestrutura	50	29,9	59,80%	20,69	41,38%	15,69	31,38%
Engenharia de Energias Renováveis	50	32,86	65,72%	23	46,00%	10,38	20,76%
Geografia	50	30,1	60,20%	28,78	57,56%	16,67	33,34%
História	50	31,83	63,66%	30	60,00%	17,75	35,50%
Letras, Artes e Mediação Cultural	50	36,25	72,50%	20,38	40,76%	7,75	15,50%
Música	25	11,13	44,52%	6,42	25,68%		
Relações Internacionais e Integração	50	47,22	94,44%	37	74,00%	36,75	73,50%
Saúde Coletiva	50	26,75	53,50%	10,33	20,66%		
Média	41,19	29,51	71,64%	21,75	52,80%	17	41,27%

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

A média simples do índice de ocupação das vagas dos 3 semestres analisados é de 55,24%, este índice não apresenta divergência relevante em relação à UFPR de 52,29% (conforme item 2.1.2.2 do Relatório nº 201407318 referente à Auditoria Anual de Contas 2013 da UFPR).

D.6) Número médio de alunos que o docente ministra aula:

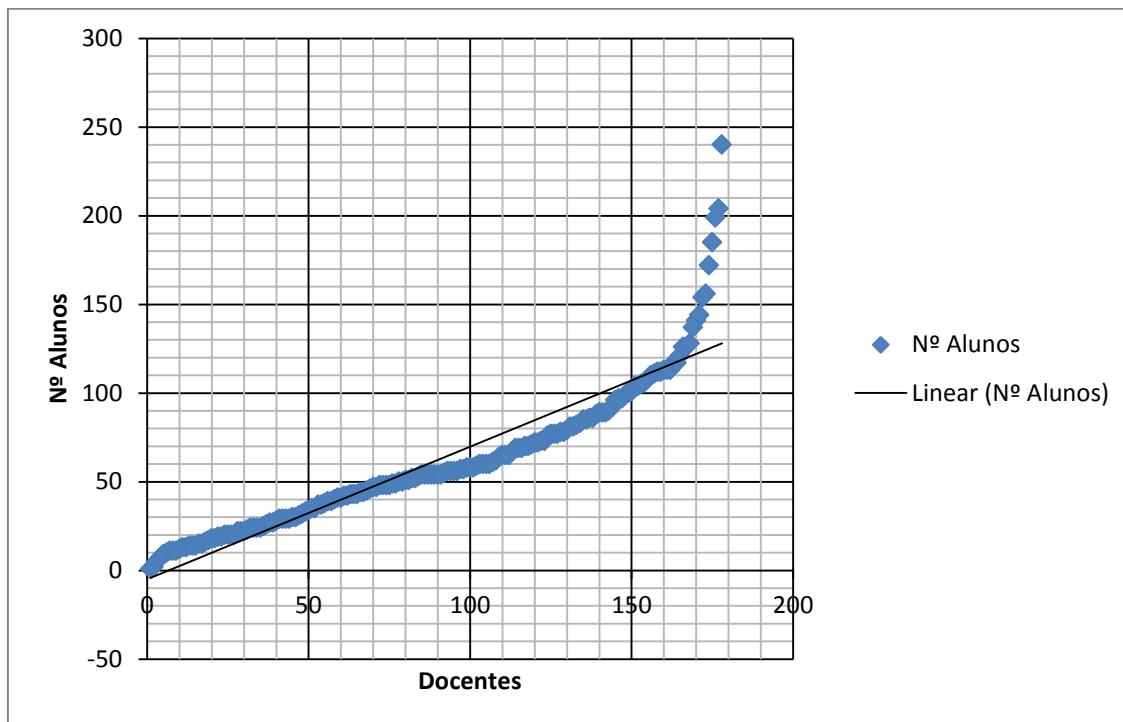
Inicialmente, ressalta-se que os valores demonstrados no presente item se referem a “média de alunos que um docente ministra aula”, ou seja, um mesmo aluno poderá ser



computado mais de uma vez, considerando o fato deste aluno estar realizando várias disciplinas.

Os quantitativos de alunos por docente estão distribuídos conforme gráfico de dispersão a seguir:

Gráfico P.9 – N° de Alunos por docente:



Percebe-se não haver uniformidade ou faixas de concentração, existindo uma linearidade na distribuição de forma progressiva, podendo ser distintas por faixas, conforme segue:

Quadro P.19 – Distribuição de alunos por faixa

Faixa*	Nº Docentes	Nº Alunos	% Acumulada
1	80	7.746	70%
2	63	2.727	25%
3	39	549	5%
Total	182	11.022	100%

* - trata-se de faixa ABC, tendo como referência a concentração de 70%, 25% e 5% dos alunos.

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

No contexto geral, a não uniformidade na distribuição dos alunos e a existência de uma distribuição progressiva como demonstrada apresenta correlação com o “Índice de Ocupação das Cadeiras” referida no item anterior. Isto é, à medida que os semestres avançam, o número médio de alunos por turma reduz, impactando negativamente no quantitativo de alunos que o docente ministra aula.

Em relação à distribuição das “faixas de concentração dos alunos por semestre letivo”, segue quadro ilustrativo:

Quadro P.20 – Faixa por Semestre



Período	Faixa 3	Faixa 2	Faixa 1
1º SEM	28,77%	14,68%	40,43%
2º SEM	2,74%	3,67%	2,17%
3º SEM	4,11%	3,67%	4,33%
4º SEM	2,74%	5,50%	1,44%
5º SEM	23,29%	28,44%	27,08%
6º SEM	4,11%	1,83%	0,72%
7º SEM	16,44%	22,02%	13,36%
8º SEM	2,74%	4,59%	3,25%
Optativa	15,07%	15,60%	7,22%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

As informações do quadro demonstram que:

- maior ocorrência das disciplinas do 1º Semestre na Faixa 1, por se tratar de período com maior índice de ocupação das cadeiras (consequentemente, turmas maiores com poucos desistentes);
- homogeneidade nas faixas do 5º Semestre;
- maior incidência das faixas 2 e 3 (menor número de alunos por turma) no 7º Semestre, por se tratar de período em que há redução no índice de ocupação das cadeiras; e
- maior incidência das faixas 2 e 3 nas disciplinas optativas, em regra, estas disciplinas possuem um número médio de alunos reduzido (número médio de alunos nas disciplinas optativas = 11,55, contra 21,61 da média geral).

E) Distribuição das disciplinas por período:

Segue distribuição das disciplinas por curso X período:

Quadro P.21 – Distribuição das disciplinas por Semestre

Curso	Turno	M	M/N	M/T	M/T/N	N	T	T/N	Total
Antropologia	Vespertino	2				2	11		15
Arquitetura e Urbanismo	Integral	10				2	14		26
Ciência Política e Sociologia	Vespertino	1				9	8		18
Ciências Biológicas	Integral	15		4		1	26		46
Ciências da Natureza	Noturno	3		3		24	7	1	38
Ciências Econômicas	Vespertino	5				14	10		29
Cinema e Audiovisual	Integral	7					10		17
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	Vespertino	7				1	17		25
Engenharia Civil de Infraestrutura	Integral	14	3	10	1	2	25	2	57
Engenharia de Energias Renováveis	Integral	17		4		8	25		54
Geografia	Vespertino	10				6	13		29
História	Noturno	1				17	1		19
Letras, Artes e Mediação Cultural	Matutino	21					8		29
Música	Integral	22				4	18		44
Relações Internacionais e Integração	Vespertino	13				10	17		40



Saúde Coletiva	Matutino	8		1		3	12		24
Total Geral		156	3	22	1	103	222	3	510

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

Quadro anterior com representação em porcentagem:

Quadro P.22 – Distribuição das disciplinas por Semestre – em porcentagem

Curso	Turno	M	M/N	M/T	M/T/N	N	T	T/N	Total
Antropologia	Vespertino	13%	0%	0%	0%	13%	73%	0%	100%
Arquitetura e Urbanismo	Integral	38%	0%	0%	0%	8%	54%	0%	100%
Ciência Política e Sociologia	Vespertino	6%	0%	0%	0%	50%	44%	0%	100%
Ciências Biológicas	Integral	33%	0%	9%	0%	2%	57%	0%	100%
Ciências da Natureza	Noturno	8%	0%	8%	0%	63%	18%	3%	100%
Ciências Econômicas	Vespertino	17%	0%	0%	0%	48%	34%	0%	100%
Cinema e Audiovisual	Integral	41%	0%	0%	0%	0%	59%	0%	100%
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	Vespertino	28%	0%	0%	0%	4%	68%	0%	100%
Engenharia Civil de Infraestrutura	Integral	25%	5%	18%	2%	4%	44%	4%	100%
Engenharia de Energias Renováveis	Integral	31%	0%	7%	0%	15%	46%	0%	100%
Geografia	Vespertino	34%	0%	0%	0%	21%	45%	0%	100%
História	Noturno	5%	0%	0%	0%	89%	5%	0%	100%
Letras, Artes e Mediação Cultural	Matutino	72%	0%	0%	0%	0%	28%	0%	100%
Música	Integral	50%	0%	0%	0%	9%	41%	0%	100%
Relações Internacionais e Integração	Vespertino	33%	0%	0%	0%	25%	43%	0%	100%
Saúde Coletiva	Matutino	33%	0%	4%	0%	13%	50%	0%	100%
Total Geral		31%	1%	4%	0%	20%	44%	1%	100%

Legendas – M – Manhã; T – Tarde; N – Noite; M/N – Manhã e Noite; M/T – Manhã e Tarde; T/N – Tarde e Noite; M/T/N – Manhã, Tarde e Noite.

F) Apontamentos emitidos:

Em decorrência das análises descritas nos itens A~E, no âmbito do Relatório de Auditoria nº 201410712, foram emitidos os seguintes apontamentos:

- Necessidade de maior isonomia na distribuição da CH das atividades dos docentes;
- Docentes sem projeto de pesquisa e/ou extensão;
- Necessidade de normatização da distribuição da carga horária das diversas atividades desenvolvidas pelos docentes; e
- Distribuição das aulas em períodos divergentes ao turno.

Detalhes sobre a situação de atendimento das recomendações pertinentes aos apontamentos, vide item 2.1.1.1. do presente relatório.

4.1.1.4 CONSTATAÇÃO

Necessidade de definição de fluxos para o acompanhamento das atividades dos docentes.



Fato

Conforme descrito no item 4.1.1.3 deste relatório, foi verificada grande dispersão na distribuição da CH (aulas – gráficos P.3 e P.4 e aula+pesquisa+extensão – gráfico P.8) destinada ao ensino, pesquisa e extensão entre os docentes. Entende-se que tal dispersão – isto é, grande diferença no volume de atividades atribuídas aos docentes – constitui fator negativo para a gestão, seja no que tange à busca da eficiência e eficácia por meio da elevação da produtividade como um todo, seja em aspectos motivacionais, considerando o tratamento não isonômico de servidores com mesmas obrigações. Vale salientar que, as dispersões nas CH ocorrem também entre os institutos.

Quadro C.1 – Distribuição da CH por atividade/Instituto

Instituto	Docente Equivalente	Média de CH Aula	Média de Ch Pesquisa	Média de CH Extensão
ILAACH	46,50	12,72	1,01	4,16
ILACVN	35,50	11,59	4,91	1,85
ILAESP	34,00	10,49	2,63	1,44
ILATIT	33,50	10,33	3,26	1,44

FONTE – Compilação das informações do Quadro P.10 do item 4.1.1.3

Por meio do Relatório de Auditoria nº 201410712, item 1.1.1.3, foi recomendada à UNILA maior isonomia na distribuição das atividades entre os docentes. Também no mesmo relatório, no item 1.1.1.5, foram recomendadas: emissões de normativos que regulamentem a distribuição das cargas horárias dos docentes; e manutenção de banco de dados.

Em atendimento às recomendações, com a finalidade de definir critérios objetivos para a distribuição das atividades dos docentes foi publicada a Resolução nº 44/2014.

Em relação à pesquisa, encontra-se em reavaliação da Resolução COSUP nº 02/2015, que trata dos critérios de avaliação, mensuração e aprovação dos projetos de pesquisa.

Para tornar efetiva a aplicação dos normativos criados, devem ser definidos fluxos administrativos com a finalidade de acompanhar as atividades dos docentes.

Em termos gerais, a norma é bastante completa em relação aos processos. Por exemplo, conforme Resolução nº 44/2014, o docente deve apresentar um plano de trabalho (Plano Individual de Trabalho do Docente - PITD) a ser apreciado pelo Centro Interdisciplinar. Entretanto, para tornar o texto da norma algo prático e aplicável, devem ser implementadas diversas rotinas, principalmente com auxílio de sistemas informatizados, tais como:

- banco de dados do PITD - todo PITD deve constar de um banco de dados informatizado, de livre consulta, garantindo transparência;
- geração de relatórios gerenciais para acompanhamento – como prática, periodicamente devem ser emitidos relatórios para verificar se os docentes estão cumprindo o PITD. Parâmetros como: se as aulas previstas estão sendo ministradas; se há excesso de faltas; se os prazos previstos para as etapas das pesquisas estão sendo cumpridas; etc, devem ser observados pelos supervisores;
- análise de tendências – por meio de relatórios gerenciais, também devem ser objeto de análise as tendências quantitativas e qualitativas. Exemplificando, dentro de um curso, centro interdisciplinar ou instituto, pode-se verificar tendências como: aumento ou diminuição das atividades em sala de aula; das atividades de pesquisa e extensão; índice de evasão; etc;



- análise de criticidade – em identificando situações críticas, como alta taxa de evasão, baixa alocação em sala de aula, baixa produção em pesquisa, as informações constantes no banco de dados servirão de subsídio para avaliar as causas das criticidades; e

- análise de séries históricas – tendo como base de dados o PITD, poderá obter séries históricas para verificar a pertinência ou não dos parâmetros inicialmente definidos na Resolução nº 44//2014. Tomando como exemplo o parâmetro de que há necessidade de 1,5 horas para o preparo de 1 hora de aula. Este parâmetro pode ser válido na fase inicial da UNILA, em que os docentes são recém concursados (ou seja, não possuem aulas já formatadas). Entretanto, com o passar dos anos, os docentes poderão aproveitar as aulas já preparadas em períodos passados, tendendo a reduzir a hora de preparo da aula (usualmente, nas IFES, este parâmetro é de 1=1). Neste contexto, a manutenção de um banco de dados irá subsidiar tomada de decisões futuras.

Os exemplos citados não são exaustivos, sendo o foco da constatação a necessidade de tornar os dados do PITD uma fonte de informações úteis para o fomento de uma gestão eficiente e eficaz. Vale dizer que, necessariamente as informações das atividades dos docentes também deverão ser trabalhadas juntamente com as demais informações acadêmicas (como rendimento acadêmico, taxa de aprovação, índice de evasão, avaliação das pesquisas junto às agências de fomento, etc), de forma a permitir um diagnóstico adequado das criticidades para buscar de melhores resultados.

Causa

Falta de definição de fluxos administrativos e operacionais para verificação do cumprimento dos normativos estabelecidos

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 194/2015 – PROGRAD, de 21 de Julho de 2015:

As atividades docentes encontram-se registradas no Plano Individual de Trabalho Docente - PITD, realizados semestralmente pelo docente e enviados às Coordenações de Cursos, as quais enviam aos Centros Interdisciplinares que por sua vez, os enviam aos Institutos Latino-Americanos.

Contudo, é de se observar que as atividades docentes, planejadas e executadas, canceladas ou postergadas (decorrentes de eventualidades diversas) no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, necessitam de espaço correto e integrado para cadastro, registro e acompanhamento, possivelmente devendo integrar um banco de dados, a ser estudado pelas respectivas pró-reitorias para sua implementação.

De outro lado, encontra-se em avaliação a possibilidade de reorganização da estrutura/organograma que preside aos fluxos, possivelmente, responsáveis por processos lentos, de difícil operacionalização e pouco produtivos.”

Análise do Controle Interno



Conforme informações prestadas, o processo de normatização e definição dos fluxos administrativos e de controle se encontram em processo de estudo/implementação, assim, o apontamento será mantido para acompanhamento.

Recomendações:

Recomendação 1: Defina fluxos administrativos com a finalidade de acompanhar as atividades dos docentes, tornando os dados do PITD uma fonte de informações úteis para o fomento de uma gestão eficiente e eficaz.

4.1.1.5 CONSTATAÇÃO

Necessidade de ampliação da Pós Graduação.

Fato

Conforme já descrito no presente relatório, o número de pós-graduandos na UNILA somente representou 1,7% do total de alunos, sendo que a média das IFES é em torno dos 20%.

Considerando que os professores de universidades federais, de dedicação exclusiva, possuem, tipicamente, 8 a 12 horas semanais de atividades de ensino, em sala de aula, sendo o restante dedicado às atividades administrativas, quando ocupantes de cargo de direção, ou às atividades de pesquisa/extensão, pode-se postular que possuem em torno de 50% da sua jornada semanal dedicada à produção científica.

A título de estudo, realizou-se análise comparativa do desempenho em pesquisa e pós-graduação de universidades federais com “porte, região e idade” semelhantes ao da UNILA (salvo a situação dos estudantes estrangeiros):

1- o da UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul, por ter sido criada no mesmo período (Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009) e atender público e região semelhante; e

2- o da UFABC, por ser uma universidade que possui melhores indicadores de ensino e pesquisa e que possui criação recente (Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005).

Quadro C.2 - Comparação entre IFES semelhantes.

IFE	Graduação cursos	Número de alunos de graduação	Número de professores	Pós <i>strictu</i> cursos	IQCD qualificação	Custo corrente (milhões)
UNILA	16	1499	266	2	4,4	R\$ 76,89*
UFFS	44	6561	584	9	4,1	R\$ 161,60
UFABC	24	8737	533	33	5	R\$ 207,70

Fonte: Relatórios de Gestão de 2014 da UFFS e da UFABC e dados extrapolados do Relatório de Gestão de 2013 da Unila.

Embora a qualificação dos docentes da Unila seja satisfatória, poderia ser aprimorada por meio da preferência por contratação de doutores, como fez de modo bem sucedido a UFABC. Sendo Foz do Iguaçu uma cidade de porte médio, com facilidade de acesso



por meio da malha aérea latino-americana e com maior disponibilidade de contratação de docentes de diversos países, não se justifica a contratação de mestres, exceto em casos muito particulares de inexistência de doutores na área de contratação.

O número reduzido de cursos de mestrado e doutorado na Unila se destaca negativamente, assim, entende-se necessária a adoção de medidas institucionais voltadas para a verticalização da UNILA, tendo como principais ações:

- fomentar a apresentação de pedidos de cursos de mestrado;
- realizar acompanhamento criterioso da pesquisa científica realizada nos departamentos, por meio de sistemas corporativos ou do sistema Sucupira da Capes;
- criação de metas e parâmetros de produção para os departamentos, como número de publicações, bolsas e grupos de pesquisa;
- acompanhamento de cumprimento das metas e criação de sistemas de incentivos/reconhecimentos para fomentar a pesquisa; e
- estruturar e equipar os laboratórios de pesquisa (detalhado em item específico deste relatório).

Causa

Insuficiência de diretrizes e metas institucionais voltadas para a pesquisa e pós-graduação.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 90/2015 – PRPPG, de 27 de Julho de 2015:

Em relação ao apontamento da causa da “Necessidade de ampliação da Pós-Graduação” como sendo “Insuficiência de diretrizes e metas institucionais voltadas para a pesquisa e pós-graduação.” é importante ressaltar a necessidade de diretrizes e metas para todas as unidades e setores da Universidade em relação às atividades fins, e especificamente neste caso, em relação à pesquisa e pós-graduação.

Quanto à recomendação de definição de metas institucionais para produção em pesquisa e ampliação da Pós-Graduação, lembramos que já há no PDI 2013-2017 já define metas quantitativas para a ampliação da Pós-Graduação (pg. 31), no entanto, é essencial nesse processo a institucionalização das Unidades Acadêmicas, bem como a estruturação do suporte a pesquisas, como parte de um planejamento institucional de todos os setores da universidade.”.

Análise do Controle Interno

O presente item foi elaborado considerando a identificação da necessidade da UNILA em ampliar a sua Pós Graduação e Pesquisa, no propósito de atingir padrões quantitativos e qualitativos de produção compatíveis com o seu porte.

Quando se recomenda “definição de metas institucionais para pesquisa e pós graduação” não se trata somente de números, mas sim de construção de esforços



conjuntos, com o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, no propósito de viabilizar o atingimento das metas.

Neste contexto, conforme descrito pela própria PRPPG, não se trata de uma atividade a ser realizada de forma isolada pela PRPPG, há necessidade de envolvimento das demais áreas, como da SACT e da PROAGI no processo de estruturação, bem como, dos Conselhos Universitários deliberando em favor de iniciativas que fomentem a pesquisa e a pós graduação.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomenda-se a definição de metas institucionais para produção em pesquisa e ampliação da pós-graduação.

4.1.1.6 CONSTATAÇÃO

Existência de fatores que fomentam a evasão.

Fato

Constitui um dos principais fatores de atenção gerencial por parte da IFE a redução da evasão dos alunos. Segue informações sobre o índice de ocupação de cadeiras no 1º semestre/2014 na UNILA:

Quadro C.3 – Índice de ocupação das cadeiras

Curso	Nº Máximo	Alunos 1º Sem	% Ocup.	Alunos 5º Sem	% Ocup.	Alunos 7º Sem	% Ocup.
Antropologia	50	32	64,00%	29,83	59,66%		
Arquitetura e Urbanismo	30	23,58	78,60%	37	123,33%		
Ciência Política e Sociologia	50	29,57	59,14%	29	58,00%	15	30,00%
Ciências Biológicas	50	30,18	60,36%	21,2	42,40%	18,6	37,20%
Ciências da Natureza	50	25,36	50,72%	7,88	15,76%	6,67	13,34%
Ciências Econômicas	50	28,56	57,12%	23	46,00%	29,6	59,20%
Cinema e Audiovisual	50	40,2	80,40%	30,43	60,86%		
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	50	31,25	62,50%	31,83	63,66%	23,22	46,44%
Engenharia Civil de Infraestrutura	50	29,9	59,80%	20,69	41,38%	15,69	31,38%
Engenharia de Energias Renováveis	50	32,86	65,72%	23	46,00%	10,38	20,76%
Geografia	50	30,1	60,20%	28,78	57,56%	16,67	33,34%
História	50	31,83	63,66%	30	60,00%	17,75	35,50%
Letras, Artes e Mediação Cultural	50	36,25	72,50%	20,38	40,76%	7,75	15,50%
Música	25	11,13	44,52%	6,42	25,68%		
Relações Internacionais e Integração	50	47,22	94,44%	37	74,00%	36,75	73,50%
Saúde Coletiva	50	26,75	53,50%	10,33	20,66%		
Média	41,19	29,51	71,64%	21,75	52,80%	17	41,27%

FONTE – Planilhas “Informações Gerenciais Cursos” e “Resposta SA201404815_29-08-2014” encaminhada pela UNILA

* - por ser um retrato do 1º Sem/2014, não estão ilustrados os semestres “pares”; e

** - em decorrência do não ingresso de alunos novos em 2013, não há alunos no 3º Semestre.

As informações do quadro demonstram que:



- logo no 1º Semestre há cursos com baixo nível de ocupação, isto é, o vestibular não está conseguindo completar as cadeiras ofertadas; e
- no 7º Semestre percebe um elevado nível de evasão. Dos 12 cursos, 7 cursos estão com índice de ocupação até 37% (alguns cursos estão com índices preocupantes na faixa dos 10%).

Segue análise dos fatores que influenciam o índice de ocupação na graduação:

A) Necessidade do mercado:

Sendo o aluno o cliente de uma universidade, um dos critérios é verificar se os cursos ofertados atendem a demanda/expectativa dos alunos. Tal fator pode ser medido por meio da “nota de corte” no vestibular – em regra, quanto mais alta a nota, maior a concorrência no vestibular, ensejando existência da demanda.

Segue quadro com informações do vestibular 2015 da UNILA:

Quadro C.4 – Nota de corte vestibular UNILA 2015

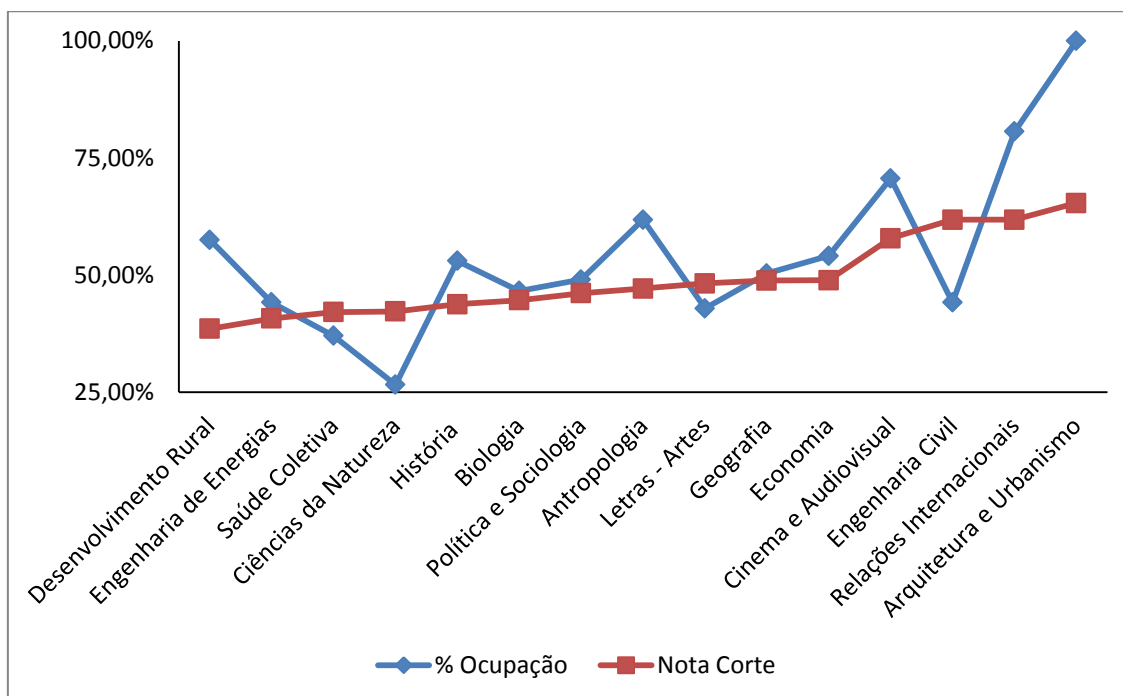
CURSO	NOTA 2015	CURSO	NOTA 2015
Administração Pública	400,9	Matemática	449,6
Antropologia	471,4	Medicina	754,6
Arquitetura e Urbanismo	653,9	Química	471,5
Biotecnologia	417,1	Relações Internacionais	618,3
Política e Sociologia	461,5	Saúde Coletiva	421,2
Biologia	446,6	Serviço Social	467,4
Ciências da Natureza	422,8	Engenharia Física	459,7
Economia	489,2	Engenharia Química	580
Cinema e Audiovisual	578,6	Geografia – Licenciatura	416,4
Filosofia	333,8	Geografia	488,6
Engenharia Civil	618,3	História	437,9
Desenvolvimento Rural	385,7	História – Licenciatura	402,3
Engenharia de Energias	407,5	Letras – Artes	482,5
Engenharia de Materiais	458,64	Letras – Espanhol	392,6

FONTE – Sítio UNILA

Comparando as informações do índice de ocupação do Quadro C.3 (índice médio dos semestres) e as notas de corte do Quadro C.4, obtém-se um gráfico de tendência:

Gráfico C.1 – Tendência Nota de Corte X Índice de Ocupação





Pode-se perceber que, à medida que a nota de corte cresce, o índice de ocupação apresenta tendência de crescimento.

Outro fator para medir a demanda de cursos é comparar com a oferta do mercado local. Nota-se que a UNILA optou em não ofertar cursos “populares”, como administração de empresas, direito, contabilidade, enfermagem, psicologia, entre outras.

Tal fato se justifica em função da existência de ampla oferta no mercado local, segue quadro ilustrativo:

Quadro C.5 – Oferta de cursos das entidades locais

Entidade	Cursos
UDC	Direito, Administração, Contábeis, Economia, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Relações Internacionais e Turismo; Ciência da Computação, Engenharia Ambiental, Civil, Elétrica, de Produção e Mecânica; Agronomia; Arquitetura e Urbanismo; Enfermagem, Fonoaudiologia, Veterinária, Nutrição, Fisioterapia, Farmácia, Biologia, Psicologia e Educação Física; Pedagogia e Letras.
Cesufoz e Fafig	Direito, Administração, Contábeis e Serviço Social; Engenharia Civil e Engenharia de Produção; Educação Física; Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Psicologia e Nutrição.
Uniamérica	Administração, Contábeis e Serviço Social; Educação Física, Biologia, História e Pedagogia; Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia de Produção; Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia.
Unifoz	Direito, Administração e Hotelaria
Unioeste	Direito, Administração, Hotelaria, Contábeis e Turismo; Ciência da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Matemática; Enfermagem, Letras e

	Pedagogia.
--	------------

FONTE – Sítio eletrônico das instituições

B) Seleção dos cursos baseada na vocação da universidade e nas diretrizes da educação nacional:

Além dos aspectos mercadológicos, a seleção de cursos deve levar em conta fatores como: identidade e vocação da UNILA; externalidades positivas de cursos como artes, assistência social e saúde; política pública nacional, tendo como foco o desenvolvimento; e reduzida oferta de cursos na iniciativa privada.

A lei de criação da Unila remete a “diversas áreas de conhecimento”, não especificando uma vocação específica para cursos de humanidades, de saúde, de engenharias ou de licenciaturas, por exemplo. Em linha aos ditames legais de sua criação, atualmente a Unila tem se matizado, enfatizando a abertura de cursos de engenharia, de saúde e de licenciaturas, contribuindo para a formação de recursos humanos.

Assim, apesar dos cursos como Saúde Coletiva, Engenharia de Energias, Administração Pública, Biotecnologia e Desenvolvimento Rural terem apresentado nota de corte baixa, esses cursos possuem muitas externalidades positivas para a sociedade e cumprem uma lacuna de formação que não é coberta por entidades privadas, tendo em vista a baixa disposição a pagar do público estudantil. Nesse sentido, somado ao interesse social, tais cursos estão coadunados com as políticas públicas do país.

E ainda, destaca-se a importância dos cursos relacionados à formação de professores para a rede de ensino básica, como Matemática, Letras, Geografia, História, Biologia, Química e Filosofia (vale salientar que, os cursos de Filosofia, Geografia e Química não possuem oferta por entidades privadas na região). Tanto os cursos de Filosofia como o de Sociologia são disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio (Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008), e não são dados por faculdade pré-existent.

C) Situações peculiares que fomentam a evasão:

Nos itens A e B foram verificadas situações de caráter geral que influenciam o sucesso acadêmico. Seguem situações peculiares da UNILA que podem estar afetando negativamente a permanência do aluno:

C.1) Dificuldade de identificação/reconhecimento dos Cursos em função de suas nomenclaturas:

Nota-se que a UNILA possui cursos com “nomenclaturas” peculiares, tais como: Letras, Artes e Mediação Cultural; História da América Latina; entre outras. Tal fato cria dificuldades de reconhecimento perante conselhos de classe profissional, países, órgãos e concursos públicos.

A “nomenclatura” aparenta ser mais apropriada para cursos de pós graduação – a exemplo, História da América Latina e Geografia – Território e Sociedade na América Latina; e Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento, e não para graduação.

Na graduação, grande parte dos alunos busca formação para o mercado de trabalho, logo, a formação em cursos cujo reconhecimento profissional é duvidoso constitui fator de desmotivação, contribuindo para a evasão.



C.2) Criação de expectativas equivocadas em relação à nomenclatura dos cursos:

Outro fator que pode estar fomentando a evasão é a criação de expectativas equivocadas em função das nomenclaturas dos cursos, como no caso do curso de Ciência da Natureza – Biologia, Física e Química – conforme relatos de alunos, os mesmos tiveram a expectativa de que se ao se formar, poderiam lecionar biologia, física e química.

Situação semelhante também poderá ocorrer na Ciência Política e Sociologia, ao imaginar que estará obtendo formação em duas cadeiras.

C.3) Reconhecimento de diplomas por países estrangeiros:

Os alunos estrangeiros egressos da UNILA não estão obtendo reconhecimento de seus diplomas. A causa disso, além do fator da nomenclatura citado anteriormente, é a inexistência/limitação de acordos bilaterais que facilitem o reconhecimento.

Por mais que não seja um assunto que a UNILA possua ingerência, a mesma deve se articular junto com o Ministério das Relações Exteriores de forma a formalizar acordos juntos aos países latino americanos.

E ainda, a ocorrência sistemática de diplomas não reconhecidos também deveria ensejar o cancelamento dos processos seletivos nos países que se negam a diplomar os egressos.

C.4) Critério para descontinuidade dos cursos:

Não há estratégias, diretrizes e fluxos operacionais a nível institucional para decidir a descontinuidade de um curso.

Ao longo do processo de gestão é natural a ocorrência de “insucesso do curso”. Porém a ausência de parâmetros para definir quando um curso deve ser descontinuado prejudica a tomada de tal decisão.

Entende-se adequada a definição de parâmetros objetivos, tais como:

- baixo índice de ocupação das cadeiras;
- baixa procura no vestibular;
- baixa perspectiva de verticalização – isto é, criação de mestrados e doutorados atrelados ao curso de graduação; e
- baixa perspectiva de alocação no mercado – em sentido contrário, licenciaturas como matemática e física devem ser continuadas porque existe lacuna no mercado de trabalho que necessita ser preenchida.

Concomitantemente ao processo de descontinuidade devem ocorrer estudos para realocação e reciclagem da força de trabalho, seja nos cursos existentes ou para criação de novos cursos.

C.5) Critério para criação de novos cursos:

De forma semelhante ao item anterior, não há estratégias, diretrizes e fluxos operacionais a nível institucional para criação de novos cursos.

Conforme informações obtidas, a proposta de criação tem partido de equipe de professores, sem a observância de parâmetros como: política/diretriz/estratégia institucional da UNILA; variáveis locais; tendências econômicas; mercado de trabalho; políticas educacionais; estratégias nacionais; entre outros assuntos.

C.6) Dependência elevada do PNAES:



Conforme já descrito, a UNILA possui uma política diferenciada de concessão de bolsas estudantis.

Sabe-se que, historicamente, o país sofre oscilações nas condições financeiras, logo, sem prévio aviso, os recursos do PNAES poderão ser objeto de cortes orçamentários, afetando diretamente os alunos da UNILA.

O corte não pode ser administrado pela UNILA, porém, por meio de uma concessão criteriosa das bolsas, poderá limitar os gastos com a bolsa e reduzir o impacto num eventual corte.

Causa

No macro contexto, a evasão está relacionada com a insuficiência de normas, diretrizes e parâmetros para criação e descontinuação dos cursos, resultando na criação de cursos poucos atrativos.

Ressalta-se que, por mais que a evasão seja elevada, alguns cursos em linha com a diretriz nacional de desenvolvimento – como matemática, química e física – devem ser mantidos.

No micro contexto, fatores como nomenclatura dos cursos, reconhecimento dos diplomas e elevada dependência do PNAES vem afetando a permanência dos alunos.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 194/2015 – PROGRAD, de 21 de Julho de 2015:

A Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE deverão planejar estudos e ações para diminuir a evasão, tendo em conta alguns fatores que já estão sendo estabelecidos, a fim de proporcionar correta análise da questão e implementação de medidas mitigadoras, quais sejam:

- a) identificação de taxas de evasão entre brasileiros e estrangeiros;*
- b) identificação de perfil socioeconômico preponderante;*
- c) grau de conhecimento relativo ao ensino médio (brasileiro e estrangeiro);*
- d) implantação de programa de nivelamento;*
- e) identificação de taxas de reprovação por curso;*
- f) atendimento psicopedagógico ao aluno;*
- g) assistência estudantil (moradia, transporte, alimentação);*
- h) avaliação institucional.”o seu texto.*

Análise do Controle Interno

Conforme informações prestadas, a UNILA irá iniciar os estudos para identificar as causas da evasão para adotar as medidas de redução pertinentes. Considerando que o processo se encontra em andamento, o apontamento será mantido para acompanhamento.

Recomendações:



Recomendação 1: Recomenda-se a realização de estudos/levantamentos histórico-estatístico visando a identificar as principais causas da evasão.

Recomendação 2: Baseado nos estudos sobre causas da evasão, adotar as medidas pertinentes para a sua redução.

4.1.1.7 CONSTATAÇÃO

Implantação de uma política de acompanhamento dos egressos.

Fato

Em 2014 ocorreu a primeira formatura dos alunos da UNILA. Assim, entende-se relevante implantar uma política de acompanhamento dos egressos (tanto dos brasileiros como dos estrangeiros).

Considerando que um dos objetivos da UNILA é a integração latino americana, com o desenvolvimento regional, entende-se válido o acompanhamento da atuação dos egressos, verificando aspectos como:

- atividade desenvolvida;
- área profissional de atuação;
- empresa ou entidade de atuação;
- manutenção de contatos com outros alunos/docentes;
- indagação quanto à contribuição da UNILA na formação profissional e pessoal; e
- entre outras questões.

E ainda, o acompanhamento dos egressos também servirá de fonte de informações para verificar a adequação dos cursos/disciplinas em relação à missão institucional e às necessidades dos alunos e da sociedade.

Causa

Necessidade de obter informações sobre o desempenho e satisfação das partes envolvidas (alunos, docentes, sociedade e UNILA).

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:

“MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 194/2015 – PROGRAD, de 21 de Julho de 2015:

“A UNILA reconhece ser de vital importância o acompanhamento de egressos, como aspecto extremamente relevante de autoavaliação acadêmica e instrumento de acompanhamento para a construção de perfis profissionais, com as respectivas aquisições de competências e habilidades, bem como para a formação científica e cultural.

A efetividade deste acompanhamento requer a construção de mecanismos especiais de comunicação e manutenção do contato universidade-egresso, a fim de se adquirir



informações precisas quanto ao desenvolvimento e permanências diversas carreiras de formação, prosseguimento de estudos, mercados de trabalho, funções exercidas pelos profissionais, faixas salariais etc.

Desse modo, a UNILA encontra-se estudando os meios satisfatórios de pesquisa e atualização de informações, a fim de realimentar os respectivos processos pedagógicos e de profissionalização.”

Análise do Controle Interno

Conforme informações prestadas, o processo de normatização e definição dos fluxos administrativos e de controle para acompanhamento dos egressos se encontram em processo de estudo/implementação, assim, o apontamento será mantido para acompanhamento.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomenda-se a implantação de uma política de acompanhamento dos egressos.

4.1.1.8 CONSTATAÇÃO

Inobservância do parágrafo único, art. 56 da LDB na composição do Conselho Universitário.

Fato

Verificou-se que o Conselho Universitário da UNILA possui composição paritária (isto é 1/3) dos representantes dos docentes, técnicos administrativos e alunos, em desacordo com o parágrafo 1º, art. 56 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes Bases da Educação, conforme segue:

“Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.”

Causa

Falta de consenso dos representantes institucionais (docentes, alunos e discentes), sobre a aplicabilidade da LDB.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a UNILA, por meio do Ofício nº 133/2015-Reitoria, de 28 de julho de 2015, encaminhou a seguinte informação:



“MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 37/2015 – SGR, de 22 de Julho de 2015:

A composição dos Conselhos Universitários deve ser no mínimo de setenta por cento de participação de membros do corpo docente, conforme os arts. 16, II, da Lei nº 5.540/1968, e art. 56 da Lei 9394/96.

Entretanto, o CONSUN da UNILA, estabelece a seguinte composição, de acordo com seu Estatuto:

Art.9º Da composição

I – o Reitor, como presidente, com voto de qualidade;

II – o Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III – os Pró-Reitores e Secretários, sem direito a voto;

IV – Os Coordenadores das Unidades Acadêmicas e do IMEA;

V – Representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VI – Representantes dos discentes da graduação e da pós-graduação;

VII – Representantes dos docentes;

VIII – Representantes dos técnico-administrativos em educação;

IX – Representantes da comunidade externa;

X – Representantes do Conselho Consultivo Latino-Americano.

No que concerne ao quantitativo de cada categoria, o Regimento Geral da UNILA prevê:

Art. 4º O CONSUN é constituído de acordo com o artigo 9º do Estatuto da UNILA:

I. Pelo Reitor, como Presidente, com voto de qualidade;

II. Pelo Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III. Pelos Pró-Reitores e Secretários, sem direito a voto;

IV. Pelos Diretores das Unidades Acadêmicas

V. Pelo Coordenador do Instituto Mercosul de Estudos Avançados – IMEA-UNILA,

VI. Por 02 (dois) representantes da Comissão Superior de Ensino, sendo

01 (um) deles representativo do ensino de graduação e o outro representativo do ensino de pós-graduação

VII. Por 01 (um) representante da Comissão Superior de Pesquisa;

VIII. Por 01 (um) representante da Comissão Superior de Extensão;

IX. Por 08 (oito) representantes docentes;

X. Por 08 (oito) representantes técnico-administrativos em educação;

XI. Por 08 (oito) representantes discentes;

XII. Por 01 (um) representante da comunidade externa, e

XIII. Por 01 (um) representante do Conselho Consultivo Latino- Americano.

Ainda, de acordo com o Parecer nº 161/2013/EJS/PFUNILA/PGF/AGU (em anexo), da Procuradoria Federal desta Universidade, aponta-se insubsistência jurídica no artigo supracitado, da referida normativa institucional, pois encontra-se em conflito com a Lei Federal nº 9.384/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Destarte, para estar em conformidade com a legislação, a Comunidade Acadêmica da UNILA está deliberando sobre a forma mais adequada para revisar o Artigo 9º do Estatuto, bem como o Artigo 4º do Regimento Geral, e assim garantir a plena Institucionalização da Universidade.”

Análise do Controle Interno



As informações prestadas demonstram que o processo de adequação dos normativos internos da UNILA em conflito com a Lei nº 9.384/96 encontra-se em andamento, assim, o apontamento será mantido para acompanhamento.

Recomendações:

Recomendação 1: Recomenda-se que os colegiados e comissões em funcionamento na UNILA possuam a composição prevista na LDB.



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 201503671

Unidade(s) Auditada(s): UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA

Ministério Supervisor: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Município (UF): Foz do Iguaçu (PR)

Exercício: 2014

1. Foram examinados os atos de gestão praticados entre 01/01/2014 e 31/12/2014 pelos responsáveis das áreas auditadas, especialmente aqueles listados no artigo 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho informado no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201503671, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. Foram registradas as seguintes constatações relevantes para as quais, considerando as análises realizadas, não foi identificado nexo de causalidade com atos de gestão de agentes do Rol de Responsáveis:

- Ausência de política de reavaliação de imóveis (Item 1.2.1.2);
- Deficiências na infraestrutura dos imóveis utilizados para salas de aula (Item 1.2.1.3);
- Deficiência na estrutura da área de correção da Unidade (Item 2.1.1.2);
- Ausência de normativos para garantir a regular atuação da Auditoria Interna (Item 2.1.2.1);
- Atraso na atualização SISAC (Item 3.1.2.1);
- Deficiências nas políticas de governança de pessoas (Item 3.2.2.2);
- Necessidade de definição de fluxos para o acompanhamento das atividades dos docentes (Item 4.1.1.4);
- Necessidade de ampliação da Pós Graduação (Item 4.1.1.5);
- Existência de fatores que fomentam a evasão (Item 4.1.1.6); e
- Implantação de uma política de acompanhamento dos egressos (Item 4.1.1.7).

4. Nestes casos, conforme consta no Relatório de Auditoria, foram recomendadas medidas saneadoras.

5. As seguintes constatações subsidiaram a certificação dos agentes do Rol de Responsáveis:

- Deficiências na gestão do almoxarifado (Item 1.1.1.1);

- Falta de normatização da gestão patrimonial (Item 1.3.1.1);

- Ocorrência de servidores com competência formal para o exercício da gerência privada (Item 3.1.1.1); e

- Inobservância do parágrafo único, art. 56 da LDB na composição do Conselho Universitário (Item 4.1.1.8).

6. Diante dos exames realizados e da identificação denexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações mencionadas, proponho que o encaminhamento das contas dos integrantes do Rol de Responsáveis seja conforme indicado a seguir:

CPF do agente público	Cargo ou função	Avaliação do órgão de Controle Interno	Fundamentação da avaliação do Controle Interno
***.925.035-**	Reitor – 01/01 a 31/12/2014	Regular com ressalvas	Itens 1.1.1.1, 1.3.1.1, 3.1.1.1 e 4.1.1.8 do Relatório de Auditoria nº 201503671
***.845.965-**	Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura – 01/01 a 31/12/2014	Regular com ressalvas	Itens 1.1.1.1 e 1.3.1.1 do Relatório de Auditoria nº 201503671
***.438.179-**	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas – 01/01 a 31/12/2014	Regular com ressalvas	Item 3.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 201503671
Demais integrantes do Rol de Responsáveis		Regularidade	Considerando o escopo do Relatório de auditoria, não foram identificadas irregularidades com participação determinante destes agentes.

Curitiba (PR), 05 de agosto de 2015.

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Paraná



Parecer de Dirigente do Controle Interno

Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Parecer: 201503671

Unidade Auditada: UNIVERS. FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA - UNILA

Ministério Supervisor: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Município/UF: Foz do Iguaçu/PR

Exercício: 2014

Autoridade Supervisora: Renato Janine Ribeiro – Ministro de Estado da Educação

Tendo em vista os aspectos observados na prestação de contas anual do exercício de 2014, da Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA, expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. No escopo do trabalho de Auditoria foram selecionados para análises processos e fluxos considerados estratégicos para a Universidade, os quais foram avaliados a partir da definição de questões de auditoria, cujo objetivo foi analisar a atuação do docente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o nível de governança da gestão de pessoas, a gestão do patrimônio imobiliário e a responsabilidade da Unidade e a atuação da auditoria interna.

3. Em relação à atuação de docentes, foram avaliadas as ações da Instituição, com o fim de verificar a eficiência da atividade finalística da Universidade. Os resultados dos exames apontaram a baixa dedicação dos docentes em pesquisa e extensão, assim como na oferta e demanda de pós-graduação e pesquisa, fazendo com que a Universidade apresente índice de produtividade abaixo da média das demais Instituições de Ensino Federais.

4. Foram recomendadas medidas para definição de fluxos para o acompanhamento das atividades dos docentes e a ampliação da pós-graduação, tais como a definição de metas institucionais para produção em pesquisa, combatendo os fatores que fomentam a evasão e implantando uma política de acompanhamento dos egressos. Recomendou-se, ainda, a definição de normas, diretrizes e fluxos operacionais para fomentar a ampliação dos laboratórios para ensino e pesquisa.

5. Em relação à gestão de pessoas, foi apontada a ausência de estudos técnicos para mensurar a força de trabalho necessária frente à demanda das unidades, o desempenho insatisfatório das comissões instituídas para apoiar as decisões relativas à área de pessoal, deficiências nos programas de capacitação com enfoque em gerência e liderança e a falta de uma política de manutenção de banco de talentos e regulamento para concorrer a cargo de gestão na instituição.

6. A auditoria recomendou a realização de estudos técnicos visando adequar a força de trabalho às demandas institucionais e o aperfeiçoamento dos normativos referentes ao funcionamento das comissões. Recomendou-se, ainda, a inclusão de treinamentos destinados ao desenvolvimento de talentos gerenciais e de liderança no Plano Anual de Capacitação, bem como a criação de banco de talentos e de interessados em assumir cargos de gestão e a criação de critérios objetivos para escolha de gestores.

7. Em relação à gestão patrimonial, os exames apontaram a ausência de política de avaliação de imóveis, deficiências na infraestrutura física e na gestão do almoxarifado, assim como a

falta de normatização. Foram emitidas recomendações no sentido de realizar inventário, apurar responsabilidade em caso de desaparecimento de bens e promover melhorias na organização física e nos processos logísticos do almoxarifado. Recomendou-se, ainda, a definição, por meio de normativo interno, de aspectos como: responsável pela guarda e conservação dos bens, política de manutenção preventiva e recuperação de bens, normatização quando da danificação, extravio ou roubo de bens e periodicidade dos inventários.

8. Em relação à Auditoria Interna, os exames apontaram a ausência de normativos que garantam a sua regular atuação. Nesse aspecto, a auditoria apontou a necessidade de elaboração de tais normativos, a fim de proporcionar uma maior independência e autonomia para a consecução dos objetivos inerentes à atividade de controle.

9. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da CGU estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do mesmo sistema.

Brasília/DF, de agosto de 2015.

Diretor de Auditoria da Área Social